

COMBATENTES: tempos de falar

Depoimentos da Audiência Pública da
Comissão Estadual da Verdade do Paraná



Carla Luciana Silva
Alfredo A. Batista
Edunioeste
Org.



COMBATENTES: tempos de falar

**Depoimentos da Audiência Pública
da Comissão Estadual da Verdade do
Paraná**

REITOR Paulo Sérgio Wolff
VICE-REITOR Moacir Piffer

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ EDUNIOESTE

Conselho Editorial

Aparecida Feola Sella
Clarice Cristina Corbari
Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva
Fabiola Vila
Gustavo André Borges
Irene Carniatto de Oliveira
Liliam Faria Porto Borges
Marli Renate von Borstel Roesler
Roberto Saraiva Kahlmeyer Mertens
Silvio César Sampaio
Susã Sequinel de Queiróz

Beatriz Helena Dal Molin
Cláudio Roberto Marquetto Maurício
Eduardo Nunes Jacondino
Gabriella de Carvalho Hizume
Helena Teru Takahashi Mizuta
Ivanete Terezinha Schumann
Luciano de Souza Costa
Rosalvo Schütz
Samuel Nelson Melegari de Souza
Soraya Moreno Palácio

Equipe

Aparecida Feola Sella
Diretora

Renan Paulo Bini
Assessor Especial

Patricia Alessandra da Silva
Assistente Editorial

Lohana Larissa Mariano Civiero
Estagiária/Diagramadora

Clarice Cristina Corbari
Editora-Chefe

Alcione Tereza Corbari
Divisão de Acompanhamento Financeiro e de Estoque

Paulo Cezar Konzen
Divisão de Marketing, Divulgação e Distribuição

Solange Pizzatto
Estagiária/Revisora

A Edunioeste é afiliada à

Carla Luciana Silva
Alfredo A. Batista
Edunioeste
(Organizadores)

COMBATENTES: tempos de falar

Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná



Cascavel
2016

© 2016, EDUNIOESTE

Transcrições: Renan Paulo Bini

Outras transcrições são indicadas em nota de pé de página.

Gravação da Audiência Pública: Kula Webrádio

Revisão: Carla Luciana Silva, Alcione Tereza Corbari e Aparecida Feola Sella

Diagramação e Arte Final: Renan Paulo Bini

Capa: Claudia Monteiro e Juliana Wendpap Batista

Edição: Carla Luciana Silva, Alfredo A. Batista e Edunioeste

Ficha Catalográfica: Helena Soterio Bejio

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C729 Combatentes: tempos de falar. Depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. / Organizado por Carla Luciana Silva, Alfredo Aparecido Batista e EDUNIOESTE. — Cascavel, PR.: EDUNIOESTE, 2016.
186 p.

ISBN: 978-85-7644-308-7

1. Depoimentos. 2. Ditadura no Brasil. 3. Comissão Estadual da Verdade do Paraná. I. Silva, Carla Luciana, Org. II. Batista, Alfredo Aparecido, Org. III. EDUNIOESTE, Org.

CDD 20.ed.320.98162

981.62

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9º/965

Impressão e Acabamento

Edunioeste - Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85819-110 - Cascavel-PR

Telefone: (45) 3220-3026

Home Page: www.unioeste.br/editora

E-mail: reitoria.edunioeste@unioeste.br

Gráfica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85819-110 - Cascavel-PR

Telefone: (45) 3220-3118

E-mail: unioeste@hotmail.com

Carla Luciana Silva
Alfredo A. Batista
Edunioeste
(Organizadores)

COMBATENTES: tempos de falar

Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná



Cascavel
2016

Membros da Comissão Estadual da Verdade que conduziram a audiência:

Olympio de Sá Sotto Maior Netto

Procurador de Justiça

Ivete Maria Caribé da Rocha

Advogada

Norton Nohama

Fórum Paranaense de Resgate da Memória, Verdade e Justiça

Yves Consentino Cordeiro

Comissão da Verdade da OAB

Aluizio Palmar, Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil

Comitê Memória, Verdade de Justiça do Oeste do Paraná

Organização da Audiência pelo Comitê Memória, Verdade de Justiça do Oeste do Paraná:

Alexandre Fiuza

Alfredo Batista

Aluizio Ferreira Palmar

Carla Luciana Silva

Gilberto Grassi Calil

Grupo de Pesquisa História e Poder da UNIOESTE

Valdir Sessi

Tomada dos Termos Declaratórios:

Débora Rey

Edina Rautenberg

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Juliana Valentini

Raphael Dal Pai

Valdir Sessi

SUMÁRIO

09	PREFÁCIO
11	APRESENTAÇÃO
13	INTRODUÇÃO
17	ABERTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - 20 DE MARÇO DE 2014
21	A OPERAÇÃO TRÊS PASSOS
23	Depoimento de Valdetar Antonio Dorneles
43	Depoimento de Abrão Antonio Dorneles
49	Depoimento de Vergílio Soares de Lima
67	GRUPOS DOS 11
69	Depoimento de Sinval Schreiner
75	Depoimento de Lauro Adão Rossini
81	Depoimento de Waldemar Torres Rossini
85	Depoimento de Adair Amaro
89	Depoimento de Benjamim Machado
95	Depoimento de Sérgio Goulart
101	Depoimento de Werner Walber
105	Depoimento de Braulino Martins dos Santos
111	Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar
123	VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA – VPR
125	Depoimento de Clarissa Mertz
133	VAR- PALMARES, NOVA AURORA
135	Depoimento de Alberto Fávero
143	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB
143	Depoimento de Jaime Mariano
151	OPERAÇÃO CONDOR
155	Depoimento de Domiciana Gimenez Antunes
171	Depoimento de Geraldo Bueno da Rocha
173	Depoimento de Elizeu Andrade de Quadros
175	Depoimento de Marly Terezinha Rodrigues
181	COMENTÁRIOS FINAIS

PREFÁCIO

O ser social é o único que “faz perguntas e dá respostas”. É o único que antecipa, na esfera da consciência, o projeto individual ou coletivo que deseja colocar em movimento e, em condições objetivas, realizá-lo.

Possuidores de conteúdos ontológicos de classe, homens e mulheres projetaram e colocaram em movimento a necessidade de registrar um ponto final ao processo contrarrevolucionário instaurado pela classe burguesa nacional e associada em 1964. O projeto ditatorial não mediu esforços para impedir que a classe trabalhadora, em suas diferentes frações, instaurasse, no Brasil, uma nova forma de pensar e construir o que os revolucionários, em todos os quadrantes do mundo, passaram a chamar de projeto societário da classe trabalhadora, ou popularmente conhecido como sociedade comunista.

No Estado do Paraná, nas regiões Oeste e Sudoeste, experiências concretas escreveram algumas páginas do pensar e do fazer da classe trabalhadora, com conteúdos revolucionários. Às suas maneiras, colocaram em marcha o que passou a ser denominado de *Operação Três Passos*, *O Grupo dos 11* e os movimentos representados pelo PCB, VPR e o MR8.

Os depoimentos desses sujeitos históricos, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão Estadual da Verdade na cidade de Cascavel-Pr, em março de 2014, foram coroados por conteúdos que denunciam o quanto a verdade foi escondida, omitida, não revelada à sociedade regional, nacional e mundial. Revelações que denunciam como o poder, sob os mandos e desmandos da classe burguesa, tratam os seres humanos quando não conseguem controlar todos aqueles que não aceitam aderir ao projeto de dominação econômica, política e cultural burguesa.

Durante a Audiência, convivemos, algumas horas, com mulheres e homens simples que, a seu modo, mostraram-se conscientes, outros não, convictos, outros não, devido ao projeto em movimento. Alguns, sem saber qual o verdadeiro motivo que conduzia o projeto, também escreveram, nos anais da

história, esse momento trágico. Todos, sem exceção, foram alvos da truculência, do poder e da força que abalaram profundamente o corpo e a mente em suas individualidades e de seus familiares, próximos e distantes.

Os depoimentos presentes neste livro são, no conjunto das diferentes falas, expressões verdadeiras que desvendam a mentira, a enganação, o ocultamento do que ocorreu, verdadeiramente, nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, durante um dado momento do governo Ditatorial Brasileiro 1964-1984. Revelam que as forças das instituições do Exército, da Polícia Militar e Civil do Brasil e dos países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai) não mediram esforços para impedir a realização do projeto incorporado por representantes da classe trabalhadora. Mais do que isso, covardemente, essas instituições governamentais perseguiram, colocaram no cárcere, torturaram física e psicologicamente e, no limite, ceifaram definitivamente vidas, bem como destruíram em diferentes sentidos famílias inteiras.

Aos depoentes, que desataram os nós que travaram, por algumas décadas, suas vozes e seus respectivos conteúdos, não temos como retribuir. A coragem em sonhar e as energias despendidas, em nome da construção e efetivação do projeto societário que é de responsabilidade única da classe trabalhadora da cidade e do campo, são dívidas irreparáveis.

Conhecemos e convivemos com homens e mulheres que acreditaram que uma vida plena de sentidos é possível de ser construída e efetivada. Esse legado é impagável. É devido a ele que, hoje, jovens e adultos conseguem continuar acreditando na construção de uma sociedade em que todos possam viver a verdadeira comunidade humana e conseguem continuar lutando, individual e coletivamente, por ela.

Alfredo A. Batista

APRESENTAÇÃO

Esta obra contempla a participação da Edunioeste em termos de projeto inicial de livro até a edição final. Trata-se de depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, ocorrida na Uniãoeste, em Cascavel, no dia 20 de março de 2014. A obra *COMBATENTES: tempos de falar – Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná* representa mais uma forma de divulgação da história do nosso país e do nosso estado. Trata-se de uma vertente da história que não recebe visibilidade nos documentos oficiais e mesmo didáticos; por isso, a Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Edunioeste, sente-se honrada por poder apresentar à comunidade local, regional, nacional e internacional falas “vivas” que reivindicam outras falas, que saem do anonimato.

Resgatar a história apagada ou silenciada no Oeste e no Sudoeste do Paraná, por meio da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, representa o significado da resistência aqui relatada, em termos de construção da cidadania em âmbito do que entendemos e do que vivemos por democracia. Temos a possibilidade de entregar às presentes gerações e àquelas que estão vindo uma experiência única de acesso a uma leitura cidadã, sem a opressão do apagamento, do distanciamento e do cárcere como uma das consequências da manifestação. Poder falar sem lidar com o regulamento da repressão e de torturas diretamente vinculadas ao poder da soberania, e sem lidar com os efeitos colaterais que tais sensações decorrentes criam, é o que gera todos os esforços dos colegas envolvidos com este projeto de reafirmação e de acolhimento dos que lutaram e lutam por um país melhor.

Que os anos de vida de nossos grandes colaboradores, cujas falas repassam os fatos sob a perspectiva, repleta de força de vontade, entusiasmo e garra, possam ser conhecidos e reconhecidos como os verdadeiros índices de construção de um país livre e próspero.

Agradecemos a todos os envolvidos no processo de construção da presente obra, ao Conselho Editorial da Edunioeste, à Equipe de Edição, e, em especial,

ao professor Alfredo Aparecido Batista e à professora Carla Luciana Silva, que tanto propuseram a construção da obra, organizaram, quanto se empenharam no percurso dessa construção. Um agradecimento especial se faz ainda aos Grupos de Pesquisa História e Poder, da Unioeste, e Ditaduras no Oeste do Paraná (CNPq). É preciso mencionar o carinho e zelo do jornalista Renan Paulo Bini e da professora Alcione Tereza Corbari, ambos membros da Equipe de Edição, que se dedicaram à transcrição das falas e à revisão do texto.

Convidamos a todos para nos acompanharem nessa excursão por histórias tão doloridas, mas que são tão ricas como fonte histórica, e a interagir com os relatos expostos nesta obra e que sejam cada vez mais divulgados e conhecidos.

Aparecida Feola Sella
Equipe de Edição da Edunioeste

INTRODUÇÃO

A Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban - foi realizada em Cascavel nos dias 20 e 21 de março de 2014 e reuniu depoimentos de pessoas que sofreram a violência da Ditadura Militar em eventos ocorridos no Oeste e no Sudoeste do Paraná. A Audiência constituiu-se como fruto de um esforço conjunto do Comitê Memória, Verdade e Justiça e da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. A proposta foi vivamente acolhida e apoiada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que cedeu a estrutura física necessária para a realização do evento. O anfiteatro ficou lotado, repleto de um público atento e interessado em entender esse lado sombrio de nosso passado recente.

Este livro é fruto da Audiência Pública e está dividido em partes que aparecem de formas desiguais: A Operação Três Passos; O Grupo dos 11; o PCB; a VPR; o MR8; a Operação Condor; outros casos. A disparidade se deve à escassez de depoentes. Ouvimos todos aqueles que se dispuseram a falar e puderam fazê-lo. Alguns quiseram relatar suas experiências, mas não puderam fazê-lo, como o Sr. Vergílio Santos Lima e a Sra. Eva Lima, que estiveram presentes no evento, mas, por motivos de saúde, não falaram publicamente. Muitos outros falariam, se não tivessem sido vítimas fatais da Ditadura. Outros não falam porque guardam silêncio, porque as dores que são despertadas pela fala podem não ser suportadas. A todos eles agradecemos. Alguns dos relatos aqui publicados são de pessoas que, embora não estivessem escaladas para prestar depoimento, estando presentes no evento, decidiram falar e contar suas experiências. Também a elas agradecemos. A todos dedicamos este livro.

A realização de uma audiência com tal envergadura contou com o trabalho de muitas pessoas. Inicialmente, registramos o árduo trabalho realizado pelo jornalista Aluizio Palmar e pelo historiador Valdir Sessi. Os dois fizeram as visitas prévias aos depoentes, colhendo deles impressões iniciais e fazendo o indispensável contato que levou ao convencimento sobre a importância de se deslocarem de suas casas até Cascavel. São moradores de comunidades de difícil

acesso, em zonas rurais, até hoje apenas acessíveis aos moradores locais ou a agentes do Estado. São pessoas que tiveram suas vidas definitivamente alteradas pelo Estado ditador.

O relato dos depoentes muitas vezes foi interrompido pela emoção, pelo choro, pelas lágrimas. Alguns deles se deslocaram até Cascavel, e, ainda assim, não puderam falar, dado o impacto que os acontecimentos por eles vivenciados ainda tem em suas vidas. São pessoas que nunca tiveram espaço; suas vozes nunca foram antes ouvidas e registradas. Algumas delas já conseguiram algum avanço em seus processos de anistia, mas outras ainda não. Em comum está o fato de que nenhum deles conseguiu ver seus algozes serem ‘incomodados’ pela Justiça brasileira. A política de memória vigente coloca o problema da memória, da ‘verdade’, mas não avança quando se trata de justiça, de punição aos torturadores. Alguns destes têm os nomes apresentados aqui, mas eles seguem sua vida civil incólumes, protegidos por uma parcial interpretação da Lei da Anistia de 1979, que impede que os torturadores sejam punidos.

É como se todo esse passado fosse uma “página virada”. Assim a mídia quis nos fazer acreditar. Assim ficamos com a falsa ideia de que a população brasileira “apoiou a Ditadura”. Os depoimentos publicados neste livro mostram o contrário. Mostram laços de solidariedade entre camponeses, entre trabalhadores, entre vizinhos; solidariedade que marca a humanidade, ao contrário do que nos querem fazer crer os liberais desavisados de plantão. Eles sim, os lobos, os torturadores, os que batem e matam sem pena, podem defender a Ditadura. E seguem escondendo os arquivos, e exaltando os crimes de lesa-humanidade.

Os relatos aqui publicados são certamente uma pequena parte do que aconteceu nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná durante a Ditadura. Esses depoimentos se somam àqueles tomados na Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade ocorrida em Foz do Iguaçu, em 2013, e aos da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, ocorrida em Três Passos, em 2014. Em algum sentido, falam do mesmo tema. Todos esses relatos se somam ao relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban.

Quanto aos procedimentos envolvidos na transcrição e revisão, observamos que, embora não se tenham seguido normas de transcrição específicas, foram

considerados alguns critérios, sempre tendo em mente que, nesta obra, o conteúdo sobressai em relação à forma. Levando em conta o perfil heterogêneo dos depoentes, propôs-se um texto que fosse homogêneo em alguns aspectos gramaticais, como o uso da concordância nominal e verbal e a grafia de algumas palavras (“para” ao invés de “pra”, por exemplo). Alguns marcadores discursivos, como “né” e “daí”, foram suprimidos, especialmente quando excessivamente repetidos, como é comum na comunicação oral. No entanto, outras características próprias da língua falada foram mantidas, como, por exemplo, a incompletude frasal, as hesitações, a estrutura sintática, o uso de pronome do caso reto em contextos em que a norma padrão exige o uso de pronome oblíquo e o uso de certos vocábulos que explicitam um modo de falar característico de uma região do país. Como exemplo, não faria sentido corrigirmos a expressão “alemoa” por “alemás”, já que a primeira forma demarca uma relação cultural específica com a língua dos depoentes.

Ainda com relação à transcrição, citamos a supressão de pequenos excertos das fala, sobretudo as saudações iniciais ou referências que perderiam sentido no texto escrito. Igualmente, alguns erros factuais que não prejudicam a compreensão do texto foram mantidos. Corrigi-los seria interferir na forma como a memória traz à tona os acontecimentos. Aos pesquisadores que aprofundarem as temáticas caberá a tarefa de problematizar as versões dos depoentes.

Em alguns momentos, sempre que necessário, complementamos alguma informação em nota de rodapé. Buscamos também trazer alguns documentos e fotografias relativas aos depoimentos. Por mais que tenhamos pesquisado, é possível que alguns nomes próprios não estejam adequadamente grafados. Mesmo documentos de jornal ou provenientes da repressão costumam errar e repetir os erros. Assim, torna-se muito difícil saber qual seria a grafia correta quando não temos acesso direto ao sujeito citado.

Muita pesquisa ainda está por ser feita; muito ainda por ser descoberto. Mas nos confortou enormemente ver o auditório do *campus* de Cascavel da Unioeste repleto de estudantes, professores, cidadãos que pararam suas atividades, dedicaram um tempo para ouvir e aprender. No fundo, todos sabiam que a ideia de apoio à Ditadura foi uma falácia muito bem construída pelos ditadores e pela mídia brasileira.

O Oeste e o Sudoeste do Paraná foram lugares de combates e lutas. A ação da Ditadura nem sempre se deu de forma explícita. Mas havia um acompanhamento dos acontecimentos da região, vigilância permanente, serviços de espionagem e delação, mas isso não era conhecido da maioria da população. É por isso que não podemos aceitar a fala daqueles que dizem que a população apoiava a Ditadura. A população não tinha clareza do que era feito “em seu nome” pela Ditadura. É isso o que as falas que vamos reproduzir nos indicam. Nesse sentido, são importantes os estudos de historiadores locais que conseguem recuperar partes dessa história. Da mesma forma, são animadores os interesses de pesquisa que se apresentam em Programas de Pós-Graduação que vêm, aos poucos, se dedicando a essa temática.

Por fim, cabe ressaltar que a iniciativa de publicação desta obra deve-se aos cuidados que a Editora da Unioeste teve em gravar os depoimentos; transcrevê-los, revisar a transcrição e, posteriormente, revisar a obra e fazer a arte final, dando todo o apoio para que os relatos aqui postos viessem a público. Essa ação da Edunioeste reitera a importância e papel da universidade na recuperação da nossa história e da nossa memória. Ressaltamos que os relatos aqui constantes são de responsabilidade dos respectivos depoentes.

Agradecemos profundamente a colaboração de cada um dos depoentes. Suas falas justificam nosso trabalho de historiadores. E esta obra tem a missão de não nos permitir esquecer desses combatentes, que durante tanto tempo tiveram seus direitos negados, seja o direito à memória, seja o direito à fala ou a uma historiografia condizente com o que viveram e vivem.

Carla Luciana Silva¹

¹ Coordenadora do Projeto de Pesquisa Ditaduras no Oeste do Paraná (CNPq). Docente do Curso de História da Unioeste e do Programa de Pós-Graduação da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon.

ABERTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - 20 DE MARÇO DE 2014

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná sente-se honrada em receber a Comissão da Estadual da Verdade; o Comitê Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná; a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Cascavel e Paraná; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; partidos políticos e movimentos sociais da região para a solenidade de abertura da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade.

O objetivo central da Audiência Pública é apurar graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar brasileira, entre 1964 a 1985, em particular nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. A Audiência Pública já foi realizada em cidades como Foz do Iguaçu, Maringá e Curitiba; e esta será direcionada à comunidade de Cascavel e região.

A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná foi criada pela Lei nº 1730062, do dia 27 de novembro de 2012. Ela se insere no contexto da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas nos chamados anos de chumbo.

Contudo, a Audiência Pública é uma forma de dar voz a quem precisa falar e, ao mesmo tempo, dar oportunidade, aos demais, de ouvir, conhecer e se informar sobre essa parte da história brasileira.

Pronunciamento do Reitor da Unioeste, professor Paulo Sérgio Wolff

Gostaria de, em nome da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, cumprimentar todas as autoridades presentes, senhoras e senhores, alunos, pessoas que estão participando desse evento, e dizer que nossa Universidade se sente muito orgulhosa de recebê-los.

Vamos procurar mecanismos para que, sempre, a presença de vocês esteja nesta Universidade, para que, juntos, nós possamos defender a verdade e a democracia em nosso país. A Universidade é o templo da divergência. É o espaço

em que as pessoas, de todas as correntes da nossa sociedade, podem explicar suas ideias, e não devem aqui dentro ser perseguidas.

Em toda a história dessa nossa democratização, em toda essa história, pelo período negro em que o nosso país passou, as universidades foram onde houveram os maiores focos de oposição. Então, nós, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, estamos extremamente orgulhosos de ter vocês presentes neste evento.

Gostaríamos de sempre termos a continuidade desses trabalhos e de agradecer a todos os que organizaram com muito empenho este evento e a todos vocês que estão participando. Muito obrigado!

Pronunciamento do Presidente da Comissão Estadual da Verdade, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Gostaria de saudar a todos que participam junto desse evento de cidadania realizado hoje na Unioeste, em Cascavel. A Comissão Estadual da Verdade tem como objetivo fundamental o resgate da memória, da verdade e da justiça, a identificação das graves violações aos direitos humanos que ocorreram aqui no Estado do Paraná. Nós estamos prestes a descomemorar 50 anos da Revolução Civil Militar. Quanto mais avançamos nas investigações, mais encontramos o apoio dado aos civis ao Golpe Militar.

Mas, de todas as boas frases que se fazem em relação a esse tema, eu diria que existe uma que pode ser destacada. Aquela no sentido de que “se conheça para que nunca mais aconteça”. Durante o período de Ditadura Militar, houve conhecida manipulação ideológica, especialmente através dos meios de comunicação social que fizeram a sociedade brasileira crer que é possível o progresso, que é possível avanço no processo civilizatório sem democracia.

Na verdade, as graves violações aos direitos humanos, o fechamento do Congresso, o Ato Institucional número 5, que permitia, sem a possibilidade de apreciação pelo poder judiciário, a cassação de direitos políticos, a aposentadoria compulsória de servidores públicos, entre eles aqui no Paraná, identificados professores de universidades, juízes, membros do Ministério Público, que, em processos sumários onde não era garantida ampla defesa, foram, como eu disse, cassados das suas condições de servidores públicos.

Mas há fatos mais graves: a tortura, a barbárie da tortura. Aqui mesmo, na região, a identificamos, graças à intervenção do Aluizio Palmar. É importante se conhecer a verdade, porque tem pessoas se mobilizando, pessoas más, ou oriundas das Forças Armadas, que estão se mobilizando para comemorar o Golpe, conclamando a sociedade para novas marchas, abusando em razão do fato de que a sociedade brasileira não conhece exatamente o que foi o período da Ditadura Militar. As torturas, a barbárie das torturas, das mortes, do desaparecimento de pessoas, a supressão das liberdades individuais, enfim, nesse contexto todo, ainda com o discurso dos delfins netos da vida, de que primeiro era necessário construir o bolo para depois dividir, o Brasil passa a se tornar o campeão mundial das desigualdades sociais.

Até hoje, milhões de brasileiros se encontram afastados da possibilidade de exercício dos direitos elementares dessa cidadania, exatamente porque, a partir especialmente da Revolução Militar, da Ditadura Militar, as riquezas produzidas nesse país não foram distribuídas entre todos e permaneceram concentradas nas mãos de grupos minoritários que se beneficiaram então da Ditadura Militar e dessa estrutura social injusta estabelecida no país.

Estamos aqui cumprindo com essa finalidade de resgate de episódios ocorridos aqui em Cascavel, no Sudoeste, no Oeste do Paraná, com este objetivo de trazer a conhecimento da população paranaense e da sociedade brasileira. A Comissão Estadual da Verdade do Paraná irá preparar o relatório, que será agregado ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

O resgate dessa história vai acontecer também com o reconhecimento daqueles que fizeram a resistência, quer dizer, o Valdetar Dorneles, por exemplo, se espera, daqui para frente, que seja reconhecido não como o comunista do episódio de Três Passos, mas que seja reconhecido como um dos construtores daquilo que é hoje objetivo fundamental da República Federativa do Brasil e escrito em nossa Constituição Federal, que é o de ver construída uma sociedade livre, justa e solidária.

Os heróis da resistência são aqueles que também caminharam no sentido da redemocratização do país, do surgimento de uma Constituição que, não por acaso, se denomina de Constituição Cidadã, mas que ainda se encontram as suas

promessas de cidadania distantes da vida cotidiana de milhões de paranaenses, de brasileiros, e, portanto, que sirvam esses episódios como exemplos para todos nós, do nosso compromisso da construção de uma sociedade melhor e mais justa.

A OPERAÇÃO TRÊS PASSOS

Gilberto Calil

O primeiro bloco de depoimentos se refere à Operação Três Passos. A operação Três Passos é um movimento pouco conhecido, mas de uma importância histórica enorme, na medida em que foi o primeiro movimento de resistência armada à Ditadura Militar. E, nesse ponto de vista, acho que é importante registrar e salientar que esse movimento se deu no momento em que se completava um ano de Ditadura Militar no Brasil.

É muito comum a gente ouvir discursos que confundem a ordem dos fatos e justificam a Ditadura, em vista dos movimentos de resistência armada. Então, é importante, ao mesmo tempo, que a gente registre que esse movimento se deu ao completar um ano de Ditadura; e que foi o primeiro movimento de resistência armada, em um momento em que se tornava completamente difícil qualquer outra forma de resistência; que isso se deu quando a Ditadura já completava um ano de arbítrio, de repressão, de torturas, de assassinatos, de prisões ilegais; que desde o dia 1º de abril de 1964 foram cometidos. Acho que é importante iniciar esta Audiência rememorando e registrando a ordem dos fatos e situando historicamente esse momento, esse primeiro movimento de resistência armada que se iniciou na cidade gaúcha de Três Passos – a chamada “Operação Três Passos”².

A operação Três Passos foi desencadeada a partir do dia 18 de março, com a entrada no Brasil do tenente Jefferson Cardim. Foi constituída por militares nacionalistas e por agricultores da região de Três Passos: 23 homens que buscaram dar início a uma insurreição contra a Ditadura. Em sua fracassada insurreição, da perspectiva em que ela foi pensada, em sua fuga atravessaram o estado de Santa Catarina, foram perseguidos e presos na região Sudoeste do Paraná nas proximidades de cidade de Capitão Leônidas Marques.

² Parte dessa história, assim como elementos da história da VPR na região de Três Passos, foi abordada na seguinte obra: BRANCO, Teobaldo. *Confidências de um guerrilheiro*: documentário de um personagem que participou da Guerrilha do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Maneco, 2008.

Então, esse é o contexto histórico muito geral. Foi um objeto de intensa repressão, e essa repressão é o objeto fundamental da Audiência. As audiências públicas têm como finalidade fundamental a recuperação e o registro de situações de graves violações aos direitos humanos, situações que ocorreram em grande quantidade, em grande número, no processo de repressão, de confrontação, com essa experiência, com essa tentativa de resistência à Ditadura Militar.

Deste ponto de vista, a gente dá início com o primeiro depoimento, em particular no que se refere às situações de violações aos direitos humanos, de repressão, de violência por parte do Estado, o Sr. Valdetar Dorneles.

DEPOIMENTO DE

VALDE TAR ANTONIO DORNELES

Quero esclarecer o que foi o movimento guerrilheiro de Três Passos – Rio Grande do Sul. O meu nome é Valdetar Antonio Dorneles. Sou nascido em 23 de setembro de 1933, numa localidade chamada Boca da Picada, distrito de Campo Novo, município de Palmeiras das Missões, naquela época.

Estou pendendo para os 81 anos, e levo uma bagagem muito grande de conhecimento e de aproveitamento nesses meus anos de vida. Fui agricultor, fui operário. No que se diz a trabalho, eu fiz meio de tudo, fui eletricitista, trabalhei em diversas coisas, e comecei a minha tarefa nos 6 anos e 4 meses de existência. Nasceu o meu primeiro irmão (que se encontra aqui comigo), e aí eu tive a incumbência

de cuidar desse irmão, enquanto a minha mãe carpia os terrenos lá no povoado, pra ganhar o sustento de cada dia. Então, muito novo eu assumi responsabilidade; tinha que cuidar, tinha que limpar a casa e fazer a comida também para que, quando ela chegasse, já estava pronto carreteiro para comermos.

Fui vivendo e, aos 14 anos, nós éramos muito pobres, mas eu sempre tomava iniciativas, e eu disse para minha mãe: “Eu concluo o primário, e vou me empregar”. E o dia que eu recebi o meu diploma do curso primário, eu passei em uma firma e me apresentei para trabalhar. E o homem me olhou e disse: “Tu é muito franzino”. Eu o olhei e disse: “O que um homem desse fazer, eu faço também”. Aí aquele gerente daquela firma disse assim: “Muito bem guri”. Na outra semana me chamaram.

Desde o dia que me chamaram, aos quatorze anos, para trabalhar, nunca mais faltou comida na minha casa! Ganhava 60 centavos por hora, seis cruzeiros, na época, por dia, mas o alimento veio para a minha casa. Então, por essa razão, eu concito: todo aquele que trabalhar não depende de fazer nada errado! Ele pode muito bem sustentar a família, embora aos poucos, mas o pão de cada dia sempre veio na minha mesa.

Então, muito cedo, aos 15 anos, já fui capataz em uma usina, já tive a responsabilidade de 48 homens à minha disposição. Depois fui para o Exército. Lá aprendi a lidar com as armas. Tive para ir ao Vietnã, mas o meu comportamento era muito bom no Exército, então levaram mais umas pessoas que tinham mau comportamento, e me deixaram.

Então, em 1959, o Rio Grande do Sul teve um governador chamado Leonel Brizola, e esse governador teve a inteligência de ver que a nação brasileira precisava de educação, e mandou construir seis mil escolas dentro do estado do Rio Grande do Sul. E fez uma aclamação pedindo para quem tinha o primário, que quem tinha condições, que se apresentasse para um teste para começar a lecionar, e eu me apresentei também para esse teste.

Era muita gente. E quando eu cheguei para o teste, fazia 12 anos que eu lidava, trabalhava com outras coisas, e não tinha mais estudado, não tinha mais feito nada, escrito, muito pouco. Mas me apresentei. Eu era o mais burrinho de toda a turma. Comecei a ouvir aqueles professores falar, aquele pessoal que

estavam lá, e falavam coisas muito difíceis que eu não conhecia. Eu digo: “Mas eu deveria ir embora, porque não tem condições de eu passar junto com essa gente. Mas, em todo caso, já estou aqui mesmo. Vou fazer o concurso”. Fiz.

Passou uma semana, veio a lista dos aprovados. Aí chamaram dez nomes, o 11º, o onze, era o meu. Talvez já uma consequência que eu vim participar e ser do Grupo dos 11. Então eu estou aqui para contar um pouquinho dessa história.

Como professor, eu fui ver as populações carentes. Eu fui ver alunos que vinham na escola no inverno só com a camisinha, e isso começou a mexer comigo. E eu comecei a me aperfeiçoar nos estudos e comecei a ver que nós tínhamos que lutar para melhorar a condição do povo brasileiro.

Como professor, eu tive a oportunidade de ouvir, em 1961, quando foi tentado um golpe no Brasil, um golpe militar. O Rio Grande se levantou em armas, e eu tive a oportunidade de ver que o povo rio-grandense se irmanou para garantir a Constituição. Não olharam para os partidos, se apresentou muita gente em um comício, pró a Legalidade, se chamava o Movimento da Legalidade. Muita gente. Tinha pessoal do Exército, da Polícia, brigadiano, de tudo quanto era jeito. Mas, de repente, precisou de um homem que fosse o presidente da Comissão de Resistência. Aí as coisas mudam. Todo mundo aquietau. Ninguém abriu a boca.

Quando chegou a hora de tomar decisões, as coisas complicaram. Aí meu falecido pai, um homem que foi amigo do Prestes, que acolheu o pessoal do Prestes na Argentina, em 1925. Esse Luís Carlos Prestes, meu pai serviu no Exército dele. E tinha dois sargentos (tios do meu pai) que estavam junto com o Prestes, e vieram à procura dele em Campo Novo, e ele estava na Argentina. Eles tinham uma fazendinha de mil e poucas cabeças, e ele levou um pouco de gado para a Argentina. E, lá, o Prestes chegando em Campo Novo não encontrou o meu pai. Então, ele se dirigiu para Alto Uruguai, e lá chamaram meu pai. Aí meu pai se apresentou para ele, e ele disse: “Óh, tô pronto pra ir na Revolução”. E ele disse: “Não, a Revolução está perdida, mas eu quero que você assumo todo o pessoal que tá cansado, todo o pessoal que eu tenho na tropa ferido. Eu quero que você trate deles e mande de volta para o Brasil”. Esse foi o serviço que meu pai fez.

Em 1932, veio a Revolução de Getúlio. Meu pai foi tenente; enfrentou as tropas em São Paulo. Num combate, perderam 40 homens (eu tenho documentos

desse fato). E meu pai sempre teve uma posição muito forte e, por causa de nós querer assumir a liderança do Comitê de Resistência da Legalidade, nós fomos marcados. Tinha tanta gente, mas ninguém se manifestou, ele levantou e disse: “Eu assumo”. Aí tinha um compadre dele que disse assim: “Junto com o senhor, compadre, eu também assumo”. “Quem se candidata para secretário do movimento?” Todos quietos. “Pronto, estou aqui!”. Então, comecei o meu movimento, a minha militância de verdade nessa época. Tive que organizar a resistência, e formar um tipo de um quartel pró-militar, mas eu nunca parei. Como professor, trabalhava nas localidades, eu organizava a sociedade, organizava a igreja, organizava a escola (que às vezes não tinha), trazia a biblioteca. Fui ativista. E agora?

O Brizola recebeu nosso documento, viu a nossa posição. Quando, em 64, ele teve que fugir, nós estávamos preparados, esperando, esperando armas, esperando coisas, mas que não vieram. Mas, nos primeiros dias de abril, a primeira casa da região que foi invadida foi a minha. Um batalhão da Brigada Militar invadiu minha casa. Era um domingo à tarde, eu e meus irmãos estávamos no futebol, estávamos no jogo. Eles aproveitaram aquela hora, e chegaram. E foi bom, porque levaram todas as armas que nós tínhamos. Não ficamos nem com faca de cozinha. Levaram tudo.

E, daquele momento em diante, nós passamos a ser comunistas. Então, para todos os efeitos, nós éramos os comunistas e não tínhamos o que alegar. Mas meu pai tinha muita firmeza, diz: “Eu quero saber onde é que nós erramos e o que nós fizemos errado, se o meu filho participou da reforma agrária?” – primeira reforma agrária do Brizola no Rio Grande do Sul. Ele levou esse pessoal na Exatonia e lá foi feita uma ficha, um cadastro das pessoas, e diversos deles foram contemplados com um pedaço de terra. Mas nós ficamos muito marcados por causa disso. Então, a primeira casa que foi invadida foi a minha.

Bom, pedimos que provassem. Não puderam provar nada. Rasgaram aquele [documento]. Mas nossas armas não devolveram. Nós tínhamos armas registradas, revólveres com porte, pistolas, foi tudo embora. Não adiantou reclamar para ninguém. E aí começou a perseguição para o nosso lado. Onde íamos, “Olha o comunista! Olha o comunista! Olha o comunista!”. E isto, eu digo: “Não, para lá um pouquinho!”.

Passados uns dias, chegara um mensageiro do Brizola. Quando soube que nós estávamos naquela situação, veio o tal Manoel Raimundo Soares. Foi o primeiro homem que veio do Uruguai na minha casa, falar com o meu pai, e disse: “É pra tu ir no Uruguai para falar com o Brizola”. Mas meu pai estava doente, não podia ir. E esse Manoel Raimundo pegou um cruzeiro (naquele tempo era um cruzeiro), tirou um pedaço daquele cruzeiro e deixou com o meu pai. Disse: “Se alguém aparecer aqui a mando do Brizola, vai lhe trazer a outra metade desse cruzeiro, aí vocês recebam, porque é companheiro!”.

Muito bem, então começaram os contatos nossos com o pessoal do Uruguai. Chegava alguém, trazia a metade da nota, nós conferíamos, estava tudo legal. De repente veio um outro sargento por nome de Rômulo. Também deu a mensagem e depois voltou. Dali uns dias apareceu Alberi Vieira dos Santos, que apareceu com a nota também, e disse: “Olha, tal dia vai estourar a Revolução! Se preparem, que vocês vão participar!”. Tudo muito bem.

Não demorou muitos dias, era dia 20 de março de 1965, chegava na minha casa o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Ele era coronel do Exército, adido da Embaixada Brasileira no Uruguai, sargento Alberi Vieira dos Santos. E, aí, eu recebi a incumbência de fazer o levantamento da cidade de Três Passos e da região. Tudo muito bem. E eles começaram a fazer os contatos, e, no dia 25 de março de 1965, eles vieram na minha casa, Alberi Vieira dos Santos e Selvino Souza Fraga, arrumar dois cavalos para vir à cidade. Minha mãe emprestou os cavalos para eles, porque a minha mãe era responsável pela alimentação dos guerrilheiros que estavam na chácara do meu pai no costado de um rio, em um lugar ermo.

E eu tinha que ir à cidade levar documentos na escola e buscar jornal. Fui subindo uma subida de bicicleta, e eu carregava um rádio (um radiozinho japonês, com seleção de onda). Então aquele rádio tinha que ficar ligado na Guaíba, porque pela Guaíba vinha a mensagem. Eu estava subindo perto do campo de aviação, de repente, a rádio Guaíba anunciou: “25 de março de 1965, aproximadamente duas a três horas, Operação Touro Preto, imediatamente em ação”. Aí eu me perguntei: “A Operação Touro Preto é a nossa?”, mas continuei indo para a cidade.

Quando eu chego no campo de aviação, está o sargento Alberi. Eu digo: “Onde é que é a Operação Touro Preto?”. “É a nossa. É para ir imediatamente entrar em ação”. Ele disse: “Então vá à cidade, volte e reúna o que tu puder”. Porque eu tinha organizado, tinham 180 homens a minha disposição, mas não dava tempo de pegá-los, porque era pra sair imediatamente. Só juntamos alguns lá, dez companheiros e mais o pessoal que tinha vindo de São Sepé, que tinha vindo do Uruguai, que tinha vindo de Porto Alegre. E arrumamos um caminhão.

Então, chegou o dia de termos que partir, mas não tínhamos caminhão. Meu pai arrumou um Ford 39, e, com aquele caminhãozinho, nós fomos até Três Passos. Depois que dominamos a Brigada, eu tive a incumbência de ajudar a fazer a tomada. E nós tínhamos um mosquetão e três rifles, três Flaubert, era o nosso armamento. Aí chegamos, dominamos o destacamento. Apanhamos 65 mosquetões, uma metralhadora e um pouco de munição que eles tinham – não tinham muita munição. Estava iniciada a “Operação Três Passos”.

Desde esse dia até o dia 27 de março, quando demos um combate em Capitão Leônidas Marques, que eu quero que vocês notem bem, ali nós fomos cercados pelo Exército. Na hora do combate, o coronel Jefferson me diz: “Valdetar, faz a retaguarda, porque pode vir um caminhão por trás de nós”. Mas não me deu nenhum nome. Mas eu descí uma canhada lá, e fui trancar a estrada. E ele foi atacar o comboio do Exército que vinha vindo. Quando ele atacou, os homens se assustaram, e ali está. Quando ele atacou o caminhão, foi uma debandada geral. Aquele pessoal, aqueles soldados não estavam preparados para o combate. Todo mundo se mandou mato afora e se foram. E o tiroteio começou, e os que vinham na retaguarda daquele caminhão do Exército se atiraram no mato também.

Tivemos a infelicidade, porque o coronel Jefferson tinha dado uma ordem: “Não atire para matar ninguém! Atire para cima, mas não..., porque esse pessoal é nosso!”. Porque, quando eles vieram do Uruguai, eles passaram em São Sepé e trouxeram algum pessoal de lá. Lá em São Sepé tinha um tal de Comissário Chávez, que ficou com bomba, com dinamite, com armamento, para, assim que nós largássemos Três Passos, ele estourasse as ferrovias daquela região.

As coisas são muito difíceis. Eles tiveram uma reunião em Santa Maria com o comandante do Exército de Santa Maria. É a “Reunião dos 13”, tinha

13 coronéis, e o Jefferson, e o Alberi. Aí combinaram: era para vir 60 oficiais do Exército para nós darmos início em Três Passos, e ali seria um Quartel General. Mas nós já tínhamos armamento, já tínhamos fardamento, já tínhamos tudo. E houve uma contraordem do comandante Brizola para não largar o movimento. E, à meia-noite, nós tínhamos largado. Quando chegou o emissário do Brizola: “Não lancem o movimento!”. Nesse dia, nós já tínhamos largado. Já tínhamos colocado, lido o pronunciamento na rádio e já estava tudo em polvorosa. A cidade já estava dominada, e já tinha desarmado tudo, já estava tudo sob nosso comando.

E aí? E agora? Vamos fugir para o Paraná! Porque o nosso destino era Campo Grande – Mato Grosso. Lá tem uma base de aviação, onde o comandante era nosso companheiro e estava nos esperando. E, se nós tivéssemos que fugir, nós tínhamos avião para pedir asilo, qualquer coisa. Mas não deu tempo de nós chegarmos lá. Alguém diz assim, que nós fomos pra detonar a ponte de Castelo Branco e matar o Castelo Branco na inauguração da Ponte da Amizade. Eu não sei se é verdade ou não é, porque o coronel não me disse isso aí.

Mas, infelizmente, nesse combate, um sargento chamado Carlos Argemiro Camargo, de Francisco Beltrão, correu pela capoeira, e outro sargento, que vinha na retaguarda do Exército, achou que era nós que estávamos correndo pelo mato e deu uma rajada nesse sargento e o matou. Nós levamos um tempão para justificar que não fomos nós que o matamos. Aí, com exame de balística, eles foram saber que foi um sargento chamado Ubiratã. É a única coisa que eu consegui saber, que foi ele que matou o sargento. Mas, para todos os efeitos, ficou nas nossas costas. Então nós não fizemos, porque não atiramos em ninguém. Durante a nossa jornada, não demos um tapa em ninguém, não ofendemos ninguém. Tomávamos as armas, e isso aí bastava.

MONUMENTO EM HOMENAGEM AO SARGENTO CAMARGO



Foto: Valdir Sessi

Quero deixar claro que o Sudoeste do Paraná foi palco desses episódios. Nós passamos em Santo Antônio. Em Santo Antônio, nós abastecemos o caminhão no posto do Sinval. O pai dele, que era o Percy Schreider, que foi deputado estadual aqui. Abastecemos o caminhão no posto dele e lá ficou um cartão de requisição deste combustível. Uma vez eu estive lá, e ele me cobrou o combustível, mas queria juros e correção monetária. Eu disse: “Olha, quando eu estiver bem de vida, eu vou pagar isto aqui”. Mas nós temos muitas testemunhas. E eu tenho contado alguma coisa, e o Alúzio que está fazendo esse apanhado, que está fazendo essa comunicação, com essa juventude que está aqui, a qual eu conclamo: Se preparem, porque o destino dessa nação está nas vossas mãos!

Eu já estou com 81 anos, e já com operação no coração. Meu irmão ali também já está com operação do coração. Eu posso dizer para vocês que depois desse combate, o tiroteio estava muito bonito, e eu corri de volta para o *front*. Eu estou correndo para a *front*, e vi o coronel Jefferson com seis homens ladeando uma ladeira, correndo. Eu gritei para ele: “Coronel, coronel”, e ele não me deu

ouvidos e continuou correndo, mas eu tirei quatro homens – ele ia com seis, eu tirei quatro, e ficou dois com ele. Eu peguei os quatro e perguntei: “Cadê os outros companheiros?”. “Eu não sei dos outros”. “Então vamos ver”. E ninguém sabia. Eu disse: “Então vamos ver, porque pode ter gente baleada, gente ferida, e o coronel deixa tudo atirado aqui”.

Aí eu tive que assumir. Não tinha sargento Chavez, não tinha sargento Alberi, não tinha outro. Eu tive que assumir o comando. Fomos lá. Aí meu irmão, que estava sentado junto comigo, disse assim: “A metralhadora foi deixada no meio da estrada.” Aí fizemos outro ataque, fomos lá e resgatamos a metralhadora, resgatamos a arma porque a metralhadora tinha ficado. Reuni oito pessoas comigo, catei os outros que estavam ali, outros já tinham se mandado. Tem coisas engraçadas que acontecem que eu não vou poder esclarecer tudo.

Então, nós fomos... eu organizei esses oito. Dali um pouco chegou o Virgílio, um companheiro que era nosso guia. Mais tarde chegou Odilom Vieira, um dos que tinham ido com o coronel, voltou também. Mas nós, em vez de sairmos para o mato, saímos por uma capoeira atrás dos militares. Eles nos procuravam no mato, e nós ali pertinho do comando deles. Aquela noite posamos. No outro dia cedo, nós ficamos sabendo que o coronel Jefferson estava preso e mais três companheiros estavam presos. Estavam cinco presos. Eu digo: “Não temos o que fazer. Vamos fazer um comunicado para o comando do Exército e vamos nos apresentar”. Aí mandamos um mensageiro lá, dizendo que nós rendíamos as armas desde que nos dessem integridade física e moral, nós nos apresentávamos e rendíamos as armas. Aceitaram.

Nos apresentamos a eles, e aí vimos um episódio: quando nos apresentamos para ele, o coronel Curvo, de Foz do Iguaçu, tirou o Virgílio para bode expiatório e disse: “Um tem que morrer! Nós perdemos um homem, então um tem que morrer! Te ajoelha aqui e reza, porque vou te estourar seus miolos com uma bala!”. O Virgílio se ajoelhou, olhou para o coronel e disse: “Coronel, tenho rezado muito, mas estou pronto para morrer pela minha Pátria. Pode atirar!”. Táí comigo ele, este homem está aí. Aí ele disse: “Então levanta!”.

Fomos conduzidos até o grosso da tropa. Lá tinham três mil homens, muitos aviões, paraquedistas, polícia do Paraná, polícia de tudo que era jeito. E,

quando chegamos ao grosso da tropa, passou um aviãozinho por cima de nós e largou uma mensagem. E ali dizia: “Guerrilheiro morre em combate! Não quero nenhum vivo!”. Aí foi uma coisa muito terrível em minha vida, porque eu tinha sugerido para que nós nos apresentássemos. E agora, íamos morrer gratuitamente? Se morrêssemos brigando, não haveria problema. Mas eu olhei para um cabo que tinha uma metralhadora para dizer: “Agora vamos se desgraçar tudo aqui. Vamos ver se tomamos a metralhadora”. Mas, quando eu olhei para aquele homem, o sargento me agarrou, me fizeram um charuto de corda, nos colocaram em cima de um caminhão. Botaram num caminhão e já mandaram nós pra frente. Mas um teco-teco de um jornalista tinha descido numa estrada, e esse jornalista veio pra dar cobertura na operação. E o caminhão teve que parar por causa do aviãozinho. E aquele jornalista chegou no caminhão e tirou umas fotos.

O Coronel Curvo chegou, tomou a máquina do homem, tirou o filme, rasgou, pisou em cima daquela máquina. E aquele jornalista foi e disse assim: “Comandante, eu estou autorizado com credenciais do presidente Castelo Branco para fazer a operação aqui!”. “Ah bom! Então continue com teu trabalho!”. Ele foi à sacola, tirou outra máquina e nos fotografou. Hoje eu estou vivo por causa deste jornalista! Então, eu já faço aqui um agradecimento aos repórteres e jornalistas, porque eles salvaram e salvarão muitas vidas.

Fomos conduzidos dali até Foz do Iguaçu. Quando chegamos em Foz do Iguaçu, tinha uma fileira enorme de soldados. Eles nos desamarraram do caminhão, e nos levavam a pontapés até chegar à prisão, até cair dentro da prisão. Lá na prisão, em seguida, nos amarraram pelas mãos e penduraram dentro da grade. E aí a bordoadá pegou. Três dias, não tínhamos água, nem comida, nem nada. No terceiro dia, eles nos deram uma água de couve com sal no meio de uma bandeja do Exército – aquilo é baixinho assim – e não tinha colher, não tinha nada, nós tínhamos que lambar como cachorro aquela água.

Onze dias depois, nós começamos a ganhar comida, o general nos visitou, e viu o nosso estado: todo mundo estava arrebitado! E nós já não tínhamos mais coragem de tanto levar bordoadá. Entrava às 10h da noite e saía às 6h da manhã, porque vimos um coronel Jefferson capitular diante dos homens, queria se matar.

De repente, chega o Alberi e o Adamastor Bonilha, nós moídos e arrebetados, e aquele Adamastor Bonilha era um comunista convicto que chegou e olhou para o nosso estado. Ele estava com as mãos amarradas e não apareciam as cordas de tão inchadas, estavam tão justas as cordas nas mãos dele que não aparecia nada. Ele chegou e olhou para o nosso estado, e ele foi e disse: “Não tem nada companheirada, vamos dar a volta por cima”. Aí nos animamos. Estávamos arrebetados, eu estava moído a rebordada, e, com aquilo, nós nos reanimamos.

Um cabo pegou um molho de chaves, quando ele falou isso, e jogou na boca desse Bonilha, e disse assim: “Olha rapaz, pra você eu te dou uma semana, e você sai do mapa. Eu tô preso e não poderia fazer isso”. Ele tinha uma posição muito firme. Então, nesta minha jornada, eu aprendi a ver, a desnudar a personalidade humana. Vi o Jefferson querendo se matar, vi cada um companheiro querendo tirar o seu da reta, ninguém queria assumir. Eu digo: “Eu assumo. Eu assumo, sou eu o responsável! Se tiver um ano para cada um, eu tiro, se tiver dez, eu tiro e morro na cadeia, mas deixem os outros”.

Eu consegui tirar o meu grupo, inclusive o Virgílio, que também foi libertado nessa primeira leva. E eu, hoje, estou aqui para contar que eu tive duas coisas bem difíceis: foi quando eu abracei minha mãe e meus irmãos para sair para a Revolução. Quando eu abracei meus irmãos eu chorei. Quando abracei minha mãe (minha mãe era uma alemoa com índio; a mãe dela, alemoa pura; e o pai era índio puro, índio uruguaio), e ela disse: “Meu filho, é melhor morrer lutando do que viver como escravo desta cambada e aguentando desaforo deles!”. Aí eu me animei e fui. E a segunda coisa mais dura foi a hora que aquele major, aquele coronel largou aquela mensagem, “Não quero nenhum vivo”, foram horas muito difíceis.

Eu sofri muito dentro da prisão e no meu corpo. Depois eu posso mostrar para vocês as marcas, queimaduras, cabeça quebrada, o nariz torto, os sinais das cordas. Faz 50 anos, e ainda, se olharmos bem, vamos achar sinais das cordas nos meus braços, nas minhas pernas. Aqui nos meus dedos foram feitas as alianças, eu mostrei ali, e isso nunca mais vai sair, a sepultura apagará isso aqui. Era a confissão. Eles enrolavam um fio de náilon nos dedos e depois perguntavam: “Conhece fulano?”. “Não conheço”, aí puxavam aquele fio. Dali a pouco: “E fulano, você conhece?”. “Não conheço”, e não podia conhecer.

Eu tinha dito para o meu grupo: “Vocês não sabem nada, tudo bota nas minhas costas. Só eu que sei, vocês não sabem nada”, porque depois que disser uma palavra, aí tinha que falar, despejar o que não sabia, debaixo do porrete, falar bobagem. Então, meus amigos, dia 26 de março vai fazer 49 anos desse episódio, mas até hoje eu sinto, eu sofro as consequências da sociedade. Onde eu passar, alguém vai dizer: “Lá vai um comunista!”, “Este foi o que tomou Três Passos”, principalmente a elite da minha cidade me considera assim. Me respeitam, mas esse é o tratamento que eu tenho.

Eu fui buscar os documentos de uns companheiros em um batalhão, e, quando eu cheguei nesse batalhão em que eu pedi, requeri esses documentos, o homem: “Mas, quem é o senhor?”. “Eu sou Valdetar Antônio Dorneles”. “Mas tu é o famoso Valdetar?”. “Se sou famoso eu não sei, mas sei que sou o Valdetar”. “Vou colocar o quartel em prontidão”. Eu digo: “Agora não adianta, já estou aqui dentro, se eu venho aqui, se aperto os dentes, explode tudo, estou cheio de dinamites, aí explodo tudo isso aqui e vamos tudo para o saco”. Aí, ele deu uma risada e disse: “O que você precisa?”. “Eu preciso tal coisa”. Eu queria o depoimento de dois ou três. E ele me deu o processo inteirinho, e eu saí com todo ele em mãos. Todo o processo da guerrilha eu tenho nas mãos. Eu tenho muitos documentos em casa. Tenho percorrido o Paraguai, a Argentina.

O Sudoeste do Paraná foi onde se originou o maior Grupo de 11 do Brasil. Não teve outra região que tivesse mais do que ali. Danilo Quintino, Fernando Camargo... Eu tenho uma lista dos que foram presos, dos chefes dos Grupos de 11, mas cada um deles tinha 10, 15 grupos. Tem muita gente dos nossos na Argentina, muitos no Paraguai. Eu andei pelo Paraguai, descobrindo as pistas de nossos companheiros, alguns já receberam indenização, outros ainda não. Temos muita gente no exílio, gente no Sudoeste do Paraná, Barracão, Dionísio Cerqueira que foram para a Argentina e deixaram tudo o que tinham. Perderam tudo. Quando voltaram, já tinha dono. Tinham tomado em ação, tomado terra, tomado tudo, e não tinham o direito a voltar pra cá.

Paraná foi o primeiro governo do Brasil que reconheceu os presos políticos. Beto Richa foi o que fez o projeto na Câmara, hoje ele é governador do Estado. Nós tivemos a indenização de muitos companheiros que estão

aqui, que estiveram em Curitiba recebendo a anistia do estado do Paraná. A este povo eu deixo a minha homenagem e a esta mocidade, os estudantes, eu concito que estudem e se preparem, porque hoje necessitamos de mão de obra especializada. Até para dirigir um ônibus, dirigir um caminhão precisa ser técnico em computador; então, não vai faltar trabalho para quem estudar e para quem quiser se desenvolver em sua vida cotidiana.

Por essas razões eu concito a mocidade que se preparem e descubram entre vós as lideranças, porque nem todos têm lideranças, mas alguns têm liderança. Apoiem essas lideranças de vocês. Tem uns que têm mais desenvoltura para falar, para arrumar, para ajeitar. Nós vimos aqui um homem que está liderando esse movimento aqui, Aluizio Palmar. A ele, a minha homenagem.

Um dia, eu estava em uma escola e recebi um folheto, e nesse folheto, sabendo do meu estado de saúde (estava com o coração meio mal, tive que fazer uma operação), e os alunos me deram assim: “A esperança de um novo dia, professor, torna belo o entardecer”. Então, estou chegando ao fim da vida, mas, com tudo o que sofri, é bom viver, é bom lutar. E, enquanto eu puder me mexer, eu vou lutar pelos ideais do socialismo na face da terra.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Quero fazer uma primeira pergunta ao Valdetar, e essa é uma preocupação, porque a gente fala da verdade, da memória, e espera, um dia, na realidade brasileira, poder falar da justiça, com a responsabilização criminal daqueles que foram os torturadores, daqueles que exterminaram as pessoas. Embora ainda hoje, nesse momento, o Supremo Tribunal Federal tenha o entendimento de que a Lei da Anistia imuniza esses criminosos da responsabilidade dos seus atos, o que se espera, e o que a sociedade democrática espera, é que, inclusive cumprindo comandos de tratados internacionais, que o Brasil subscreve e que estabelecem a imprescritibilidade desse tipo de crime, nós, exatamente nessa perspectiva de se fazer justiça e responsabilizar criminalmente os agentes da Ditadura, eu gostaria de perguntar, então, ao Valdetar, se ele pode nos indicar, desde o momento em que houve a sua prisão e das subsequentes torturas, de que ele e seus companheiros foram vítimas, quais, naquele momento, eram as vozes de comando, quem eram as pessoas que estavam na sequência,

comandando as ações, essas ações que se traduziram na prática de tortura?

Valdetar Antonio Dorneles. Respondendo à pergunta do ilustre representante da Comissão Estadual da Verdade, eu quero dizer o seguinte: Nós vimos na pessoa do Coronel Curvo, porque, quando eu mandei a mensagem para ele, que nós nos entregávamos desde que nos desse garantia de vida e integridade social. Mas, quando ele recebeu a mensagem do General Aragão que não queria nenhum vivo, ele mandou o caminhão arrancar, e, por certo, o fuzilamento seria imediatamente. Iria nos levar para um mato e iria nos fuzilar. Depois, caímos nas mãos do major, na época chamado Mortinho, e do capitão Rui. Depois, caímos nas mãos de um major paraquedista do Rio de Janeiro, muito bandido também, eu tenho o nome escrito, mas não me vem à memória desse homem. O Mortinho, nós conhecíamos ele por Mortinho, e o Rui era Rui Monteiro do Rego. Esse homem foi um dos que comandaram a sevícia, e tinha um tal de sargento Ulisses que executava. Tinham três grupos de torturadores, quando um grupo cansava, outro entrava; ele dava uma folga a eles e outro entrava. E eu ali debaixo do... Então, por isso que eu disse, meus companheiros, quando saíram da prisão, fizeram nova documentação, com outros nomes e codinomes, e eu não adiantava. Eu digo: “Não, vou continuar sendo Valdetar mesmo”, porque estava marcado nas mãos, marcado nas pernas, marcado no nariz, marcado em diversas partes do corpo, então me reconheceriam aonde quisessem. Então não adiantava eu fazer documentos falsos. Mas teve companheiros que fizeram. Então, estes são os nomes, os primeiros nomes que eu posso referir.

Ivete Caribé Rocha. Efetivamente, a herança negativa da Ditadura Civil Militar ainda permanece hoje, porque esta verdade não veio à tona completamente. É por isso que estamos aqui, para resgatar essa verdade, e, nesse sentido, quero cumprimentar muito nosso colega aqui de mesa, o Aluízio Palmar, que é um batalhador ferrenho para que essa verdade venha à tona. E cumprimentar também o depoente, o Sr. Valdetar Dorneles, pela sua coragem, por essa luta também de vida, porque é uma vida inteira, porque as sequelas permanecem, nós sabemos, e a sua família também, que sofre, e a todos os que tiveram essa luta e estão aqui

hoje. A gente sabe do que as famílias passaram e que ainda permanece neles essa seqüela. Seu Valdetar, o Senhor mencionou o Coronel Túlio, eu gostaria de saber se o senhor tem o sobrenome desse Coronel?

Valdetar Antonio Dorneles. Ademar Curvo.

Ivete Caribé Rocha. Em que cidade o senhor foi preso?

Valdetar Antonio Dorneles. Em Aparecidinha do Oeste, no Paraná, em Capitão Leônidas Marques. Quero complementar que os militares estão querendo, novamente, incitar o povo a fazer marcha, fazer isso, fazer aquilo, e eu quero dizer de público aqui: se ninguém for reprimido e responsabilizado pelas mortes que fizeram, e pelo banditismo que fizeram, eles têm chances de fazer outro, porque não tem condenação para eles.

Ivete Caribé Rocha. É verdade. Nós torcemos muito para que seja revista essa Lei de Anistia. Uma outra pergunta: o senhor chegou a ser preso no Batalhão de Fronteiras?

Valdetar Antonio Dorneles. Sim. Lá que eu fui torturado. Sofri tortura ali e em Porto Alegre, sofri tortura de diversos jeitos. E eu quero dizer pra vocês que, em Foz do Iguaçu, eu tive 51 dias, e lá, eu saía da tortura e não podia ficar de pé, eles me levavam erguido e me tiravam de lá. O Alberi entregou os companheiros, o Jefferson se retratou e queria suicidar-se, os outros companheiros, cada um queria sair fora do compromisso, e aí eu vi a responsabilidade. Digo: “Não, eu assumo”. E aí me tiraram para falar com o General e sofrer as consequências, né?. Mas assim como estou fazendo aqui, eu fazia com o General: ele me fazia uma pergunta, e eu fazia outra para ele, assim nós lutamos. Agora estava lembrando de outro fato.

Ivete Caribé Rocha. O senhor esteve em outros locais?

Valdetar Antonio Dorneles. Sim. Estive no Cesme, em Porto Alegre, no 18 RI, em Porto Alegre. Lá, no 18 RI, foi a pior tortura que eu sofri. A pior tortura da minha vida. Nem a bordoadada, nem o choque, nem o enforcamento, nada disso atingiu minha moral. Mas, quando eu fiquei, eu e o Adamastor Bonilho, cada um em uma cela escura por cinco dias, sem saber que hora era manhã, que hora era tarde, apertadinho, só cabia ali, aquilo foi a pior coisa que me fizeram, e isto eu devo ao capitão Canroberto, ele tem mais um nome, mas o nome de guerra dele é Canroberto, mas ele deve ser General hoje, deve ser alguma coisa.

Ivete Caribé Rocha. Tem mais algum agente que participou da tortura lá em Porto Alegre contra o senhor?

Valdetar Antonio Dorneles. Teve, mas a maior tortura foi essa, do boi preto³ que eles chamavam. Eu e o Adamastor Bonilha ficamos. Esse Adamastor Bonilha era um homem muito firme de posição. Eles vinham na missão para a guerrilha, até Catuípe. Lá eles posavam na casa de um cidadão chamado Frizo, e o prefeito de Catuípe mandava o motorista levar eles até a minha casa. Da minha casa, eu conduzia eles até onde estava o grupo guerrilheiro, porque só eu que tinha a senha para entrar naquela região, naquele local. Então, este Frizo foi acareado com o Adamastor Bonilha, e eu estava junto. Então ele dizia: “Olha, quando nós saímos de Porto Alegre, nós posamos na casa desse cidadão”. E aquele Frizo foi e disse assim: “Nunca vi esse homem, não o conheço e não sei daonde que ele é”. Aí Adamastor Bonilha olhou pra ele e disse assim: “O senhor me perdoe, eu quero enfrentar o pelotão de fuzilamento, mas não quero ser delator dos meus companheiros, eu também não conheço esse homem”. Aí que nós fomos parar no boi preto, e o Canroberto era esse que estava nos inquirindo naquele dia.

Ivete Caribé Rocha. O senhor lembra do nome de companheiros seus que o senhor viu sendo torturados?

³ Nome pelo qual se referiam os repressores a uma cela pequena, espécie de solitária, comum nas prisões em Porto Alegre – RS.

Valdetar Antonio Dorneles. Sim, meu pai, Eusébio Teixeira Dorneles, Abrão Antônio Dorneles, Virgílio Soares de Lima, que está aqui. Vimos o João Pinheiro, que é cunhado do Virgílio e não tinha nada a ver com as coisas. Ele estava indo casar uma filha, havia carneado uma vaca, nós passamos em frente à casa desse homem. Esse homem foi preso, foi manietado, e o Sinval aqui é testemunha, que ele foi amarrado como porco e apresentado em Santo Antônio, em praça pública. Ele era menino e viu isto. Lá, tinha uma mulher que trabalhava no fórum que também foi testemunha, quando eu pedi para ela que desse um depoimento pra mim, ela disse: “Não, eu não quero me envolver. Trabalho no fórum e não posso me envolver nisso”. Então, tem pessoas que tem receio de falar. Eu sempre digo que, para mim que já passei por tantas coisas, já fui levado para execução e escapei, então meus 81 anos já são bem vividos e bem aproveitados, e, enquanto eu puder viver, vou falando sempre a mesma coisa.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. O senhor foi julgado onde? Na auditoria Militar em Curitiba? Onde é que houve o seu julgamento? Se o senhor lembra, quem que fez a acusação? E também gostaria de saber quem fez a sua defesa e qual foi a decisão.

Valdetar Antonio Dorneles. Nós estivemos presos em Foz do Iguaçu por 51 dias. Ali dormimos no piso, foi tirado toda nossa – maioria – da roupa. Estivemos dentro do presídio, da prisão de Foz do Iguaçu. Foi cortada a nossa água, ficamos em quarenta e poucos homens em uma cela, sem água por três dias. E estávamos sofrendo aquela tortura, que não tinha água, e 48 homens usando um vaso só, então vocês imaginem como é que ficou aquele banheiro. Estávamos naquele sofrimento e começamos a queimar a roupa para tirar o cheiro daquilo, que não aguentávamos mais. A tortura era muito forte. E aí nós tivemos a felicidade de ver um sargento nacionalista. Porque nós saímos contando com a ala nacionalista do Exército. Mas, infelizmente, o Brizola deu um ‘não’ na operação, e eles não vieram. Nós ficamos na chuva, sofrendo. Então, nós estávamos naquela situação, e, de repente, caiu de serviço naquele dia o tal do sargento Canhoto, ou Esquerdo, uma coisa assim, e esse sargento, quando chegou

e viu aquele estado de coisa, ele botou a boca no trombone. Ele era nacionalista, ele era da ala dos sargentos. Esse homem disse: “Eu quero água, eu quero limpeza, eu quero tudo”, e fez a limpeza daquele nosso cubículo, e nós devemos isso ao tal sargento Esquerdo, ou Canhoto. Esse sargento foi excluído do Exército, mas foi prefeito de um lugar por aqui, não sei onde, no Paraná. Talvez alguém tenha lembrança disso aqui.

Gilberto Calil. Seu Valdetar, no Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu, o senhor presenciou ou estava lá quando ocorreu a violência contra Silvano Vieira, que resultou na morte dele?

Valdetar Antonio Dorneles. Não, nós todos apanhamos pendurados. Foi batida a cabeça dele contra a parede, saiu sangue do nariz, já tinha apanhado na estrada e, aí, lá ainda foi pior. Nós vimos a coisa. Aqui vocês vão ver uma pessoa que foi executada aqui no Paraná, ele teve mais de 200 tiros. Ele foi preso, ele e um companheiro foram furados os olhos, arrancada a língua, castrado, e foi empurrada uma vara no olho dele e saiu na fonte, e a fotografia está aí. É José Soares de Lima.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Mas nós estamos falando do processo. Onde é que o senhor foi processado?

Valdetar Antonio Dorneles. Ah, tá! Deixa eu voltar atrás, sobre o processo. Fui denunciado pelo artigo 1.802 na Auditoria de Curitiba, e, então, a denúncia, a pena mínima daria 28 anos, e a máxima, 55 anos. Mas os fatos se desenrolaram de outra forma. E, de repente, nós não tínhamos.... O promotor que fez a denúncia, não lembro-me do nome, mas o sobrenome era Leitão, ele extrapolou todas as leis. Foi colocando os artigos, e dava uma imensidão de prisão para nós. Então, na Auditoria de Curitiba, nós fomos ouvidos e fomos julgados. E o dia que foi para julgar, as penas caíram, não se justificavam todas aquelas penas. Jefferson e Alberi foram condenados a dez anos, e depois ficou em oito anos. Nós, em um grupo, ficamos com quatro anos, e eu tirei esses quatro anos no

presídio de Ahú, de Curitiba. Nesse presídio eu vi muita coisa. Se um dia eu puder falar ou escrever um livro, vou narrar tudo o que vi dentro da prisão, entre os companheiros, porque a verdadeira personalidade se desnuda na hora do aperto. Porque eu vi companheiros que a mim me parecia que morreriam mordendo ferro e não entregariam um companheiro, e, quando a bordoada pegou, afrouxou e não teve jeito. O motorista que trazia os guerrilheiros de Catuípe até a minha residência, nós combinamos: “Eu não te conheço e você não me conhece”, “Eu não sei de nada e você também não sabe”, e ele cumpriu com a parte dele. Aquele eu achei firmeza. O Frizo, achei firmeza; o Adir Burma, achei firmeza; o Coronel Firmo, que era comandante em Santa Maria, eu achei firmeza, porque ele disse “Eu não sei nada, eu não sei de nada, eu não sei de nada”. Mas, nos anais dos processos, tem a participação, a reunião dos 13, porque nós contávamos com 80% do Exército, e, bem no fim, não tivemos ninguém para nos apoiar.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Quem fez a sua defesa?

Valdetar Antonio Dorneles. Para a nossa defesa apareceram 300 advogados de Curitiba. A minha foi feita por Aldemar Teixeira Soares, um coronel do Exército reformado. Teve o Aurelino. Emílio Rock Dória foi o advogado do meu falecido pai. O Coronel Aldemar Teixeira Soares foi o meu advogado e o advogado do Abrão, ele era um coronel nacionalista também e nos representou. E ele que descobria no serviço secreto como é que foram os episódios. Ele que levou para nós lá mostrando: “Olha, agora foi feita a perícia da arma que matou o sargento Camargo, e esta aqui foi o sargento, o tal Ubiratã.”

Norton Nohama. Eu gostaria de lhe perguntar sobre o José Soares de Lima, se o senhor chegou a conseguir identificar quem fez as torturas dele e a execução.

Valdetar Antonio Dorneles. Não, eu só tenho as fotografias e o inquérito feito sobre isso. Se o senhor quiser a fotografia original eu tenho em casa, mas eu trouxe ali o xerox.

Norton Nohama. Teve uma outra pessoa, o Silvano Vieira, que também foi executado naquele momento. O senhor poderia descrever um pouco a situação?

Valdetar Antonio Dorneles. Esse saiu da prisão ‘fora da bolinha’. Ele ficou doido. Quando soltaram ele, que não puderam condenar, ele voltou para casa, mas chegou em casa achando que a mulher traía ele, depois vendeu suas coisas, separou-se e deixou a família ‘a Deus dará’. Foi achado morto num casebre, talvez com uma pancada na nuca, porque estava debruçado em cima de uma cama, em 1970.

Norton Nohama. O senhor poderia narrar rapidamente como foi a sua vida depois da prisão, no momento que o senhor voltou à sua vida normal, como foi o retorno? Porque a gente sabe que, para a maioria das pessoas, o depois não é muito simples nem muito foi fácil, né?.

Valdetar Antonio Dorneles. A sua pergunta foi oportuna, e eu quero dizer que eu fui cassado político e fiquei 24 anos e alguns meses cassado político. Talvez eles não saibam, mas eu tenho um documento e acho que está dentro dessa pasta aí. No Brasil, em 1979, houve uma anistia. O juiz auditor de Curitiba nos anistiou. Reconheceu nosso direito de anistia. E o promotor da época, da Auditoria Militar de Curitiba, apelou ao Tribunal Superior Militar, e o Tribunal Superior Militar cassou nossa anistia por seis votos a um. Só tivemos um general, chamado Torres de Lima, que votou a nosso favor, o resto foi tudo contra. Eu fiquei cassado até 1988, quando eu consegui voltar para o meu serviço. Mas só que não consegui receber nada dos atrasados. O Estado apenas me reconstituiu no posto e não me ressarcia nada dos atrasados. É desconhecido do povo que, no Brasil, ficaram 11 cassados, que não receberam anistia em 1979. E, desses 11, Valdetar Antônio Dorneles, Abrão Antônio Dorneles, Eusébio Teixeira Dorneles, o meu pai, fazem parte desses 11 que foram cassados. E eu só recebi em 1988 que eu recebi a anistia. Vinte e quatro anos depois. E até hoje sofro as restrições de uma elite da minha cidade.

DEPOIMENTO DE

ABRÃO ANTONIO DORNELES

Este é um momento em que eu me sinto bastante orgulhoso de estar falando a uma multidão como essa, que tirou momentos para ouvir um depoimento de um guri que sofreu na época da Ditadura. Foram muito árduas as horas difíceis que passamos. Mas, uma coisa eu tenho a dizer: me sinto muito orgulhoso em ter sido um daqueles que foi colocado em campo para dar o pontapé inicial contra uma Ditadura, e a volta de uma Democracia no país.

Eu tinha poucos conhecimentos na época, mas já trabalhava em prol de uma sociedade massacrada e sofrida. O sofrimento inicial foi porque eu convocava o pessoal que não tinha terra, que eram massacrados pela situação daquela época, não tinham terra e viviam sacrificados, viviam trabalhando, dando porcentagem aos grandes capitalistas. Eu convocava os agricultores, inscrevia a eles, e me sinto muito orgulhoso, porque muitos receberam sua terra com a primeira reforma

agrária registrada, pelo governador Leonel de Moura Brizola, que assentou uma grande parte daquele povo. Então, eu me sinto bastante orgulhoso por poder ser participante de uma sociedade que foi massacrada, e que poucos foram aqueles que se levantaram e se dispuseram a trabalhar em prol desse povo, isso sem ser retribuído com salário. Trabalhava pelo amor à camiseta, como diz o ditado. E por isso começaram os massacres das perseguições em cima da minha família: do meu pai, do meu irmão que terminou de dar o depoimento. Foram se prolongando os dias, até que chegou a época em que a Ditadura se apoderou do poder, expurgando nossos governadores que lutavam por uma democracia, por um país melhor.

Aí o provalhecimento foi terrível. Nós passamos, como disse o Valdetar, a ser massacrados continuamente. O pai, a cada semana preso, conduziam ele e ficavam diversas horas com ele, e nós em casa pedindo a Deus que o protegesse onde ele estivesse para que não o matassem. Porque tudo isso nós sofriamos, padecíamos, estávamos sendo massacrados. Quando deu a oportunidade, e a Ditadura já tinha se apoderado, e massacrava o povo, consumia, torturava, faziam de tudo, como na minha família acontecia. Então, quando apareceu a oportunidade de pegar a primeira vara que apareceu na frente para dar o nosso “Não!” àquela situação, nós saímos na marcha rumo a Três Passos, onde realizamos toda a “Operação Três Passos”.

De lá, saímos, viemos até o Paraná, onde aqui passamos por coisas terríveis, mas um protetor celestial não deixou que nós também tivéssemos sido consumidos nessa época.

Eu tenho que dizer que, até os dias de hoje, apesar dos meus 74 anos, ainda luto por habitação. Muita gente da minha cidade recebe a casinha digna para morar dentro com o encaminhamento desse que vos fala. Hoje, cansado, doente, passei essa incumbência a um filho meu, que é novo e está dando a continuidade na habitação na cidade de Bom Progresso. Eu não tenho muito o que relatar, porque o Valdetar colocou as demais coisas que eu poderia falar.

Um dia fui interrogado, quando, rodeado por amigos, se eu ainda me animaria, na época em que vivemos hoje, nos meus muitos anos de vida, ainda, a participar de movimentos. Eu digo: “Olha, eu sou aquele que jamais vou

regredir, e a minha intenção é de ver um dia esse país liberto e poder a igualdade predominar nesse nosso território brasileiro”.

Criando meus filhos e netos, moro na cidade de Bom Progresso, sou Abrão, continuo sendo, e, se fosse preciso, como quando jurei à bandeira, quando servi o Exército, derramar a última gota de sangue em favor da minha Pátria, da liberdade, da justiça, eu o faria!

Eu digo para vocês que esse velhinho que vos fala está à disposição. Estou lutando e continuarei até o último dia. E me orgulho muito da família que tenho, porque estão lá, ao meu lado, sofrendo, ainda com perseguição, mas estamos lutando por dias melhores nessa terra. Não só para nós, mas para todos os que vivem no massacre em que nós vivemos judiados por um capitalismo selvagem que ainda opera em busca do dinheiro e em busca de se apoderar daquilo que não é digno de estar nas mãos deles.

Mas gostaria de ver que a igualdade viesse para todo ser humano, toda criança que existe pudesse estudar, pudesse progredir e ter os seus momentos de lazer e de direitos humanos. Eu agradeço a oportunidade, agradeço a atenção que me deram, e peço escusa por não ter palavras para agradecer a atenção de vocês. O meu muito obrigado!

Ivete Caribé Rocha. O senhor mencionou que sofreu um processo. O senhor chegou a ser preso também junto com seu irmão?

Abrão Antonio Dorneles. Sim. Passei por tudo isso, enfrentei cadeia, enfrentei tortura, enfrentei tudo aquilo que ele mencionou. Eu fui participante de todas essas coisas, fui massacrado, fui judiado, por tudo isso eu passei.

Ivete Caribé Rocha. O seu processo correu na Auditoria Militar de Curitiba, na 5ª Auditoria?

Abrão Antonio Dorneles. Sim. Passei por tudo isso, muitas viagens dei até lá. Na época, eu fui colocado em liberdade, ficaram o pai e o irmão enfrentando cadeia, sem comunicação, sem nada. Eu continuei os meus trabalhos

na agricultura, sustentando a minha família, dando para eles a cobertura lá, e, muitas vezes, não tínhamos nem maneira de nos comunicar, porque tudo era trancado para nós.

Ivete Caribé Rocha. O senhor ficou preso aqui, também, no Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu?

Abrão Antonio Dorneles. Fiquei. Ali nós ficamos 30 e poucos dias, 40 dias. E daí fomos conduzidos a Porto Alegre.

Gilberto Calil. O seu processo se encerrou com a condenação? A quanto tempo de prisão o senhor foi condenado, e quanto tempo cumpriu de prisão?

Abrão Antonio Dorneles. Depois que eles foram postos em liberdade, eu fui recolhido e trazido a Curitiba, onde passei três anos e três meses no Ahú.

Gilberto Calil. Quem fez a sua defesa no processo?

Abrão Antonio Dorneles. Foi o Dr. Aldemar Soares.

Norton Nohama. Um dos objetivos da Comissão é conhecer os fatos, as circunstâncias, as vítimas, a linha de comando, quem é do comando, os autores daquele comando. Se o senhor puder descrever um pouco mais detalhadamente como foi o seu processo de prisão e de tortura, como foi isso, se o senhor se lembra ou tem conhecimento dos autores, sabendo que muitos deles usavam codinomes, não usavam exatamente o nome real, mas isso é importante para a gente poder conhecer com um pouco mais de detalhes o processo de prisão, de tortura e os responsáveis por ela.

Abrão Antonio Dorneles. Foram os mesmos torturadores e massacradores que nos prenderam, começando em Foz do Iguaçu, depois conduzido a Porto Alegre, depois fui posto em liberdade com mais uma turma de companheiros,

onde regressamos a Bom Progresso. Por lá permanecemos alguns anos, volta e meia tinha que vir em Curitiba para dar depoimentos, e assim foi aquela consequência de massacre. A gente estava em pleno serviço, trabalhando e, quando víamos, éramos cercados pelas forças e conduzidos presos por dois ou três dias. Éramos postos em liberdade, tínhamos de voltar a pé, muitas vezes, por falta de dinheiro, aos nossos lares provisórios.

Aluízio Palmar. Abrão, por que tipo de torturas você passou? Detalhe: que tipo de tortura? Você foi torturado de que forma?

Abrão Antonio Dorneles. Diversas. Eram horas e horas de ‘pauleiras’, de chutes, de posar pendurado, e ali, enfrentando todas as dificuldades da vida, não sabia até quando poderia resistir. Passamos tudo aquilo, mas parece que tinha alguma coisa que nos protegia naquela hora, porque, no começo, eu sentia as pancadas, mas depois parece que a gente era anestesiado, não sei se pelo sangue que fervia nas veias ou de que maneira seria que nós passávamos por aquilo e podia aguentar toda aquela ‘pauleira’, ‘coronhadas’ de mosquetão, coice, tapa. E tudo o que foi massacre foi feito.

DEPOIMENTO DE

VERGÍLIO SOARES DE LIMA⁴

O Sr. Vergílio esteve presente na Audiência em Cascavel. Entretanto, ele não se sentiu à vontade para fazer seu depoimento em público. Fez apenas o Termo Declaratório no qual mostrou seus vários sinais de tortura no corpo como marcas na cabeça onde levou uma forte coronhada. Reiterou que “sempre seguiu acreditando nos ideais nacionalistas, janguistas e brizolistas” e que “não fugiu ao embate, não deixou em nenhuma situação os companheiros sozinhos no embate”.

⁴ O Sr. Vergílio foi acusado de ter alvejado o sargento Carlos Argemiro Camargo, quando houve o confronto entre o Exército e o pessoal comandado pelo Coronel Cardin e o sargento Alberi Vieira, em março de 1965, no Município de Capitão Leônidas das Marques. No início da década de 1980, o Exército construiu um monumento no local da morte do sargento Camargo com as seguintes descrições: “Neste local faleceu, no cumprimento do dever dia 27.03.1965, o 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo. Homenagem dos companheiros da Sentinela do Oeste de Francisco Beltrão [...]”.

O Sr. Vergílio, com seus 95 anos, não se sentiu à vontade para falar. Mas, quando visitado nas conversas preparatórias à Audiência, ele conversou com o historiador Valdir Sessi. Parte desse depoimento está transcrito a seguir.

Valdir Sessi. Hoje, 25 de fevereiro de 2014, estamos aqui na casa do Sr. Vergílio Soares de Lima⁵. Ele é natural de Campo Novo, Rio Grande do Sul, e há muitos anos é radicado aqui no Estado do Paraná, desde 1957. A história dele é muito importante. Embora não esteja bem de saúde, está disposto a colaborar com a gente no sentido de trazer mais elementos para a história do primeiro levante contra a Ditadura Militar promovido pelo coronel Jefferson Cardin. O Sr. Vergílio também foi preso, foi preso aqui no antigo 1º Batalhão de Fronteiras e, como os outros participantes desse levante, teve um momento ruim de tortura no interior do Batalhão de Fronteiras. Então, vamos dar a palavra para que conte para a gente como ele se encontrou com o pessoal do Rio Grande do Sul, com o sobrinho dele, já que ele é tio do sargento Alberi, como se deu esse encontro dele com essa força que veio do Rio Grande do Sul.

Vergílio Soares de Lima. Eles chegaram lá em casa, o Alberi, o coronel e todos os outros companheiros. O coronel falou para mim ir de guia até Ponta Porã, ele estava a serviço secreto do Exército. Aí eu fui. Depois que nós viajamos um pouco, eu já senti diferente, não era como ele estava dizendo, mas, como eu estava junto, acompanhei. E mesmo tinha junto dois sobrinhos, Alberi Vieira dos Santos e Silvano Vieira dos Santos...

Valdir Sessi. Dois sobrinhos seus estavam juntos?

Vergílio Soares de Lima. Pois sim, o sargento Alberi, que era sargento mesmo. O Alberi era sargento mesmo da Brigada Militar. E esse irmão dele, que morreu, e que ficou fora da ideia⁶, era comerciante lá em Progresso, era

⁵ Entrevista realizada por Valdir Sessi, no dia 25 de fevereiro de 2014, como parte da preparação para a Audiência Pública. Transcrição: Julius Daltoé. Edição: Carla Silva e Valdir Sessi.

⁶ Caiu misteriosamente do pavilhão de comando do Batalhão de Fronteira, falecendo posteriormente, em decorrência desse acidente.

comerciante, tinha um armazém lá, que hoje nós chamamos de mercado. Primeiramente era armazém.

Valdir Sessi. É, era armazém. Então eles chegaram no sítio seu em Santo Antônio do Sudoeste?

Vergílio Soares de Lima. Sim

Valdir Sessi. E se reuniram lá?

Vergílio Soares de Lima. É.

Valdir Sessi. O coronel chamou o senhor para ser guia?

Vergílio Soares de Lima. Para ser guia.

Valdir Sessi. Essa reunião durou quanto tempo?

Vergílio Soares de Lima. Não, ali foram poucos momentos. E, na saída, foram abastecer, e estava um cabo da Brigada, e aí disse que não podiam estar me levando. Eu estava na carroceria do caminhão, e aí o coronel deu uns gritos com ele, porque eu estava lá. Viajamos.

Valdir Sessi. Então, inicialmente, o senhor não sabia, pensava que era uma missão secreta?

Vergílio Soares de Lima. Sim

Valdir Sessi. Em que altura o senhor ficou sabendo que não era?

Vergílio Soares de Lima. Ah, eu fiquei sabendo porque o sargento Alberi tinha um rapaz que era casado com a minha sobrinha. Em Valdomeira,

que é Distrito de Santo Antonio, ele tinha uma porcada lá. Ele chegou lá para carnear um porco. Lá o Alberi perguntou para mim se eu queria seguir junto com eles ou voltar. Eu disse: “Se eu volto, eu vou preso, né?. Agora eu já estou aqui mesmo, agora vamos lutar...”.

Valdir Sessi. Aí o senhor decidiu, então, seguir?

Vergílio Soares de Lima. Seguir.

Valdir Sessi. Mesmo sabendo do que se tratava?

Vergílio Soares de Lima. Sabendo, não fui obrigado, não.

Valdir Sessi. Recebeu um armamento?

Vergílio Soares de Lima. Recebi

Valdir Sessi. Que arma o senhor portava?

Vergílio Soares de Lima. Eu recebi um mosquetão e um revólver. Arma tinha bastante, só a munição que era pouca.

Valdir Sessi. Arma tinha o suficiente para todo mundo, certo?

Virgílio Santos de Lima. Tinha, sobrava arma. E tinha uma metralhadora que eles trouxeram. Porque o Alberi não estava no combate. Essa que foi a coisa, foi bom também.

Valdir Sessi. O Alberi não estava?

Vergílio Soares de Lima. Não, o Alberi teve que sair porque o Caturra Dorneles era o subdelegado de Capitão e tinham prometido para eles de arrumar

um pessoal lá. E saíram ele e o sargento Adamastor. Foram lá, e aí que veio a gente do Exército.

Valdir Sessi. O sargento Adamastor era do Rio Grande do Sul, então?

Vergílio Soares de Lima. Era lá de Porto Alegre.

Valdir Sessi. Do Exército ou da Brigada?

Vergílio Soares de Lima. Eu acho que era do Exército.

Valdir Sessi. O senhor se lembra das graduações todas que tinha ali?

Vergílio Soares de Lima. Lembro, mas eu acho que tinha graduação ali, é como eu lhe disse naquele dia, eu acho que tinha graduação feita por eles ali.

Valdir Sessi. Ah, inventada na hora?

Vergílio Soares de Lima. Inventada na hora. Eu calculo assim, eu não vou afirmar nada. Ali que eu tenho certeza mesmo que era o sargento Chaves, que era um pretinho. O sargento Alberi, o Adamastor, e tinha o capitão Aires e o tenente Milão que eram de São Sepé, não sei afirmar se eram ou não.

Valdir Sessi. E quanto ao coronel Jefferson Cardim, ele falava com o senhor? O que ele falava com o senhor? Ele conversava com o senhor?

Vergílio Soares de Lima. Ele me chamava “Oh, tio do Alberi”, “Oh, tio do Alberi, você sabe tal parte? Tal parte?”. Assim, essas eram as perguntas que ele me fazia, se eu conhecia tal lugar e tal lugar, essas eram as perguntas que ele me fazia.

Valdir Sessi. Qual foi o momento que o senhor soube por eles que se tratava de uma iniciativa de fazer um atentado à Ponte da Amizade? Teve um momento?

Vergílio Soares de Lima. Sim. Teve um momento, ele me falou que nós viemos aqui a fim de terminar com o Castelo Branco, que está inaugurando a ponte aí.

Valdir Sessi. O coronel falou?

Vergílio Soares de Lima. Falou para mim, falou. E eu acho que nós morreríamos todos aí, né?.

Valdir Sessi. Aí, o que o senhor pensou?

Vergílio Soares de Lima. Não, eu não pensei nada. “Vamos, com isso, vamos!”.

Valdir Sessi. O senhor era decidido, então? Todo mundo era decidido?

Vergílio Soares de Lima. Todo mundo decidido. Não, nunca abaixamos a crista, não. Isso o senhor pode conversar com Valdetar, que o Valdetar vai te explicar bem. Ninguém molhou a perna, não.

Valdir Sessi. Todo mundo falou: “Vamos! Vamos!”?

Vergílio Soares de Lima. “Vamos!” E aí que nós fomos atacados ali. Nós vínhamos ali, perto de Capanema, Esquina Gaúcha, quando um avião nos perseguiu na baixada. Tinha umas toíças de taquaruçu, nós enfiamos o caminhão lá. O motorista enfiou, apeamos, ficamos por ali. Aí, quando o avião voltou, nós seguimos. Daí que nós agarramos para Capitão Leônidas Marques, mas nós vínhamos pela estrada do Parque. Naquele tempo tinha a estrada do Parque, vinha até Medianeira.

Valdir Sessi. Então, a decisão de desviar foi por causa disso?

Vergílio Soares de Lima. Foi, por causa do avião. Aí, quando nós mudamos lá para Capitão que nós fomos cercados, tinha uma companhia de Francisco Beltrão e com essa daqui, do coronel Curvo.

Valdir Sessi. O coronel Curvo estava presente?

Vergílio Soares de Lima. Estava, ele foi junto.

Valdir Sessi. O senhor me falou que pesou sobre o senhor a morte do sargento Camargo. A acusação veio sobre o senhor. O senhor viu o sargento morto?

Vergílio Soares de Lima. É, acusaram. Eu vi, eu estive junto com ele.

Valdir Sessi. O senhor viu ele caído?

Vergílio Soares de Lima. Vi, vi! Nós estivemos, eu e o coronel. Foi aí que o coronel se extraviou. Foi naquela hora ali.

Valdir Sessi. O coronel sumiu?

Vergílio Soares de Lima. Sumiu

Valdir Sessi. Como que foi essa acusação contra o senhor?

Vergílio Soares de Lima. Foi que o canhoto que tinha na turma era eu, e disseram que foi canhoto. Mas ali foi descarga. Nós estávamos todos nós entrincheirados numa peroba caída. Ali foi uma descarga!

Valdir Sessi. Descarga de uma metralhadora?

Vergílio Soares de Lima. Não, de um fuzil. A metralhadora não pôde funcionar, não funcionou a metralhadora. Uma parte que eu não falei para o senhor, eu arrastei a metralhadora. Porque o Alberi, antes de sair⁷, me deu instrução na metralhadora, como funcionava a metralhadora, tinha bastante munição, dava 360 tiros por minutos. Mas tinha duas travas, e ele me mostrou uma trava só, e ela tinha duas travas. Eu arrastei para a estrada, mas não pude destravar.

Valdir Sessi. Aí ficou inútil a metralhadora?

Vergílio Soares de Lima. Ficou, ficou inútil, não funcionou, e foi bom. Morreria muita gente daí...

Valdir Sessi. O senhor atribui esse fato como ‘bom’, não funcionou a metralhadora?

Vergílio Soares de Lima. É.

Valdir Sessi. Então, quando o coronel Jefferson viu o sargento morto e o senhor também estava presente, ele decidiu então abandonar?

Vergílio Soares de Lima. É.

Valdir Sessi. Mas ele falou para vocês?

Vergílio Soares de Lima. Não, não falou nada.

Valdir Sessi. Sumiu?

Vergílio Soares de Lima. Sumiu, ele agarrou o mato e se perdeu. Se perdeu, ele não era do mato, daí saiu no... naquele tempo era posseiro, né?. Porque

⁷ Alberi foi buscar um reforço com o Caturra Dorneles, e, antes de sair, deu uma breve instrução sobre o uso da referida arma.

naquele tempo não tinha nada legalizado, chamavam posse. Tinha alguma fazenda marcada com placa, com uma madeira, mas não tinha nada, só o nome, era mato, só picadão de mato. E aí que ele saiu no morador lá. Comprou aquelas roupas velhas, um terno, mas eu acho que ele tinha dinheiro, e aí viajou, cruzou pela tropa. E, na barca, tinha uma guarnição, revistaram ele. Acharam o fardamento dele, e aí prenderam ele.

Valdir Sessi. E a sua prisão, como foi, a sua prisão e a dos outros?

Vergílio Soares de Lima. A minha prisão foi o seguinte, porque eu e um companheiro agarramos o parque ali, é um lajeado que divide o parque com Capitão. Nós viemos floreando pelo lajeado ali e aí avistamos uma casa lá. A gente estava com fome, e aí digo: “Vamos chegar lá naquela casa lá”. E aí chegamos, eles estavam pelando uma paca. Falamos para eles que nós pagávamos pra eles fazer, e aí eles falaram: “Aguarda um pouco que nós estamos fazendo esse bicho aqui, é uma carne muito boa”. Eu conhecia, era boa mesmo, mas eu vi sair um, assim, não disse nada. E ele foi lá, e dali há um pouco chegaram os homens lá. Nós estávamos comendo, demorou uma meia hora, nem uma hora.

Valdir Sessi. Vocês viram encostarem o carro do batalhão?

Vergílio Soares de Lima. É, mas não nos mexemos, não.

Valdir Sessi. Vocês estavam armados?

Vergílio Soares de Lima. Estávamos, de revólver.

Valdir Sessi. Revólver. Os fuzis tinham abandonado?

Vergílio Soares de Lima. Fuzil, eu tirei o ferrolho e atirei no mato o meu. Os outros eu não sei o que fizeram.

Valdir Sessi. Na hora da prisão, quem se encontrava ali, de vocês, você se lembra? Lá na casa onde o Exército prendeu o senhor, quem estava junto?

Vergílio Soares de Lima. Lá, comigo? Estava o sargento Adamastor...

Valdir Sessi. O Alberi então não estava nessa?

Vergílio Soares de Lima. Não, o Alberi não estava.

Valdir Sessi. O Alberi não participou do tiroteio? Foi o coronel que prendeu o senhor?

Vergílio Soares de Lima. Foi, o coronel estava junto, foi. Aí que chegamos lá, onde estavam os outros, que já tinham prendido os outros, sabe. Uma parte se apresentaram, o Zébinho⁸ se apresentou com uma turminha. Quem foi preso no mato fui eu, o sargento, o coronel, que foi preso solito, e o irmão do Alberi, também pegaram ele solito.

Valdir Sessi. E o Alberi, quando que foi preso?

Vergílio Soares de Lima. Eu estava aqui já...

Valdir Sessi. Daí se encontraram tudo aqui?

Vergílio Soares de Lima. É, trouxeram ele para cá, prenderam ele lá.

Valdir Sessi. Ele sofreu muito na cadeia?

Vergílio Soares de Lima. Não, o Alberi foi o único que não sofreu, eu acho que, quando ele foi preso, que deram uma coronhada em cima dos olhos dele, que estava preto e desse tamanho assim.

⁸ Pai de Valdetar Dorneles e Abrão Dorneles. Era na casa de Zébinho que aconteciam as reuniões do grupo.

Valdir Sessi. O senhor me falou e me mostrou na cabeça um afundamento?

Vergílio Soares de Lima. Mas isso foi no gabinete do coronel.

Valdir Sessi. O senhor me mostrou, foi parte da sua tortura ali do Batalhão. O que eles queriam saber?

Vergílio Soares de Lima. Eu cheguei lá. Não, não, não, ele não me chegou a entrevistar, o coronel. Sabe o que aconteceu? Foi como que eu lhe falei: eu cheguei lá, ele estava sentado do lado de lá da mesa, assim. Tinha uma cadeira assim, e ele me mandou sentar. Eu sentei, ele me olhou assim e disse: “Você, caolho, foi quem matou nosso sargento!”. “Não é”, eu disse, “olha, em defesa da minha vida, coronel, eu mato até o coronel!”, disse assim. Isso eu tenho testemunha que eu disse. Aí que eu recebi essa paulada. Quando eu me acordei, eu estava, como eu lhe disse, eu estava lá no cubículo, me levaram de arrasto, tiveram que me levar, porque lá é uma escadaria, uma subida.

Valdir Sessi. E daí, depois do Primeiro Batalhão de Fronteiras, vocês, durante o inquérito, foram encaminhados para Curitiba?

Vergílio Soares de Lima. Porto Alegre. Nós estivemos no abrigo dos menores por um tempo e depois nos levaram para o Oitavo Regimento. Lá no Oitavo foi que eu tive uma entrevista com o coronel, não, general Justino Alves Bastos, né?. Nisso começamos 9 ou 10 horas e foi à madrugada. Ele saía dali e voltava. Eu ficava sentado lá, e ele me fazendo perguntas, e eu respondendo às perguntas dele. As que sabia e as que não sabia dizia que não tinha conhecimento. E aí foi que ele me largou e disse: “Óh, você amanhã vai estar com liberdade, pode ir embora”. Aí que eu vim, eu fui o primeiro que largaram lá de Porto Alegre. Me largaram, e eu vim embora. Mas eu não vim direto aqui pra Foz, no Paraná. Mas o Guilherme⁹ tinha vindo servir e já tinha trazido a mãe, que eu já tinha dado

⁹ Filho de Vergílio, que morava em Santo Antônio. Nesse intervalo da prisão do pai, Guilherme, por meio de uma procuração, vendeu o sítio no Sudoeste e veio para Foz do Iguaçu, na região do Remanso Grande, onde adquiriram outra propriedade. Foi nessa época também que Guilherme entrou para o Exército, justamente no Batalhão de Fronteira, local onde foram presos e torturados seu pai e seus pares.

ordem, passado uma procuração para ele vender o sítio lá (em Santo Antônio do Sudoeste), e tinha trazido a mãe para aqui, a mãe e as irmãs para Foz, ele estava servindo. Eu estive em Campo Novo e lá fiquei na parentalha, fiquei dez dias lá. Com os parentes lá tinha meu irmão, que era da Brigada. O meu irmão, naquele tempo, era da Brigada, ele foi aposentado por tempo de serviço.

Valdir Sessi. E eles não sofreram com a prisão tua?

Vergílio Soares de Lima. Não. Sofreram! Ele teve preso também.

Valdir Sessi. Esteve preso?

Vergílio Soares de Lima. Esteve preso, mas no quartel lá e depois largaram, ele não teve nada com o peixe. Só porque era da Brigada e tinha... era sobrinho do sargento, né?. Mas ele não atingiu muito não. Aí eu fiquei lá. Quando eu cheguei aqui, a Precatória já estava aí para mim. Aí que eu vim para a Argentina, como eu lhe falei. Passei para a Argentina, que um Oficial de Justiça era muito meu amigo, me chamou uma noite e disse: “Óh, você quer ir pra lá com teus companheiros, ou quer ir pra Argentina?”. Eu digo: “Opa, eu vou aí e fico mais perto da minha família”. Aí que fui pego (entregue?) na Argentina, fui preso na Argentina.

Valdir Sessi. O senhor foi preso na Argentina?

Vergílio Soares de Lima. Sim, fui entregue na Ponte, pediram requisição...

Valdir Sessi. Aí trouxeram de novo o senhor pra cá?

Vergílio Soares de Lima. Trouxeram, aí que me levaram para Curitiba.

Valdir Sessi. Então, a acusação contra o senhor, além de participar do levante, era a morte do sargento?

Vergílio Soares de Lima. Era a morte do sargento. Sim, era a morte do sargento. Eu fui muito perseguido, muito judiado por causa do sargento. Mas o sargento morreu em combate, né?.

Valdir Sessi. E, como o senhor falou, guerra é guerra, né?.

Vergílio Soares de Lima. Guerra é guerra! Assim, podia ter morrido alguém de nós também.

Valdir Sessi. Sim. Sr. Virgílio, só voltando um pouco, o Guilherme, seu filho, também foi militar.

Vergílio Soares de Lima. Ele estava servindo naquela época.

Valdir Sessi. Estava servindo? Ele não sofreu represália?

Vergílio Soares de Lima. Não, aqui não. Ele não. Eu fui preso em 1965, fui preso em 31 de março deste mesmo tempo, 31 de março, e ele veio servir em 1966. E aí ele chegou antes de passar a pronto, antes de passar ele já estava com o curso de cabo feito. E aí ainda me escreveu lá se eu achava que ele podia ficar servindo naquele tempo, feito o curso de cabo. Aí eu digo: “Pode ficar, não tem problema nenhum”.

Valdir Sessi. Mesmo o senhor tendo sofrido ali dentro?

Vergílio Soares de Lima. Mesmo eu tendo sofrido ali dentro. “Eu não vou roubar tua carreira...”.

Valdir Sessi. E eles não falavam do pai dele, do senhor. Eles não contavam sua história lá dentro? Que o senhor esteve preso ali?

Vergílio Soares de Lima. Não, se contaram, o Guilherme se nega de tudo isso. Ele não quer nem que fale, você acredita nisso? Ele não quer nem que fale, até agora. Ele tem muita raiva do Brizola, porque, na mente dele, o Guilherme tinha muita raiva do Brizola, porque... O Brizola não tinha nada com o peixe. Nós botamos nas costas do Brizola para livrar o Jango, porque a gente queria que o Jango voltasse, para não queimar o Jango.

Valdir Sessi. E o que Cardim falava do Brizola? Ele falava alguma coisa?

Vergílio Soares de Lima. Não, do Brizola ele não falava nada.

Valdir Sessi. Mas ele não falava para vocês, assim, que todo mundo ia ajudar no movimento?

Vergílio Soares de Lima. Sim, o que ele me disse foi o seguinte: que era combinado com o general... agora mesmo disse o nome dele, por isso que eu não quis ir lá...

Valdir Sessi. Tourinho?

Vergílio Soares de Lima. Não, até veio aqui o general, lhe contei que o general veio aqui, né?. Justino Alves Bastos.

Valdir Sessi. Justino Alves Bastos?

Vergílio Soares de Lima. Disse [coronel Cardim] que era começar com o levante e ele entrava com o Terceiro Exército. Era só fazer, e ele negou o estribo... E eu até meio acredito nisso. Eu não posso afirmar um negócio desse.

Eu meio acredito porque ele veio aqui, veio aqui e já mandou levar lá para Porto Alegre. Mandou dar tudo para nós lá, porque nós estávamos no piso, e ficamos no piso porque, enquanto ele estava ali, botaram tudo, colchão e coisarada lá. No que ele embarcou, tiraram tudo de lá. Então, eu acho, eu acredito que era mais ou menos isso, porque ele não iria se largar assim, solito, né?.

Valdir Sessi. Sr. Virgílio, então o senhor foi entregue pelas autoridades argentinas, e foi recolhido para Curitiba?

Vergílio Soares de Lima. Não... Ah, sim! Foi pra Curitiba, sim!

Valdir Sessi. E quanto tempo o senhor ficou lá?

Vergílio Soares de Lima. Eu fiquei de 1965 a junho ou julho de 1967... 68, não lembro...

Valdir Sessi. Dois anos?

Vergílio Soares de Lima. Eu acho que eu tive 28 meses lá, na penitenciária, 28 meses.

Valdir Sessi. E o senhor se arrepende em algum momento dessa participação sua?

Vergílio Soares de Lima. Não me arrependo, não!

Valdir Sessi. Se fosse preciso, o senhor faria de novo?

Vergílio Soares de Lima. Mas eu já disse ao Valdetar, nós tínhamos que fazer outro, né?. Não me arrependo, não.

Valdir Sessi. Faria tudo novamente?

Vergílio Soares de Lima. Faria! E era preciso fazer, mas é que o povo brasileiro está muito covarde, né?.

Valdir Sessi. Os seus partidos políticos quais eram?

Vergílio Soares de Lima. Eu era, na época, eu era do PTB. Partido do Getúlio, depois foi extinto, quando o Brizola vem e ele brigou com aquela amante dele lá, a filha do finado Getúlio. E, depois disso, eu fui pro PMDB. Daí eu fiquei no PMDB.

Valdir Sessi. Até agora?

Vergílio Soares de Lima. Até agora, nunca mudei!

Valdir Sessi. Sr. Virgílio, voltando um pouco na questão do sargento Camargo, um homem que morreu em guerra, e guerra é para correr esse risco mesmo, assim, da pessoa morrer. Se não tivesse, então não precisava arma, não precisava. A guerra tem arma, e quem está na guerra está sujeito a isso. O senhor me falou que o Coronel viu o sargento, o senhor também viu, o coronel também estava perto. O senhor acha que aquela saída do coronel, sendo ele um chefe, graduação maior, líder, não foi uma atitude covarde?

Vergílio Soares de Lima. Pois olha, ali dá para pensar isso. Dá para pensar, porque ele não podia nos abandonar. E aí nós ficamos sem líder. O Alberi não estava, por que o Alberi também era, eu achava que ele assumia, né?.

Valdir Sessi. O Alberi saiu antes do combate?

Vergílio Soares de Lima. Saiu! Ele foi lá falar com o Caturra, que nós chamávamos Caturra Dorneles, era parente do Valdetar. Era Arcelino Dorneles, chamavam de Caturra, jeitinho de caturrita.

Valdir Sessi. Arcelino Dorneles?

Vergílio Soares de Lima. É, era o nome dele. É morto. Quando nós começamos a receber aquele dinheiro lá, da indenização, ele já era morto. Foi um filho dele lá, recebeu junto comigo, porque eles foram pagando à prestação. A primeira vez nós recebemos trinta mil cada um, lá no Palácio Iguacu. Nós fomos lá. Aí eu encontrei com o filho do Caturra lá.

Valdir Sessi. Muito bem, Sr. Virgílio. Para nós encerrarmos, eu sei que o senhor não está muito bom hoje.

Vergílio Soares de Lima. Não, não estou não.

Valdir Sessi. Nós pedimos desculpas por essa intromissão na sua vida, mas tem tanta coisa, o senhor, como uma pessoa importante, para nós, para a história, e para nós, para as pessoas, todo mundo. O senhor tem coisas guardadas importantíssimas que, naquele momento ruim da história do Brasil, que aguçam nossa curiosidade. Eu não vou me alongar muito, para o senhor poder descansar, para, no dia vinte, lá em Cascavel, que o senhor vai estar lá também. O senhor como homem da luta, um homem que sofreu também... Agora há pouco o senhor considerou a atitude do coronel como uma atitude meio que... uma atitude...

Vergílio Soares de Lima. Covardia!

Valdir Sessi. Covardia, de ele abandonar vocês todos sem experiência, bem dizer. Se comparar, a experiência dele vocês não tinham?

Vergílio Soares de Lima. Não!

Valdir Sessi. Ele tinha experiência?

Vergílio Soares de Lima. Não. Como eu lhe disse, quem sou eu para dar treino para um Coronel, né?.

Valdir Sessi. Ele e o Alberi tinham, os únicos que tinham experiência.

Vergílio Soares de Lima. É!

Valdir Sessi. E, nesse momento, vocês ficaram abandonados?

Vergílio Soares de Lima. Abandonados.

GRUPOS DOS 11

Carla Luciana Silva

O bloco **Grupo dos 11** dá sequência ao mesmo tipo de questão da operação Três Passos, na medida em que trata de moradores do interior, trabalhadores em sua maior parte envolvida com a vida rural. Como todos sabem, o Golpe de Estado de 1964 foi algo planejado. Ele foi, durante um bom tempo, planejado como uma tentativa de promover o cerceamento dos direitos democráticos no Brasil. Diante disso, vocês devem lembrar, ou já devem ter estudado sobre isso, quando o presidente Jânio Quadros renunciou à Presidência do Brasil, houve um fortíssimo movimento de direita no Brasil tentando impedir a posse do seu vice-presidente, também democraticamente eleito, João Goulart. Nesse momento, criou-se, no Brasil, um movimento fortíssimo de resistência a essa tentativa de golpe já naquele momento, em 1961, que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade.

Junto com a Campanha da Legalidade, amadureceu a ideia do então político Leonel Brizola de criação de grupos de resistência para evitar que o Golpe de Estado fosse finalmente consolidado no Brasil. Ele propôs, então, que se criassem grupos que ele chamava de “Grupo dos 11”. Grupo dos 11 amigos, Grupo dos 11, como os 11 que jogam uma partida de futebol. E, a partir daí, se criaria uma unidade, e essa unidade possibilitaria a resistência, como já havia sido feito com a Campanha da Legalidade.

Esses grupos começaram a se consolidar. Nós estamos falando de 1962, 1963. Em 1964, veio finalmente o Golpe. E, junto à consolidação do Golpe, os primeiros a serem reprimidos, os primeiros grupos que foram fortemente caçados, como se tivessem feito algo errado por terem se organizado e se manifestado em um período que ainda era um período democrático, são vivamente procurados e vão sofrer uma série de repressão.

Eles já estavam muito arraigados, porque, certamente, o projeto do Grupo dos 11 não era apenas a resistência, mas eles traziam também um projeto de

sociedade diferenciada que estava sendo pensado por eles, com ideal nacionalista, de pensar o Brasil. Então, o que a gente vai ler aqui, em sua maioria, são relatos de pessoas que fizeram parte de alguma maneira desses chamados Grupos dos 11. E vão contar para a gente a forma dessa perseguição, as sevícias a que foram submetidos, as condições, a repressão então que se somou sobre eles, que sequer conseguiram levar adiante a resistência ao Golpe.

Então, nesse sentido, eu chamo para começar os nossos relatos o Sr. Sinval Schreiner. Ele vai fazer um relato sobre o seu pai, Percy Schreiner, que foi uma pessoa diretamente envolvida.

DEPOIMENTO DE

SINVAL SCHREINER

Minha saudação àqueles que tentaram, de uma forma ou de outra, fazer desse país uma democracia, impondo pelos costumes do povo brasileiro a legalidade. Impondo no princípio maior a lei, e, desta forma, surgiram vários movimentos em defesa da cidadania e da democracia brasileira.

Ainda jovem, eu estudava em Curitiba, filho de ex-prefeito por dois mandatos na minha cidade, ex-vereador e deputado estadual no período do Golpe Militar. Nós presenciávamos - estudantes na época - o toque de recolher na capital do nosso estado promovido pela PE, pela Polícia do Exército. As manifestações sufocadas e o direito do pensamento reprimido pela força militar. Certa ocasião, estava eu, num final de semana, quando saía do colégio em que estudava, o Colégio Paranaense, no bairro Batel, jantando com o meu pai, porque eu estudava interno e saía do colégio aos finais de semana. Tinha apenas 14 anos. Churrascaria São

João, quase em frente ao Cine São João, creio que não exista mais em Curitiba, quando vimos pelos vidros do restaurante a rua, a quadra sitiada por forças militares para prenderem um homem só.

Alguns momentos depois do movimento, adentrava ao estabelecimento um oficial e dois suboficiais. O oficial armado apenas com sua pistola, dois suboficiais com metralhadoras, alguns soldados prostrados à porta do restaurante, para entregar um ofício ao meu pai, que, na oportunidade, abriu, leu e me disse: “Meu filho, estou preso!”. Lembro como se fosse agora: “Ligue para o compadre Anibelli”, que era deputado federal na época, o qual fizeram dobradinha política na região do Sudoeste do Paraná. Procedi. Levaram o meu pai, e o procedimento normal da época era levar para o Ahú, tomar depoimentos. Alguns voltavam, e alguns desapareciam.

Por isso a preocupação de procurar o deputado Anibelli naquela mesma noite, para que pugnassem pelo meu pai, pela vida dele e pela liberdade dele. No outro dia, depois de passar a noite dando depoimento, foi liberado o deputado Percy Schreiner, do qual eu tenho muito orgulho em dizer que aqui encontrei vários amigos dele e eleitores dele aqui presentes hoje.

Isso tudo porque meu pai habitava no Sudoeste do Paraná, mais precisamente em Santo Antônio do Sudoeste. E todos sabem que a organização dos Grupos de 11 foram muito intensas na região do Sudoeste do Paraná, apesar de ele não ter participado, creio eu, mas era muito procurado nesse sentido para orientar os seus companheiros políticos que queriam realizar esse movimento, que, creio eu, no início pela orientação do deputado e ex-governador Leonel Brizola, era um movimento civil, para que se voltasse através da vontade popular, se reinstaurasse nesse país a democracia.

Urgiu em alguns momentos não ouvidos, os Grupos de 11 foram convocados até para algumas missões militares. Alguns aderiram, outros desistiram, mas a vontade sobreviveu, e eles estão aqui no meio de nós, presentes nesse momento, a quem eu peço uma salva de palmas pela resistência desses homens no início da Ditadura. Nesse momento eu peço ao plenário que dê uma salva de palmas a estas pessoas que estão aqui. Porque eu acredito que todo movimento tem um objetivo. Objetivo iniciado lá em 1964, quando eles passaram por Santo Antônio.

Ao lado da casa de comércio do meu pai, nós tínhamos um posto de combustível, um posto de gasolina, onde parou um caminhão com um punhado de guerrilheiros em cima, que iam em direção ao Oeste do Paraná, do qual fazia parte seu Pinheiro, o Valdetar e outros tantos. E abasteceram o caminhão naquele posto de gasolina de propriedade do meu pai e do meu tio e deixaram uma requisição para que fosse ressarcida quando, disse ele, nós formos governo e tomarmos o governo dessa nação. Então, esses relatos eu creio que são muito importantes. Porque aconteceram. E isso eu presenciei menino.

Então, minha gente, o meu relato não é tão grande, não é tão profundo, mas eu ouvi os depoimentos da parte da manhã e acredito que a maior tortura é a tortura moral, porque inibe a consciência das pessoas, tenta inibir a consciência das pessoas para a prática de seus objetivos. Mas não conseguiram. O movimento continuou. A resistência continuou, e, se hoje temos, nesse país, um início de democracia, que ainda não está concretizada, porque democracia se concretiza no seu todo, quando se fizer o julgamento daqueles que torturaram aquelas pessoas que buscavam esse objetivo no qual nós vivemos hoje.

Quero dizer aos estudantes que aqui nos ouvem que, se vivemos em um momento de democracia, é porque houve aqueles que estiveram na luta, pregando abnegadamente o direito do povo de ir e vir e de expressar as suas opiniões. Por quê? Para os jovens que aqui estão, quem não tem passado, não tem presente e não tem futuro. Muito obrigado pela oportunidade.

Olympio de Sá Sotto Neto. Gostaria de pedir mais detalhes sobre esse momento da prisão do seu pai: quanto tempo ele ficou preso, em que condições, foi cassado como outros executados ou não? Enfim, a partir da prisão ali, o relato do que aconteceu.

Sinval Schreiner. Então, ele foi levado, ouviram ele, porque já estavam lá presos dois primos meus de Barracão, que eram advogados, e o pai deles, que era meu tio. Já estavam presos lá no Ahú. O Gilberto e o Guido Schreiner Pereira e o Dalilo Quintino Pereira, que era o meu tio, estavam presos lá no Ahú, junto com outras pessoas, suspeitos de formação de Grupos de 11. Meu pai foi ouvido, foi

liberado, porque recorreu, na oportunidade, ao Dr. Antônio Anibelli, deputado federal, ao presidente da Assembleia, ou secretário da Assembleia, não me lembro, Anibal Cury, que convocasse a Assembleia em Ação Extraordinária naquela noite para que dessem conta do deputado Percy. Por isso eu creio que ele foi ouvido e liberado posteriormente, no outro dia à tarde. Nós passamos algumas horas de angústia na expectativa, porque, sozinho, eu o meu pai, lá em Curitiba, diante desse fato, mas foi mais ou menos isso. Não foi cassado.

Ivete Caribé da Rocha. Os seus tios continuaram presos?

Sinval Schreiner. Continuaram presos por mais uns 30 dias. Devem ter ficado lá uns 45 dias, por aí.

Ivete Caribé da Rocha. Você tem a informação de quem era o diretor do Ahú nessa época?

Sinval Schreiner. Não. Não tenho essa informação, até porque eu era muito jovem. Mas eu mostrei para o Aluizio uma declaração, que eu acredito que o meu pai foi pressionado a firmar, dizendo que não tinha vínculo com os Grupos de 11, que ele admirava o presidente João Goulart, mas que não tinha vínculo com o Brizola, aquele negócio todo. Eu, em particular, tinha grande admiração pelo Brizola. Estive recebendo ele em Foz do Iguaçu, e teve uma declaração para o General Iberê de Mattos, alguma coisa assim, na época, na 5ª Região Militar de Curitiba. Eu acho que isso foi um subterfúgio para que pudesse, de repente, sair. Mas permaneceu monitorado por muitos anos. A cada passo, aparecia lá em nosso comércio, em Santo Antônio, mesmo depois que meu pai não era mais deputado, oficiais do Exército o intimando para que desse depoimento em Francisco Beltrão, no Exército. Por várias vezes ele foi a Francisco Beltrão depor no Exército sobre as ações que aconteceram na região. De repente até por ser um político da região toda na época que essas coisas aconteciam.

Ivete Caribé da Rocha. Como ficou a vida política dele após essa prisão?

Sinval Schreiner. Não. Paramos de fazer política. Ele parou. Atribuiu a mim, aí por 1968, que criasse, ele foi fundador do MDB no Paraná, como deputado na época, como foram criados dois partidos. E fundador mesmo foi o Médici, que criou a Arena e o MDB. Mas ele foi no Paraná quem organizou o partido, porque foram dois partidos para disfarçar, porque no Brasil não tinha ditadura. Tinha uma democracia restrita, porque tinha dois partidos. Dois partidos com uma balança muito desequilibrada, porque a disputa de senador era só dois, porque um era nomeado; o governador era nomeado; na nossa região, mais precisamente faixa de fronteira, os prefeitos eram nomeados; a juventude da nossa região, de Foz do Iguaçu a Barracão, passou pela inércia da Ditadura sem a participação política, que, no máximo, poderia ser candidato a vereador, não tínhamos eleição de prefeito, então, fomos alijados do processo. E fui encarregado por ele, respondendo à pergunta, de organizar o MDB. Fiz de Pato Branco a Capitão Leônidas Marques. Quando da anistia e a abertura política que passou a ser o PMDB, eu me desvinculei e fiz o PTB de Pato Branco a Capitão Leônidas Marques. Quando o General Figueiredo entregou o PTB para a deputada Ivete Vargas, voltei a fazer o PDT do Leonel Brizola de Pato Branco a Capitão. Com um detalhe: para conseguir cinco membros para se compor uma comissão provisória do partido, quase tinha que pegar cachorro, de medo da repressão, porque eram comunistas, porque eram subversivos, por isso, por aquilo. Então, é uma luta inteira minha gente. Por isso que eu me orgulho de estar aqui e dizer para vocês que há pouco tempo atrás, numa sessão memorável da Assembleia Legislativa em Francisco Beltrão, que foi deslocado para lá o Poder Legislativo, para homenagear aqueles que prestaram relevantes serviços ao Estado do Paraná, eu recebi o certificado e tenho a honra de dizer a vocês: recebi o Pinhão de Ouro do Paraná em memória de meu pai.

Ivete Caribé da Rocha. Na sua avaliação, houve um atraso nessas cidades de fronteira, próximas à fronteira, em razão dos prefeitos biônicos? Houve um atraso econômico, enfim, do progresso?

Sinval Schreiner. Correto. Vejam que isso se vê a olho nu, que, onde existe disputa eleitoral, uma candidatura, ou duas, ou três, os prefeitos, os candidatos, cada um apresenta seu programa de governo, sua proposta administrativa, e aquele que for o vencedor vai colocar em prática a sua proposta. Onde não existe eleição, o interventor administra a folha de pagamento, porque não tem interesse, não conhece a população, não sabe da ponte, não sabe do bueiro, não sabe da escola do interior, vive em Curitiba e pratica a folha de pagamento dos funcionários. Permanecia por aí creio que por cerca de uma semana na minha cidade e três semanas na capital do estado. Então, o atraso foi muito grande, o desperdício foi muito grande. Qualquer um dos senhores que passarem, e vejam bem, Santo Antônio do Sudoeste é um ano mais velho do que Cascavel, e quem conhece pode comparar: cabem uns 15 Santo Antônio dentro de Cascavel. Tem a mesma idade de Francisco Beltrão e de Pato Branco, da mesma forma Capanema, Pérola do Oeste, Planalto, Barracão, todos os municípios de fronteira. Houve um atraso irreparável. Que, aliás, eu acho que os governos de hoje tinham que voltar um olhar diferenciado para esta região. Agraciar com mais recursos para compensar 20 anos de atraso e de paralisação. Paralisação total. Um prejuízo que não tem tamanho, muito grande, e quem sofre com isso é a população. Aqueles que mais precisam, aqueles que tinham a intenção de progredir, de instalar uma indústria, não instalam. Vai procurar uma cidade maior, vai procurar o fluxo maior em detrimento da nossa região. Isso aconteceu não só em Capanema e em Santo Antônio, mas em todos os municípios de área de segurança nacional, inclusive quem mora em Curitiba sabe do atraso do Porto de Paranaguá e Guaratuba, também na época.

DEPOIMENTO DE

LAURO ADÃO ROSSINI

Na época de 1964, eu era morador da Linha Pavão, em Capanema. Aonde eu tinha apenas 23 anos, estudante e professor da Linha Pavão da escola primária. Bem, para falar do Grupo dos 11, é importante que se diz de onde partiu a ideia, e o porquê, e como. Quando, em 1961, 1962, começaram articulações de tomarem o poder, quando iam articular, quase para se dar em 1961, Jânio Quadros, presidente da República, se acovardou e renunciou.

Nisto, que praticamente estava quase dado o Golpe Militar, o ex-governador Leonel Brizola – já não era mais governador, e sim deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro –, veio para Porto Alegre, se acampou da Rádio Mayrink Veiga e pediu a resistência contra o Golpe. E a população inteira se manifestando a favor da Rede da Legalidade, que não queria derramamento de sangue, mas sim que prevalecesse a ordem jurídica e constitucional, que era a democracia.

Nisso venceu, e o Exército se recuou de dar o Golpe na época, porque a população inteira estava a favor. Ao passar do tempo, o Brizola veio para Porto Alegre e se ocupou toda a sexta-feira, na Rádio Mayrink Veiga, sobre a implantação da reforma agrária. E ali surgiu a ideia da formação do Grupo dos 11 para discutir como deveria ser implantada a reforma agrária e da resistência, a democracia e contra o Golpe. Tanto é que, dois dias do Golpe em 1964, o irmão meu, que era coordenador geral dos grupos que nós tínhamos formados em Capanema, não me recordo bem de quantos, mas passava de dez na região ali, foi a Porto Alegre e levou a papelama dos grupo formados e as cartilhas da reforma agrária.

Chegando lá, Brizola já estava praticamente desesperado e vendo que o Golpe não tinha mais como evitar, porque o Terceiro Exército, que estava a favor da democracia, não estava mais tendo a resistência como tinha o Segundo Exército para dar o Golpe.

No chegar em Capanema, desembarcou do ônibus, veio lá em casa da mãe, escutando a Rádio Mayrink Veiga. Nisso, ele subiu para a casa dele, que morava mais ou menos a uns mil metros, ele e mais dois companheiros – o Zé Gregório e o Vilson Teixeira e a mulher dele –, para casa. Encontraram a viatura. Ao encontrar a viatura, eles saltaram de metralhadora da Brigada, e não do Exército bem dizendo, e detonaram. Eles correram para o mandiocal até um riozinho, aonde ele conseguiu se escapar do tiroteio, e eu estava dando aula a uns 50 metros de distância apenas, que era a escola primária. Com a gritaiada daquele tiroteio, que deu mais de dois mil tiros, a piaçada toda saltando janela e gritando. Eu levei em um mandiocal que tinha e mandei tudo deitar para não pegar bala, de medo que podia atingir as crianças.

Nisso, que parou o tiroteio, eu mandei eles irem na casa da finada mãe, hoje finada, e quando cessava tudo, ela ia dar ordem a eles para eles irem para casa. E eu peguei o mato. Ao ficar no mato, uns 200 metros para baixo daquele riozinho, encontrei o irmão meu, todo molhado, mas não estava ferido. E esse Vilson Teixeira, que era meio manco de uma perna, se entregou. Eles chegaram e calcaram o mosquetão na cabeça, e algemaram e levaram.

Aí o meu irmão ficou, que era o coordenador de todos os grupos, fugido, mais ou menos uns seis ou oito meses. Primeiro no mato ali e depois

para a Argentina. Aí, um advogado lá de Santo Antônio, que era advogado dele, verificando, disse que poderia se apresentar que não teria problema. Ao chegar em Capanema, ele se apresentou primeiro ao advogado, e aí levaram para Beltrão, onde ele deu o depoimento lá e liberaram.

Aí ele se desgostou tanto dali, porque ficou coisa mais difícil, que nós fomos todos taxados de “Quinta Coluna” e “comunistas”. Ele vendeu e veio para Foz do Iguaçu, na Alvorada. Mais ou menos um ano, por aí, que ele estava morando lá, formando uma fazendinha, ele foi vender lenha lá no quartel. Ao chegar lá, que ele deu o nome, eles olharam e disseram: “Não, mas espera aí, tem uma preventiva pra ti!”. Aí prenderam e levaram para Curitiba, onde ele tirou seis meses de cadeia.

Nós ficamos todos desorientados com isso. Eu abandonei os meus estudos, que estava apenas na 3ª série do Ginásio, e aguntei, estudando um pouquinho em casa à noite e aula, mas, em seguida, eu abandonei porque não tinha mais clima para continuar dando aula. A função realmente do Grupo dos 11 era discutir a reforma agrária como ela deveria ser e dar resistência da democracia contra o Golpe. Isso era função do Grupo dos 11.

Aluízio Palmar. Você morava na Linha Pavão e Capanema. Você era professor. O que aconteceu na escola? A repressão foi lá te buscar? O que aconteceu lá na escolinha em que você era professor?

Lauro Adão Rossini. A escolinha, na hora eu não sei, porque eu peguei o mato, com o tiroteiro, então eu não vi. Depois de encontrar o meu irmão, que era coordenador total dos grupos, da formação dos Grupos dos 11, que ele não estava ferido, aí que eu subi em casa para verificar o que tinha acontecido. Na escola não quebraram nada. Na casa, reviraram tudo, revistaram de colchão para cima, tudo. Reviraram. Graças à finada mãe, que, quando deu o tiroteio, eu tinha um bidê, que eu era o secretário do Grupo dos 11, na formação, daquela papelama que nós tínhamos pegado do Brizola, e até as cartilhas preenchidas de como deveria ser a reforma agrária na opinião dos nossos grupos. Ela pegou e queimou toda aquela papelama para não aparecer, senão eles teriam levado.

Ivete Caribé da Rocha. Na localidade onde o senhor morava tinham muitas pessoas ligadas a Grupos dos 11?

Lauro Adão Rossini. Ali nós tínhamos um grupo, cada grupo tinha um presidente, acho que finado já, o Alfredo Konzen. Em São Francisco era o Parizotto, outro grupo. Em Santa Cecília, era um irmão meu, o Paulo Rossin, que foi preso também. Em Sagrada Família, o Konzen, que era chefe do Grupo dos 11. Júlio Konzen, que era daquela região ali. Não era muito tempo que tinha sido formado o Grupo dos 11 ali, que ele estava apenas começando a criar mais grupos quando estourou. E, se não estoura aquele dia, a ordem era, no outro dia, nós nos manifestar com bandeira e cartazes, faixas. Nós não queríamos derramamento de sangue, e sim que prevalecesse a ordem jurídica constitucional, em favor da democracia, que não se desse o Golpe, para ver se o Exército se recuava como se recuou quando Jânio Quadros renunciou. Era a única forma de evitar.

Ivete Caribé da Rocha. Desses grupos, quem mais foi preso? Teve algum desaparecido? Algum morto?

Lauro Adão Rossini. Preso mesmo teve 14 dias um irmão meu, e esse, que é falecido hoje, que era o coordenador geral. E daí todos esses chefes do Grupo dos 11, uns fugiram, outros tiveram de dar depoimento em Curitiba continuamente, eu acho que cinco ou seis vezes tinham de ir a Curitiba para dar depoimento.

Ivete Caribé da Rocha. Teve inquérito então, um processo na Auditoria Militar, o senhor sabe?

Lauro Adão Rossini. É a Ditadura Militar. Agora lá, quando deu o tiroteio, foi a Brigada, não foi o Exército.

Yves Consentino Cordeiro. Eu quero perguntar para o senhor, já de acordo com as suas respostas às perguntas que me antecederam. Eu li alguma

coisa sobre o Grupo dos 11. Na minha cidade, Ponta Grossa, aqui no Paraná, meu pai e alguns amigos participaram de algumas organizações que tentavam se formar como Grupo dos 11. Eu pergunto: lá em Capanema, quando vocês formavam esses grupos, ou ali, em outras cidades vizinhas, aquelas pessoas que não eram simpáticas a João Goulart, a Leonel Brizola, elas demonstravam que elas não queriam o Grupo dos 11? Elas diziam assim: “Eu sou contra a reforma agrária!?”; “Eu não gosto do Jango!?”; “Eu acho que o PTB (muito famoso na época) é comunista!?” Naquela época se dizia muito isso, como até hoje, de vez em quando, ainda aparece uns aí. Me diga: qual era a cabeça do povo que olhava aquelas manifestações, e o que eles diziam para vocês? Se aprovavam, se não aprovavam... Porque tem alguns que também não querem se manifestar. Procure lembrar e responda para nós o que for possível.

Lauro Adão Rossini. Bem, a formação dos Grupos de 11, nós íamos na localidade e convocava o pessoal. Esse pessoal que vinha, que era a base mais ou menos de 40 ou 50 pessoas, na reunião, nós esclarecíamos o porquê do Grupo dos 11. Ali, daí entre esse pessoal, escolhiam-se as 11 pessoas. Escolhidas as 11 pessoas, os 11 escolhiam um para presidente do grupo, que recebia a informação desse irmão meu que era o coordenador. E, daí, ele levava para o Brizola, em Porto Alegre. E nós esclarecíamos a função do Grupo dos 11. Lógico que, em primeiro lugar, era para dar sustentação à democracia e contra o Golpe Militar, o primeiro objetivo, e o segundo era aquela ideologia de Brizola da reforma agrária. Eu acho que, quem conheceu realmente de fundo, como era realmente a reforma agrária que Brizola adotava e queria, bem diferente desse reassentamento que estão fazendo hoje, porque era com assistência técnica, e analisado aquilo que faltava no país de produto, para não produzir muito uma coisa e faltar em outra produção. Esta é a ideologia da reforma agrária de Brizola. E, hoje, me parece que está bem diferente. Na minha opinião, com o conhecimento que eu tenho, pode vir 50 anos, que esses reassentamentos, se não modificar, nunca vai dar certo, porque eles desacomçoa por falta de assistência técnica e orientação, e deixam as terras e vão embora de novo. A minha ideia é essa.

Yves Consentino Cordeiro. O prefeito, os vereadores, o padre, as lideranças religiosas, enfim, as pessoas que tinham credibilidade, que eram acreditadas pela população, eles interferiam nesse processo? Eles ficavam sabendo quais aqueles que eram mesmo do Grupo dos 11? E eles se manifestavam a favor ou contra, qual era a posição dessas pessoas, quando vocês diziam ou quando alguém podia dizer fora, que vocês faziam parte desse grupo que defendia o governo, que defendia a reforma agrária e que pretendia manter a legalidade democrática, para não deixar cair o governo de João Goulart. Você se lembra disso?

Lauro Adão Rossini. Tinha do povo civil muito pouquinho que se manifestava contra. Agora, do comando, eles eram fechados. Tanto prefeito, políticos. Não se via manifestação contra. Pelo menos ali. Agora, depois do Golpe, sim. Aí 'tá louco'. Aí eram os comunistas do Pavão, a 'Quinta Coluna'.

Yves Consentino Cordeiro. Aí eram todos contra vocês, né?.

Lauro Adão Rossini. Deus o livre! Não dava nem de sair!

Yves Consentino Cordeiro. É mais fácil mesmo, depois de o vencedor aparecer, todo mundo quer ser o pai da criança.

DEPOIMENTO DE

WALDEMAR TORRES ROSSINI

Moro no Pavão há muitos anos. Desde quase quando era Capanema, sou morador do Pavão. Irmão do Lauro, sou um pouquinho mais novo. Naquela época, nós estávamos na mesma função, e, naquele dia em que eles bateram lá em casa, lá no meu irmão, atiraram bastante, não atingiram nenhum dos homens, e atingiram uma vaca do vizinho lá em cima. Bem no fim, a vaca morreu também.

E daí chegaram lá em casa, começaram pedindo do armamento e tudo, foi, foi, a mãe deixou eles entrar e tudo, reviraram colchão, quarto por quarto, isso e aquilo, pedindo o armamento. Mas não tinha. Que armamento vai ter ali? E, daí, passaram dali, passaram por debaixo da casa, tinha uma tuia de feijão lá, eles abriram a tuia de feijão, pedindo do armamento. Derramaram tudo, e nada. Não tinha nada.

Daí eu estava lá embaixo, tratando dos porcos, vieram e pediram de novo: “Onde está o armamento?”. E eu digo: “Armamento não tem!”. Daí chegou um policial e me botou o fuzil no peito, bateu. Aí fiquei quieto, saiu, pediu de novo, foi, revistaram a minha casa tudo. E, depois, mais tarde, depois, teve uma missa lá na localidade, daí o padre chamou a família Rossin de comunista, isso foi o que para nós doeu aquilo lá. E nós somos em 11 irmãos e irmãs, nenhum não trocou de religião até hoje. É isso aí.

Aluízio Palmar. Eu passei um tempo em Capanema atrás de uns companheiros desaparecidos políticos. No período em que eu estive lá, eu soube que você foi muito torturado. Pergunto para você: que tipo de tortura você sofreu? Onde? E esse olho de vidro, é consequência da tortura?

Waldemar Torres Rossini. Não. Esse eu tinha mais ou menos uns 26 anos quando eu perdi. E foi atingindo tudo isso aí.

Aluízio Palmar. Você chegou a ser preso e foi torturado onde?

Waldemar Torres Rossini. Não. Só aquela uma.

Aluízio Palmar. Qual?

Waldemar Torres Rossini. Aquela que eles bateram.

Ivete Caribé da Rocha. Quando o senhor menciona uma, o senhor chegou a ser preso uma vez ou, mesmo não tendo sido preso, foi torturado, ameaçado? O que lhe aconteceu?

Waldemar Torres Rossini. Eu não fui preso. Mas os meus irmãos foram, porque eu fiquei com a mãe. Daí a mãe ficava sozinha.

Ivete Caribé da Rocha. E o senhor foi ameaçado pelo Exército? Pela Polícia?

Waldemar Torres Rossini. Só por aquele policial lá quando eu estava dando água para os porcos.

Aluízio Palmar. Lá na sua comunidade, vocês foram taxados, chamados de muitas coisas. Que papel teve o padre de Capanema na sua prisão, ou na prisão dos seus irmãos e você e toda a sua família? O padre de Capanema teve algum papel que desempenhou? Te ajudou? Como é que foi?

Waldemar Torres Rossini. Não compreendi bem.

Aluízio Palmar. O padre de Capanema. O que que aconteceu com o padre de Capanema, foi a favor de vocês? Foi contra? Lembrou do padre, agora?

Waldemar Torres Rossini. Não, daí o meu irmão, quando voltou, ele deu seis meses que ele ficou preso em Curitiba, aí ele chegou e doou uma novilha à festa de Capanema, que é fim de maio. Aí o padre, o mesmo padre, falou “Não, que era engano, que a família Rossin não era mais comunista...”. Então foi o quê? Uma novilha pagou? A mancha ficou, né?. A mancha ficou...

DEPOIMENTO DE

ADAIR AMARO

Por aqui vou dar meu testemunho hoje presente no meio dessa multidão aí do que passou comigo, então, eu quero dar o meu testemunho. Que eu moro em Dionizio Cerqueira, ali eu já estou com 82 anos e nunca fui preso. Mas, nesse tempo ali do Grupo dos 11, que tinha o cabeça nosso ali, que era o dirigente, era o finado Clever Bora, que mataram no Paraguai, o Arcílio Tranco também, ali de Dionizio, que eram os cabeças ali, e eu era do grupo deles, porque, me perdoem se eu falar alguma coisa errada, porque eu sou analfabeto, mas eu falo aquilo que eu tenho de falar, a verdade. Eu só falo a verdade porque Jesus disse: “Conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará”, por isso que eu estou falando a verdade aqui.

Eu fui preso ali em Dionizio Cerqueira três meses, morava na Barra de Damião, e daí eles me levavam lá na minha chácara, me traziam de volta na delegacia, me bateram, me judiaram, me colocaram dentro da cadeia, me batiam, os soldados ali, no tempo do capitão Olasco, era o capitão que comandava ali, e, aí, às vezes de madrugada, estava na cadeira, me soltavam água fria, me molhavam tudo com água fria no inverno.

Fiquei três meses sofrendo da chácara ali, me traziam, me levavam, e resolvi de me escapar e ir para a Argentina. Deixei chácara, deixei tudo ali, e fui para a Argentina. Aí vivi lá na Argentina, fiz documento na Argentina, fiz a radicação, que até quando eu fiz agora o requerimento do processo ali, eu declarei o meu processo no fórum de Barracão perante o juiz e perante o promotor.

Aí xeroquei os documentos argentinos, mandei lá para o Congresso, que até hoje eu tenho os documentos, que está com 58 andamentos lá e nunca me devolveram o documento de volta. Então, é o meu testemunho. Vim aqui trazer o conhecimento que eu fui judiado, me colocavam dentro da cadeia lá, me davam coice, agarravam pela goela, puxavam, judiavam, davam coice, derrubavam. Então, é o seguinte, é o que eu estou declarando aqui, é o que passou comigo. E tive que me refugiar para a Argentina. Fiquei na Argentina, lá morei por um tempo, quando voltei não achei mais nada do que eu deixei na chácara. Vaca, porco que eu tinha deixado, se foi tudo. Então, eu vim aqui para dar o meu depoimento do que passou-se comigo e falar a verdade. E, no mais, eu agradeço a oportunidade, porque eu não tenho mais o que falar. É isso aí, e ali o Valdetar falou cedo que muitos se refugiaram para a Argentina, e eu conheço muita gente lá que refugiaram naquele tempo e estão lá para aquele lado da Argentina. Meu muito obrigado!

Ivete Caribé da Rocha. O senhor foi preso por quanto tempo? O senhor foi preso em Dionizio Cerqueira?

Adair Amaro. Sim. Três meses. Ficava lá 15 dias, 20 dias, depois me mandavam de volta, me buscavam ali e tal. Eu e o tal de João Almirão, era para ele vir, mas não veio. Ficou doente. Mas o Valdetar conhece ele.

Ivete Caribé da Rocha. O senhor foi preso, então, com outras pessoas também nesse momento?

Adair Amaro. Não. Comigo foi só. Que pegaram lá na Congregação onde ele morava. Dali os que eram cabeça fugiram. Foram para o Paraguai, e outros se mandaram embora.

Ivete Caribé da Rocha. Durante esses três meses que o senhor foi preso, o senhor sofreu torturas... Como é que eram essas torturas? Afogamento? Como é que eram?

Adair Amaro. Eles colocavam lá dentro da cadeia, acalcavam na goela, davam coice na barriga e batiam com aquelas borrachas assim nas costas, na cabeça. Faziam de tudo, coice, como se nós fôssemos cachorros.

Ivete Caribé da Rocha. Ficou machucado?

Adair Amaro. Sim. Naquela época machucaram bastante.

Ivete Caribé da Rocha. E o senhor, quando saiu da prisão, o senhor respondeu processo, como é que foi essa situação?

Adair Amaro. Não. Não respondi. Fui para a Argentina. Eu vivi na Argentina, aí fizeram erradicação na Argentina, que agora me encheu de processo, que é esses processos que estão aí, foi para o Congresso, tirei o xerox dos documentos argentinos, e está lá no Congresso.

Ivete Caribé da Rocha. E o senhor voltou quando para o Brasil? Quanto tempo depois?

Adair Amaro. Eu fiquei 11 anos na Argentina.

Ivete Caribé da Rocha. A sua família foi também?

Adair Amaro. Foi. Levei a família. Agora são todos casados. A primeira esposa até morreu, ela não existe mais, mas eu estou vivo.

Ivete Caribé da Rocha. E o senhor entrou com um pedido de indenização na Comissão de Anistia?

Adair Amaro. Sim. Eu tenho o pedido aqui e todos os papéis aqui. Se quiser olhar, eu tiro aqui para você ver.

DEPOIMENTO DE

BENJAMIM MACHADO

Estou aqui para falar do que aconteceu no passado para a gente. Eu morava no Paraná, eu e a minha mãe e os meus irmãozinhos. E chegou esses ditadores, e daí me pegaram trabalhando e me levaram a coice e soco, e no taxo. Me amarraram, me jogaram dentro de um caminhão, e lá fui maneado. Me levaram para a delegacia, e, lá, o meu alimento lá era a salmoura, para não ficar sem comer. Aí eu fiquei lá quando eu pude, fiquei uns quantos dias. Quando eu pude escapar, que daí eles me soltavam e fiquei na cadeia igual. De repente, surgiu uma vagazinha, e eu garrei e fugi para a Argentina.

Fugi para a Argentina e me escondi lá num mato, passando frio,

passando fome, passando sede, e arriscando perigo ainda, e, por causa duns ditadores. Então, a gente sofre, a gente luta, a gente pejeja. Deixei minha mãe, meus irmãozinhos pequenos, minha mãe era doentia e não podia trabalhar. Eu que escorava o trabalho. E, quando cheguei voltar, estavam os meus irmãozinhos. A minha mãe já não existia mais. Meu pai tinha abandonado com eles, e daí eu fiquei lá uns três anos na Argentina, até parar, até terminar isso ali.

Eu voltei para o Brasil quando eu soube que não tinha mais nada, que estava liquidado, que não tinha mais esses ditadores, já tinham ido embora. Mas eu sofri o que os outros sofreram. Mas só que me levaram sozinho, não fui junto com outros companheiros. Me levaram sozinho. Se tivesse um outro companheiro ainda vá lá, mas eu estava sozinho.

Aí eu fui pelejando, foi indo, dormindo no mato e passando sede, e a gente sofrendo. Então, eu não sou, como se diz o ditado, eu não sou de muita prosa, porque eu não tenho estudo. Mas o que a gente passou, a gente conta, a gente sabe. E, então, nesses casos aí, eu não sei como é que eu passei, porque passar frio, passar fome, passar sede, de tudo um pouco, e a gente não morrer?! É dura a mão, é dura a mão para um brasileiro.

Porque país estrangeiro não é o nosso país. E os ditadores entraram aí e me caçaram, eu na roça trabalhando. Eu na roça trabalhando. Então, o que que eu ia fazer? Eu sofri! Minha mãe com os meus irmãozinhos sofreram! O meu pai já tinha abandonado. E ela, depois, era muito doentia, foi indo, foi indo até que ela morreu. Ficou os meus irmãozinhos sozinhos sem ter quem ajudasse. Sem ter quem ajudasse eles a viver.

E a gente, então, quando eu voltei, que eu comecei a trabalhar de novo, eu comecei a lutar, dar força, dar ânimos, e dar inteligência, porque não deve se esmorecer! A gente não deve de esmorecer, a gente deve de enfrentar a luta! Meio cá, meio lá, meio sofrido, mas levantar a cabeça e tocar para frente. Então, eu, que era o mais velho, meus irmãos maiorzinho que tinha, ainda não prestava para trabalhar. Então viviam meio jogados, por meio de mãos alheias, passando de tudo um pouco.

E a gente começou a remanescer de novo, a trabalhar, a lutar. E já não tinha mais perigo, porque os homens já tinham abandonado. Mas eu ainda dou

graças a Deus por eles não matarem a gente, porque sabe-se lá quantos coitados que eles mataram. Quantos coitados que eles fizeram judiaria. Quantos coitados que eles beneficiaram. Umas pessoas sem critério! Ditadores! Que eu acho que não servem nem para fazer não sei o que lá.

Então, a gente tem que lutar! Tem que forcejar! Agora, eu, graças a Deus, não moro em Barracão, eu tenho a minha família, e aquilo lá se foi embora. Então, eu cuido da minha família, e a minha mulher velha deu derrame e ela ficou deficiente. E eu enfrentando sempre! Enfrentando sempre! E a gente tem que lutar.

Então, a gente está aqui para falar um pouco daquilo que passou, e a gente não vai falar aquilo que não é. A gente fala aquilo que é, porque Deus não quer que nós mintamos para ninguém! Se nós mentirmos, eu já digo para uma pessoa que nós mentirmos, nós estamos fazendo pecado e não estamos favorecendo a lei. Não estamos favorecendo a lei. Porque a lei é eterna, a lei é bendita, a lei é bonita. É! A lei é bonita! Então, se a gente guardar a lei, obedecer a lei, tudo como se manda, então a pessoa vai bem na vida. Daí para frente ela só vai. Então, eu não sou de muita prosa, né?. Não sou muito sabido, porque eu não tive estudo. Eu aprendi um pouquinho por minha conta, pouquinho escrever mal e mal ler um pouquinho, mal e mal também... mas aquilo que a gente sabe a gente toca para frente, né?...

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. O senhor disse que foi preso quando estava na roça trabalhando. O senhor sabe o porquê que o senhor foi preso?

Benjamim Machado. Eu estava na roça trabalhando, e, aí, por causa da... eles são ditadores, né?.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Sem critério, né?. Eu ouvi o senhor dizer que os ditadores não tinham critério.

Benjamim Machado. Sem eu saber de nada. Eu não sabia de nada daquilo.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Eles disseram que o senhor fez o quê?

Benjamim Machado. Eles falaram que eu tinha que ser preso. Eu tinha que ir preso e ficar lá até que sabe lá, morrer, né?. Mas, pela misericórdia de Deus, Deus não me deixou morrer, porque, decerto, eu era uma pessoa para Deus. Uma pessoa vivente, uma pessoa de ajudar os outros. Porque eu não sou de tirar nada de ninguém, eu sou de ajudar. Se uma pessoa está aí sofrida, eu vou fazer o que eu puder, eu faço. E eu não falo muito porque eu não tenho muito estudo.

Ivete Caribé da Rocha. O senhor foi levado para que cidade, para que lugar, quando o senhor foi preso?

Benjamim Machado. Vista Alegre, lá em Barracão.

Ivete Caribé da Rocha. E quanto tempo o senhor ficou?

Benjamim Machado. Três anos, porque eu tinha medo de voltar para o Brasil.

Ivete Caribé da Rocha. Não, não. Na cadeia, quanto tempo o senhor ficou?

Benjamim Machado. Eu fiquei uns dez dias. Até que eu pude escapar para a Argentina, lá em Barracão, a Argentina era pertinho. Então, daí, quando eu pude escapar, que eu ía, que eu não enxerguei ninguém, eu saí correndo e me escondi mato à fora.

Ivete Caribé da Rocha. Daí o senhor ficou três anos na Argentina?

Benjamim Machado. É, daí eu fiquei três anos sem saber o que se passava no Brasil.

Ivete Caribé da Rocha. A sua família sofreu algum tipo de perseguição?

Benjamim Machado. Daí a minha mãe, eu era solteiro, a minha mãe era doentia e não podia trabalhar. Os meus irmãos eram pequenos. E, daí, por ficar na mão dos outros.

Ivete Caribé da Rocha. Mas a Polícia não pressionou a sua família?

Benjamim Machado. O que me judiou foi o Exército. Então, o que me judiou foi o Exército. Porque a Polícia de Barracão, eles não eram ruins. Mas o que me judiou, o que me baqueou bastante foi o Exército. Por causa não sei do quê. Diz que queriam pegar até o Brizola também.

DEPOIMENTO DE

SÉRGIO GOULART¹⁰

Boa tarde a todos vocês que estão aí presentes. E o pessoal da Comissão aqui. Eu vou falar no lugar do meu pai, porque ele, devido à saúde dele, ele não está falando mais. Ele poderia até falar, mas está meio cansado. Então, eu vou falar para vocês o que eu soube, o que ele me conta até hoje, uma coisa que ficou marcada na vida dele, na minha não ficou marcada. Ficaram marcados os casos que ele conta para os netos. E os meus tios contaram para mim... Aquilo que eu soube e acompanhei pelos fatos eu vou passar para vocês.

Lá por volta de 1964, 1965, meu pai morava em Tenente Portela, ele junto com os meus tios. E a família inteira sofreu com esse negócio do Grupo dos 11, porque os meus tios faziam parte... o qual o seu Adair falou que tinha um...

¹⁰ O Sr. Sérgio Goulart falou pelo pai, Sr. Aristides Quaresma Goulart.

Aí eles fugiram lá do Rio Grande, vieram ali para Capanema, Barracão, e ali eles ficaram junto com o Crevis Boro, que era um que dirigia o grupo. E meus tios participaram, mas o pai era o mais novo, o nenê da família, na época ele estava com 27 anos. Eu não existia, mas os meus irmãos... já tinha um ou dois já que existiam.

Aí prenderam os irmãos dele, até o meu avô foi junto, meu vô, no qual foi torturado até a morte. Esse eu lembro, que o pai conta, que, no fim, deram um tiro, pegou na perna dele, e esse tiro atingiu a veia, e ele acabou morrendo. E, para encerrar o assunto, para ser mais curto, e outros companheiros falar, meu pai acabou fugindo para a Argentina na terceira vez que ele foi preso.

Na primeira vez que ele foi preso, ele ficou 15 dias. Na segunda vez, a mãe conta que ele ficou mais uns três meses, e, daí, cada vez que ele foi preso, ele era torturado. Ele tem marca até hoje, que ele mostra para nós, de muitas torturas que ele passou. Aí, como os meus tios fugiram, ele também fugiu. Ele foi para a Argentina, os meus irmãos ficaram pequeninos só com a mãe, e ele ficou morando na Argentina dois anos.

Após dois anos, ele voltou, se cuidando, né?. E a gente sofreu, sofreu porque a família inteira ficou com aquela mancha, né?. Eles não falavam o sobrenome da gente, eles sempre comentavam: “A turma lá dos Goulart”, que o nosso sobrenome é Goulart, era um pessoal que a gente sofria, não digo uns mais velhos, os meus irmãos, né?. Sofreram muito, tipo, nas igrejas em que eles participavam, no colégio, muitas vezes, porque sabiam que o meu pai era sempre foragido, ele vivia sempre foragido.

Aí ele vinha para casa, ficava uma temporada, de repente ele ia para a cidade, pegavam ele na cidade, ficava um dia preso, dois dias preso. Na época do capitão, esse capitão aqui de Dionizio, que eu vejo o pai falar e o seu Adair falou, capitão Dalastra, eu acho que era isso. O seu Adair sabe dizer melhor, ele falou o nome antes aí.

E foi vivendo assim. Mas o que a gente passou, que eu sei que sofreram mais, foi o negócio de nós ficarmos sem o pai. Eu tenho 45 anos, então, eu não tinha nascido ainda, mas os outros irmãos meus, nós tínhamos... tinha dois filhos já, os meus irmãos mais velhos. Aí eles ficaram sozinhos com a mãe. E o pai participou, ele era daquele grupo ali que era liderado pelo tal de Crevis Boro. Ele

morava na Barra da União, esse cara, foi morto no Paraguai. Eles perseguiram até morrer. É isso aí que eu tenho para dizer.

Norton Nohama. Você é o filho mais novo, né?.

Sérgio Goulart. Sim.

Norton Nohama. Então você conhece algumas coisas por ouvir dizer.

Sérgio Goulart. É. O que eu ouço é o que eu passei para vocês, é o que o pai conta. Conta até hoje, conta para os netos, conta para a gente.

Yves Consentino Cordeiro. Você ficou sabendo como que o seu pai foi preso? Quem prendeu ele? Onde ele ficou? Quem guardou ele, vamos chamar em uma linguagem acessível. Enfim, ele era um brizolista? Ele era uma pessoa identificada com aqueles grupos, com aqueles movimentos que queriam garantir o governo de João Goulart?

Sérgio Goulart. Sim. É, tipo, o pai, ele participava, porque os meus tios também, ele era o nenê da família. E os outros tios mais velhos, eles participavam desses movimentos, era desse negócio. Eles vinham para Capanema, iam para Tenente Portela. Esse trajeto que eles faziam, sempre andando em grupo.

Yves Consentino Cordeiro. Alguém, se você lembra, alguém comentou que esses grupos teriam no poder deles algum armamento que pudesse então ser usado por eles contra o Exército ou contra outras forças, como a Polícia Militar ou a Polícia Civil?

Sérgio Goulart. Não vou mentir para vocês, porque os meus tios contam, né?, lógico que o pai, sabe como que é pai para filho. O pai dá aquela escondidinha em algumas coisas. Mas, pelo o que os meus tios falavam, eles tinham as armas para se defender também, porque eles contam caso de encontro

deles que deu confronto com a Polícia, e eles tiveram que fugir. Eles viajavam muito com cavalos, tropa de cavalos, carroça. E eles eram desse movimento, né?, e muitas vezes deu confronto com a Polícia. Tipo, eles contavam história, e o pai também conta. Lógico que o pai não conta tudo o que aconteceu lá, mas os meus tios contavam mais.

Yves Cosnentino Cordeiro. Ele foi preso? Foi condenado? Cumpriu pena? Como é que foi esse lado aí?

Sérgio Goulart. A história do meu pai, pelo que ele conta, e pelo que a mãe conta, ele ficava preso. Assim, torturavam ele 15 dias, um mês, de repente largavam, não achavam..., porque ele sempre negava, que não estava no grupo, então ele era dos irmãos o mais novo. E, quando soltavam ele, ele vazava. Ele ia para a Argentina e aí ficava um ano, dois anos. Quando esfriava, a mãe ligava, ligava não, porque não existia telefone, mandava um recado, alguma coisa, e ele aparecia. Aí, ele ficava conosco mais dois anos, três anos. Foi anos assim, eu não sei por quanto tempo.

Yves Cosnentino Cordeiro. E ele chegou a pedir para algum de vocês, como herdeiros, chegou a pedir indenização pelos danos que sofreu no período em que ficou recolhido, pelos prejuízos daquilo que ele queria trabalhar e não podia? Depois disso, bem depois que passou os anos. Você tem notícia disso aí?

Sérgio Goulart. Tenho. Porque, assim, um dos meus tios, um tio mais velho meu morreu com 90 anos. Agora faz o quê? Um ano que ele morreu. Aí, com esse meu tio, quando ouviu falar que podia entrar com indenização se tivesse prova, algum processo, e os meus tios tinham todos os processos de que eles foram presos, onde é que eles foram julgados, não sei, eu sei que eles tinham as provas concretas... E, daí, o pai também entrou junto com eles, porque também sofreu. Com o que a gente mais sofreu foi com a distância, que ele tinha que abandonar a casa e sair. Foi o que a mãe conta e que mais lamenta que nós sofremos foi com esse tipo de coisa.

Norton Nohama. O senhor falou que um dos seus tios foi preso e morto.

Sérgio Goulart. Sim. Meu avô.

Norton Nohama. E o senhor poderia descrever um pouco esse episódio? Em que circunstâncias?

Sérgio Goulart. Meu avô se chama João Goulart, que é o pai do meu pai. Na época, o meu pai era novo, mas o meu avô já participava de grupos, ou sei lá como era antes, talvez antes do Brizola, que o pai conta. Eu sei que daí foram prender ele, e, em um tiroteio, ele reagiu, levou um tiro na perna. E esse tiro na perna... aí eram longe os recursos e coisa, né?. Ele conseguiu fugir para o mato com aquele tiro, e fugiu, foi para o mato. E depois, quando ele voltou para casa, queriam levar ele para o hospital e coisa... “Ah, na perna, não foi nada”. E, daí, dali a três dias, veio a falecer.

Norton Nohama. Em que ano foi isso?

Sérgio Goulart. Mas olha, eu acho que por..., lá pelo ano 1965, por aí... 63, 65, por aí. Eu não cheguei nem a conhecer o meu avô, né? Só vejo eles contarem a história.

DEPOIMENTO DE

WERNER WALBER

O negócio é o seguinte: eu, quando estourou, que as tropas saíram na rua, de manhã, eu estava com o caminhão carregado. Aí, naquele dia eu não saí viajar. Saí na cidade e falaram: “Não vai sair viajar que eles vão te prender, a Polícia, o Exército”. Mas, aí, no outro dia, eu saí. Era atacado, mas só pediam documento, documento pessoal. Aí eu fiquei uns 15 dias lá por Rio Grande. Quando eu voltei a Guarujá do Sul, onde eu morava naquele tempo, aí aquele comentário: prenderam o professor Reck e o Milton Pergman. Mas por causa de quê? Aí foi pra lá e pra cá, fuxico e não sei o quê, o cabo Oralino denunciou eles que eles eram comunistas. Aí ficou uns dias por lá, e eu digo: “Mas ninguém foi olhar os homens lá? Se estão passando mal ou bem?”. “Não”. Aí, eu falei: “Semana que vem eu vou”.

Aí eu encontrei o cabo Oralino, aí eu disse: “Mas prenderam os homens por quê?”. “São comunistas!”. Aí eu falei para ele: “Mas aonde tem comunistas? Eu não conheço comunista”. E ele disse: “Não, não... tem mais gente aqui...”. Eu digo: “Você tá fazendo fuxico! Tá fazendo calúnia aí”. Aí, na outra semana, eu peguei a roupa dos dois, de cada um, e fui para o quartel. Levei o meu diploma de vereador, cheguei lá com duas bolsinhas, aí, na entrada, ali, tinha o guarda com o fuzil, lá dentro. Então, o comandante não estava na hora. Esperei uma meia hora ou mais.

Aí ele veio e perguntou: “O que que tem dentro dessas bolsinhas?”. E eu disse: “Eu trouxe roupa para os dois presos de Guarujá”. Aí ele: “Óh, espalha as roupas por cima da mesa, examina peça por peça”. Foi o que eu fiz. Dali a pouco, veio enrolado em um papel, aí era uma escova de dente e pasta de dente, né?. Daí, no professor, dentro do paletó, tinha uma carteirinha. Aí, quando ele viu ali, ele já pegou. “Que que é isso aí?”. Ele olhou e disse: “É professor?”. E eu digo: “É. Professor do primeiro e do segundo ano”, falei. “E o colégio está fechado, porque não tem professor”, eu falei.

E aí ele falou: “Mas ele faz enterro também?”. Eu disse: “Lá é difícil padre, pastor, não é sempre que tem. Aí ele faz enterro [...]”. Aí ele me olhou e disse assim: “Mas quantos comunistas tem lá?”. E tinha um milico do lado, não sei se era mandado ou comandante... me deu uns coices nas canelas, louco para me bater, sabe como é. E, aí, foi para lá e para cá, então o comandante disse: “Então, não tem comunista em Guarujá?”. “Não tem!”, eu disse. Aí ele disse: “O senhor assina garantindo que não tem comunista em Guarujá?”. “Eu assino!”. O milico me deu mais um empurrão lá, aí ele veio com aquele papel, eu assinei. Isso está arquivado lá. Era Marrecas aquele tempo lá. Não era Francisco Beltrão.

Eu assinei, nem sei o que eu assinei, sei que assinei. Aí o comandante me olhou assim e me deu um grito assim: “E você prova com o que que é vereador?”. Aí eu puxei minha diploma lá. Puxei a diploma, e ele leu, assim, ele me olhou firme, assim. Ele disse: “Janguista!”. Eu não podia negar que não, porque no diploma estava Partido Trabalhista Brasileiro, que eu me elegi. Aí ele me disse: “Janguista!”. Ele me olhou: “Eu também sou janguista!”. Esse eu acho que baixou o negócio de... né?. Aí ele disse: “Óh, tá bom! Não tem comunista lá... O senhor assinou. Qualquer coisa que surgir agora em Guarujá, que aparecer um

comunista, o senhor é o responsável”. Eu disse: “Mas eu gostaria de conhecer comunista. Eu não conheço”, falei. Aí ele disse: “Tá bom! Pode ir que amanhã ou depois eu vou soltar ele”. E eu disse: “Comandante, não levando mal, eu estou com o carro aí. Se o senhor liberar eles hoje, eles podem ir junto comigo”. Aí ele me olhou e disse assim: “O governo tem dinheiro para pagar passagem! Eles vão de ônibus, amanhã ou depois”. Eu fiquei quieto.

Eu voltei para Guarujá, aí, aquele comentário: “Os homens estão presos...”. Quando foi aí dali umas horas, apareceram dois. Eu falei para eles: “Vocês fiquem em casa, quietinhos, que a coisa está fervendo!”. Eu disse: “Eu vou pegar o secretário da Câmara e vamos fazer uma investigação na Colônia”. Que o cabo, aqui ele tinha tirado uma vaca de leite de uma família que tinha três crianças para dar leite. Aí, no outro, tirou um cavalo, cobrou o cavalo e não devolveu para o dono o dinheiro, mais milho. O que eu estou falando tá arquivado lá, pode ir lá em Guarujá, na Câmara.

Aí mandamos ofício. O dia da votação, de noite, naquela época eu era presidente da Câmara lá. Foi aprovado unânime lá. Ele levantou dali, o cabo, foi para casa e deu um tiro na televisão preto e branco e debulhou. A mulher dele falou... e está lá viva para contar. E, aí, então, acalmou aquilo lá. E eu assinei lá o que é, tomei uns coices, mas não tem importância. Eu tenho dito.

DEPOIMENTO DE

BRAULINO MARTINS DOS SANTOS

Carla Silva. O Sr. Braulino nos procurou, ficou sabendo da realização dessa Audiência e tomou a iniciativa de vir até nós. Trouxe-nos cópia de documentação do DOPS, onde estão registrados fatos relativos a ele. Ele vai, então, fazer agora esse depoimento para nós.

Braulino Martins dos Santos. Quero fazer uma declaração. Eu fui preso em 1964. No dia 2 ou 4 de abril. Fui preso em Cidade Gaúcha. Um dez ou onze horas da noite. Quando cheguei na delegacia, não tinha mais espaço na

cadeia. Eu posei sentado dentro do banheiro, até amanhecer o dia. Depois, eu não lembro quantos dias ficamos em Cidade Gaúcha. Lá quando foi um certo dia, eles chegaram com um rolo de corda, e, então, trelaram assim nos punhos, mas bastante, gente. De Cidade Gaúcha nós estávamos mais ou menos uns 14, mas tinha mais gente dos outros municípios. E daí fomos conduzidos nessa caçamba, todos trelados, pra Cruzeiro do Oeste. Fiquei lá não sei quantos dias, e dali me lavaram para Curitiba. Chegamos em Curitiba dia 21 de abril. Lá em Curitiba ficamos no Ahú, 104 dias. Quer dizer, eu falo mais ou menos assim, porque tem no papel, porque estão marcados os dias, mas eles lá não marcaram muito certo. Mas ficamos essa quantia. Então, fomos trelados, volto a falar do trelamento. Fomos trelados que nem porcos, e assim levados para Cruzeiro do Oeste. Aí, lá em Cruzeiro do Oeste, levantaram aquela caçamba, e todos nós rolamos no chão, assim. E lá em Curitiba, então, ficamos 104 dias. Aí vinham e tiravam a gente e levavam assim para o militar. Aí o militar investigava a gente. Duas, três horas. Saía aquele tenente, chegava outro tenente, até amanhecer o dia. Então, foram 104 dias desse jeito. Aí, com 104 dias, deram o alvará de soltura para eu voltar para a casa de cidade Gaúcha. Então, é isso aí que eu tenho para falar.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Sr. Braulino, o senhor sabe nos dizer por que o senhor foi preso?

Braulino Martins dos Santos. Foi por causa do Golpe Militar. Aí, nós estávamos em Cidade Gaúcha. Eu morava lá. Mas lá de vez em quando a gente ia para o Rio Grande do Sul, e meu irmão tinha uma granja lá. Então a gente ia no comício do Leonel Brizola. E lá a gente tirava fotografias. Aí eles acharam essas fotografias, na minha residência em Cidade Gaúcha. Por isso que eu fui preso. Fui preso pelo... acho que foi o Golpe Militar, eu não sei por que foi que me prenderam. Acho que foi por causa do Leonel Brizola, por causa dessas fotografias. Essas fotografias eles levaram também. Mas, até hoje, não me devolveram. Então, eu não sei o que foi, se foi Revolução ou foi Golpe Militar ou o que que foi. Porque eu não sou político, não entendia de política, nem entendo até hoje. Então, é isso!

Aluízio Palmar. Seu Braulino, tenho mais uma pergunta: é o seguinte, em Cidade Gaúcha e naquelas cidades ali das proximidades, foram presas muitas pessoas. Eles carregaram o senhor em quê? Em trem, em carro, em que tipo de veículo levaram vocês todos? Quantas pessoas eram, que foram presas nessa ocasião?

Braulino Martins dos Santos. Só de Cidade Gaúcha eu me lembro que nós éramos em catorze. Mas isso aí tinha mais de 60, 80 pessoas. Numa caçamba.

Aluízio Palmar. Caçamba?

Braulino Martins dos Santos. É, numa caçamba, como eu falei aí atrás. Trelaram tudo com uma corda, assim. Daí, chegaram e levantaram aquela caçamba, e a gente desceu rolando.

Aluízio Palmar: Isso foi o Exército, ou a Polícia Civil, ou a PM?

Braulino Martins dos Santos. A Militar. A Polícia Militar.

Yves Consentino Cordeiro. Sr. Braulino, o senhor morava em Cidade Gaúcha? E o senhor se lembra se lá em Cidade Gaúcha as pessoas falavam sobre a existência do Grupo dos 11?

Braulino Martins dos Santos. Falavam.

Yves Consentino Cordeiro. E existia? O senhor se lembra se havia pessoas que se reuniam, conversavam, falavam de Leonel Brizola? Que falavam de defender o governo João Goulart? O senhor tem lembrança disso, naquela época, nos dias em que o senhor foi preso, antes até? A população comentava isso?

Braulino Martins dos Santos. Não, isso aí foi um compadre meu que tinha um armazém de secos e molhados. Então, ele me convidou, ele fez esse Grupo dos 11, e me convidou pra eu assinar. Eu assinei, mas eu nunca conversei sobre isso aí. Só ele me convidou pra fazer esse Grupo dos 11. Então ele era o chefe. E eu fui um dos membros do Grupo dos 11.

Yves Consentino Cordeiro. O senhor lembra, seu Braulino, se as pessoas falavam que o governo do João Goulart ia ser derrubado pelos militares? Alguém comentava isso? Alguém dizia que o governo corria perigo?

Braulino Martins dos Santos. Não. Isso aí faz 50 anos. Então, eu não me lembro, mas não era comentado. Só me apresentaram esse Grupo dos 11, e eu assinei.

Yves Consentino Cordeiro. Depois dessa prisão do senhor, aconteceu de novo outras prisões em outras épocas, ou foi só essa que o senhor contou agora?

Braulino Martins dos Santos. Não. Só esta aí. Só essa.

Yves Consentino Cordeiro. Quando eles levaram o senhor, que o senhor diz que ficou no banheiro sentado, alguém veio depois fotografar o senhor, veio fazer perguntas, pediu para o senhor assinar algum documento, alguma ficha? O senhor tem lembranças disso?

Braulino Martins dos Santos. Não. Não foi assinado nada. Nem em Cidade Gaúcha, nem em Cruzeiro do Oeste. Só assinei lá em Curitiba, na Delegacia de Ordem e de Política, que chamava-se DOPS.

Ivete Caribé da Rocha. Sr. Braulino, eu ainda tenho uma pergunta a fazer: quando o senhor foi preso, o senhor diz que foram amarrados com cordas. Foram amarrados uns aos outros ou amarrados cada um individualmente?

Braulino Martins dos Santos. Não, todos emendados, assim [mostra com gesto como ficavam todos juntos em fileiras]. Todos um emendado no outro, na mesma corda.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. Enfileirados? E, dessa forma, vocês viajaram de cidade Gaúcha até Cruzeiro?

Braulino Martins dos Santos. Sim. Para Curitiba nós fomos de ônibus algemados até Maringá. De Maringá nós fomos algemados de trem até Curitiba. Me lembro até hoje. Cheguei dia 21 de abril em Curitiba.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. E, durante o período que o senhor esteve preso, o senhor apanhou da Polícia, sofreu violências físicas?

Braulino Martins dos Santos. Sim. Me colocaram duas vezes no pau de arara. E, em cima daquelas latinhas, eram latinhas de ervilha, eles colocavam a gente de pé em cima das latinhas. Latinhas e pau de arara. Amarravam a gente e colocavam entre duas cadeiras.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. O que eles queriam que o senhor falasse?

Braulino Martins dos Santos. Queriam que a gente falasse que a gente era comunista, que defendia o comunismo. Então, falavam para a gente se a gente pretendia que entrasse o comunismo.

Norton Nohama. Eu queria saber duas coisas: o senhor tinha uma militância política nesse período? Ou o senhor tinha simpatia pelo movimento que acontecia no Rio Grande do Sul, em relação ao Leonel Brizola, mas não tinha engajamento político?

Braulino Martins dos Santos. Não, não tinha não. Só tinha isso que eu assistia os comícios do Brizola no Rio Grande do Sul, na cidade de Espumoso. Eu

tinha um irmão que morava lá, e daí a gente saía do Paraná e ia lá no Rio Grande do Sul. O meu irmão que acompanhava as políticas e tinha os comícios do Leonel Brizola, no tempo em que ele foi candidato a governador, e foi governador do Rio Grande do Sul. Então, a gente assistia. E aí a gente tirava as fotografias e eu tinha essas fotografias comigo em Cidade Gaúcha. Mas a Polícia levou essas fotografias, e nunca mais devolveram. Não sei se eles queimaram.

Norton Nohama. Perfeito. A outra coisa que eu queria lhe perguntar: após a prisão e já com ficha no DOPS e tudo, como foi a sua vida? Esse processo de prisão refletiu na sua vida nos anos seguintes?

Braulino Martins dos Santos. Não. Nunca foi.

Norton Nohama. O senhor teve consequências, prejuízos em função da prisão?

Braulino Martins dos Santos. É, tive prejuízo porque eu trabalhava na lavoura naquela época. Então, perdi de trabalhar, porque fiquei todo esse tempo sem trabalhar. E tinha dois filhos. E os filhos e a mulher ficaram passando necessidades. É isso daí só. A gente trabalhava na lavoura, trabalhava de diarista, por dia, então o prejuízo foi esse daí.

Filha do sr. Braulino. Eu só queria agradecer a todos que ouviram a história do meu pai. Até me emocionei porque ele diz que não mexeu com ele. Mexeu sim. Emocionalmente. Meu pai, ele tem passado, às vezes, a lembrança dói muito nele. Só nós que somos filhos sabemos. Ele nunca permitiu a falta que meus dois irmãos passaram. Inclusive minha mãe, na época, não sabia onde ele estava. Ela ficou esperando. Ela grávida, com dois filhos pra sustentar, não sabia onde que meu pai se encontrava. Estava numa prisão. Isso é uma coisa muito emocionante.

DEPOIMENTO DE

ALUÍZIO FERREIRA PALMAR

A princípio, o meu depoimento seria muito longo, mas eu vou procurar resumir ao máximo. Minha prisão ocorreu no dia 4 de abril de 1969, aqui na cidade de Cascavel, nas proximidades da antiga rodoviária, que eu nem sei mais onde fica. Fui preso ali por agentes da repressão aqui da região. E assim começou todo o meu suplício; toda uma série de coisas das quais eu não gosto de falar para não passar duas vezes por tudo aquilo que aconteceu, aqui em Cascavel, no Batalhão de Fronteiras, de Foz do Iguaçu, na Polícia do Exército e DOPS, em Curitiba; na Ilha Grande, na Ilha das Flores, na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

Olha, está errado esse negócio de dizer que as torturas eram feitas nos porões da Ditadura. As torturas eram feitas à luz do dia, nas delegacias de Polícia,

nos quartéis. Quem torturava eram oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Era a tortura institucionalizada no Brasil. A política de repressão da Ditadura estava baseada na tortura. Eu sou testemunha disso. Como milhares de companheiros Brasil a fora, passei pelos centros de tortura da Ditadura. E fui torturado à luz do dia por altos oficiais das Forças Armadas. Porque esta era a política da Ditadura. Prender, pendurar no pau de arara, choque elétrico, afogamento, coroa de cristo, cadeira do dragão, tudo o mais que eles inventaram e depois exportaram. Porque o Brasil exportou a tortura e ensinou a América Latina a torturar.

Eu sou natural do Estado do Rio. Sou de Niterói. Hoje eu sou cascavelense, iguaçuense, fronteiriço e paranaense. Tenho muitos anos de Paraná e já sou cidadão de Foz do Iguaçu e do Paraná. Me sinto mais paranaense do que fluminense. Sou mais daqui do que papa-goíaba, porque eu vim para cá em 1966. Eu vim porque tinha uma prisão preventiva lá em Niterói, devido à minha militância na resistência à Ditadura, prisão preventiva decretada pelo Tribunal Militar do Rio.

Em 1967, eu e outros companheiros viemos para cá para organizar a resistência armada no campo. Ficamos um ano dentro do Parque Nacional fazendo treinamento. Nós tínhamos base instalada em Assis Chateaubriand e outra em Matelândia. Ficamos aqui um tempão preparando uma caminhada de resistência armada, até que a Companhia Pinho e Terra – aí está o conluio das grandes companhias de colonização e do latifúndio com a Ditadura –, através de seus fiscais, descobriu as nossas atividades. Informou à Delegacia de Polícia de Cascavel, que, por sua vez, informou ao serviço reservado do Batalhão de Fronteiras, que, por sua vez, informou ao Comando da Quinta Região Militar, que é a região militar do Paraná. Aí aconteceram as nossas prisões aqui na região. Poucas pessoas conhecem essa história, apesar dos diversos relatos sobre ela.

Eu sou de uma geração de lutadores sociais que não aceitou a Ditadura. A minha geração resistiu à Ditadura através de várias formas, pichando muros, distribuindo panfletos, colando cartazes, fazendo lambe-lambe – aquele papel colante que você tem a cola atrás, passa na língua e cola. A gente colava nos orelhões, nos banheiros públicos, nos ônibus e por aí a fora.

Tentamos resistir de todas as formas, com comício relâmpago, depois fazendo propaganda armada, que já é a segunda parte da evolução da

nossa resistência, que era fazer os minicomícios, os comícios relâmpagos, com esquema de fuga. Ou, então, tomando um caminhão de mantimentos, víveres, e distribuindo nas comunidades carentes e procurando organizar a população para a resistência. Tudo isso nós fizemos.

Chegou um ponto que nós vimos que isso estava nos levando a prisões, a torturas e a mortes. A gente estava sendo preso, sendo torturado, morrendo com aquela atuação. Decidimos passar para a luta armada, o confronto armado direto. E o confronto armado direto exigia uma certa vigilância, exigia certos trabalhos, e nós viemos para o campo. Nós escolhemos o Oeste do Paraná porque aqui havia muitos conflitos no campo. Conflitos entre quem tem terra e quem não tem, quem tem dinheiro e quem não tem. Aquele que tem e aquele que não tem. E os donos da terra eram protegidos pela Polícia Civil, Polícia Militar, Exército e tudo mais. Os despossuídos não tinham proteção de ninguém. Lutavam pela sobrevivência, lutavam pela terra. Isso acontecia em Campo Mourão, Assis Chateaubriand, Toledo, em Santa Helena. Enfim, em toda a região. É nesse meio social de grandes conflitos que a gente se inseriu. Nós, jovens estudantes, vindos alguns de São Paulo e Curitiba, e a maioria do Rio de Janeiro. Viemos para essa região em 1967, e começamos a andar pelo Oeste do Paraná.

Aos poucos fomos nos preparando, fazendo contatos e nos organizando. Nossa rede de apoio era grande, tínhamos muitos companheiros no campo. A gente fez questão de esquecer os nomes deles. Tanto que não caiu nenhum quando fomos presos. D. Astra Fruet morava em Vera Cruz; o Pedro Gordo, no Bolsão, perto do Mascarello; o seu Pedro, mais para frente ainda, próximo de Matelândia; seu Francisco, no Boipiquá, próximo de Cascavel. Estou citando esses nomes porque são pessoas que aderiram à nossa luta e deram cobertura aos estudantes que vieram para essa região Oeste do Paraná. E ali a gente guardava livros de Marx, de Lênin, de Mao Tse-Tung, e arma, e comida, e remédio, nossos panfletos. Eram as nossas bases.

Eles sabiam das nossas ideias, sabiam que nós viemos para cá para fazer a resistência armada, que era a guerrilha rural, e eles, alguns, sabiam que nós éramos comunistas. Outros achavam que nós éramos brizolistas a mando de Brizola para fazer a resistência armada contra a Ditadura. A quem achava

que éramos brizolistas nós não dizíamos nem que sim e nem que não. Às vezes sim, porque a massa, o povo do campo esperava o retorno de um governo civil, democrático, justo e considerava que o governador Leonel Brizola viria na crista desse movimento.

Eles achavam que nós éramos desse grupo do Brizola, porque alguém disse que nós éramos do grupo do Brizola. Quem disse isso foi Bernardino Jorge Velho. Ele é daqui da região Oeste. Foi sargento do Exército, distribuía o jornal Terra Livre, do Partido Comunista Brasileiro. Era uma pessoa de grande liderança no campo. Bernardino Jorge Velho era conhecido na região como o Bigode Branco. Ele tinha metade do bigode preto e metade branco. Nós falamos com ele para pintar tudo de preto ou tudo de branco, porque daquele jeito chamava muita atenção. Mas Bernardino era rebelde. Não aceitou e continuou com a metade branca e a metade preta. Bernardino foi uma pessoa muito importante para todos nós, e acho importante render uma homenagem a Bernardino Jorge Velho. Ele estava muito doente na última vez que apareceu em Foz do Iguaçu. Nós o internamos na Santa Casa. E, quando eu fui, no dia seguinte, ver como estava o Bernardino, ele havia fugido do hospital.

Em nossas caminhadas pela região Oeste do estado, Bernardino Jorge Velho era o que ia à frente, falando com a população, conversando, ensinando o que é reforma agrária, o que é democracia, o que é liberdade democrática, o que é nacionalismo, o imperialismo, que sugava todos os nossos recursos naturais, que espoliava o trabalho do brasileiro. Bernardino conseguia conquistar e cativar as pessoas. E nós chegávamos juntos tentando recrutar essas pessoas para a nossa luta. E foi nesse contexto que aconteceram as nossas prisões. Foram quase dois anos de andanças pelas estradas do Oeste do Paraná, levantando rios, riachos, pontes, pontilhões, áreas de conflitos sociais, postos policiais e outros prédios públicos.

Eu fui preso aqui em Cascavel, denunciado por um jagunço da Companhia Pinho e Terra, que, por sinal, era também da Polícia. Ele prestava serviço à Polícia, mas também prestava serviço à companhia colonizadora. Essa pessoa, cujo nome é Marins Belo, interferiu no momento em que nós defendíamos a população camponesa da região de Assis Chateaubriand e Toledo, diante da agressão cometida pela companhia colonizadora que estava cortando araucárias

de propriedades de pessoas que haviam comprado lotes da Companhia Pinho e Terra. E nós, jovens estudantes, diante daquela injustiça, passamos a defender os agricultores, e esse Marins Belo nos entregou para a Polícia. Ele já morreu. E morreu mal.

Ele foi responsável por minha prisão. Eu, naquela ocasião, era do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, organização que surgiu em Niterói, no ano de 1966, como consequência de nossa dissidência com a linha política imposta pelo Comitê Central do PCB.

O MR8 antigo era uma organização basicamente de Niterói, mas tinha militantes do Rio de Janeiro, de Brasília e daqui do Paraná, como, por exemplo, o Lauro Consentindo Filho, nosso dentista lá em Medianeira¹¹. Ele se formou em odontologia e veio deslocado para ser nossa base legal na cidade de Medianeira. Ele era professor da escola normal de Medianeira e foi preso na sala de aula.

Minha prisão ocorreu aqui em Cascavel e, em seguida, fui pendurado no pau de arara. Aliás, as delegacias de Polícia sempre tiveram o pau de arara. Quando em cheguei em Cascavel, o pau de arara já estava pronto. Pareceu que, naquela época, estava sempre ali esperando alguém chegar. Todos que eram presos eram pendurados. Eu, quando vi aquilo ali, eu fugi da delegacia. Dei um pulo e saí correndo. Eu saí correndo pela rua da delegacia velha. E pulei num terreno. Mas pulei no pátio do Comandante da Polícia Militar. Ou seja, de tanto terreno para pular, e logo pulei no terreno do Comandante da PM. Meus torturadores aqui em Cascavel foram o delegado Agostinho Cardoso Neto, juntamente com o Inspetor Garcia e o major Paulo de Barros Vieira, que era o comandante da PM.

Depois vieram as torturas no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu. O tenente Expedito Ostrovsky foi um dos torturadores, juntamente com o coronel Emídio de Paula e o major Marion Gralha. Em Curitiba, fui torturado pelo capitão de Infantaria Aluizio Marques de Vasconcellos, da PE, que, na época, estava instalada no Quartel da Praça Rui Barbosa, e pelo delegado do DOPS Ozias Algauer e outros policiais e militares que eu não identifiquei.

¹¹ Thomaz Herler estudou o MR8 em Medianeira. HERLER, Thomaz Joezer. *Formação e trajetória do Primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma Vanguarda Revolucionária político-militar (1964-1969)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

E depois, para frente, já são altos oficiais da Marinha nos presídios das Ilhas das Flores, das Cobras, e Ilha Grande. Quinto andar do Ministério da Marinha onde fui submetido a torturas aplicadas pelo capitão de Corveta Alfredo Magalhães. No mesmo dia, me levaram para a Base Naval da Ilha das Flores, situada na Baía da Guanabara, próxima de São Gonçalo, onde os suplícios continuaram, dessa vez pelo capitão de ar e guerra José Clemente Monteiro Filho.

Eu procurei resumir ao máximo isso pra vocês e, só pra terminar esta história, depois que eu fui condenado pela Auditoria da Marinha, no Rio, voltei pro Paraná para responder processo na 5ª Região Militar. Eu cumpri parte da pena no Presídio do Ahú, em Curitiba, e nas ilhas-presídio. A última foi na Ilha Grande, de onde eu fui libertado por um grupo de ação da Vanguarda Popular Revolucionária, que capturou o embaixador da Suíça no Brasil e me trocou pelo embaixador juntamente com outros 69 companheiros. Saímos no Voo da Liberdade, em 11 de janeiro de 1971. Saímos direto para o Chile, onde o governo da Unidade Popular era chefiado pelo presidente Salvador Allende.

E eu fiquei no Chile até 1972, quando retornei à luta. Retornei clandestino, como quadro dirigente da VPR, com o objetivo de criar condições para o retorno dos companheiros que estavam em treinamento em Cuba e na Coreia do Norte, companheiros da VPR que foram se preparar. Depois de passarem por prisões e torturas, estavam prontos para o retorno à luta. Ficamos nas regiões do Alto Paraná e Alto Uruguai durante um bom tempo preparando o retorno, até que, em 1973, com o Golpe Militar no Chile, decidimos desmobilizar a organização.

Diante dessa nova realidade, eu fui para um outro lugar, onde esperei chegar a anistia. Não deu para esperar; eu voltei para o Brasil um pouco antes da anistia, e fiquei aqui clandestino até setembro de 1979. Voltei para o Rio de Janeiro, onde fiquei clandestino. Com a anistia, eu liguei para minha mulher, que é de Foz do Iguaçu, e falei para ela: “Venha para o Rio que aqui é que vai ter a virada. Aqui é que vão acontecer as coisas, a transição democrática e a revolução galopante em direção a um estado democrático com justiça social e igualdade social”. A minha mulher me respondeu assim: “Você tem que escolher

entre eu e a revolução”. E eu não tive dúvidas, voltei para Foz do Iguaçu, mas continuei lutando lá em Foz do Iguaçu, fazendo o jornal *Nosso Tempo*, que já é outra história, um jornal de resistência à Ditadura. Então, gente, esse é um relato bem resumido, para não ficar muito cansativo.

Gilberto Calil. Aluizio, tem um ponto específico de sua fala que você passou bastante rápido. E a gente entende a dificuldade de mencionar isso. Mas, no momento da sua prisão, aqui em Cascavel, esse primeiro momento, quantos dias você fica aqui em Cascavel? Você mencionou que na delegacia já tinha a ‘estrutura do pau de arara’. Então, neste momento aqui de Cascavel, concretamente, onde você é preso? E o segundo momento, que é o de Foz do Iguaçu, para a gente concentrar nos dois espaços da repressão dentro do espaço regional onde a gente está. Você citou o Ostrovsky, o fato de que o torturador pelo qual passou uma grande parte dos presos políticos aqui da região seja ainda hoje uma figura pública na cidade de Foz do Iguaçu, que não era até pouco tempo importunado por ninguém, e que agora felizmente já foi trazido à tona o seu nome à História, sua responsabilidade histórica. Então, eu pediria um esforço de menção a Cascavel, à delegacia, ao espaço onde você foi preso aqui e em Foz do Iguaçu.

Aluizio Ferreira Palmar. Bem, Gilberto, eu sou jornalista, eu tenho muito orgulho da minha profissão. E, durante 15 anos, eu tive um jornal. Quem fazia o jornal era eu, Juvêncio Mazzarollo, o Adelino de Souza e, por algum tempo, o Jessé Vidigal. Nunca escrevi uma linha. Nada sobre isso. Dentro de casa, nunca falamos sobre isso. Esse silêncio aconteceu comigo, ao contrário de outros companheiros que viveram outras situações, como, por exemplo, o exílio na Europa. E aconteceu com muita gente, principalmente com quem ficou. Nós somos vítimas de tudo isso. A gente nunca quis falar, em casa, com os filhos, rememorar, ou como jornalista escrever. Só quando eu fui buscar os companheiros desaparecidos, que foram assassinados no Parque Nacional do Iguaçu, quando eu fui em busca desses companheiros, e lá na cidade de Capanema eu comecei a escrever um relatório que virou um livro, que o título é *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, foi então que eu escrevi alguma coisa no livro sobre o que aconteceu comigo. Eu

falo da tentativa de suicídio, duas tentativas de suicídio, tentei cortar os pulsos duas vezes. Uma vez marquei um ponto. Disse que eu tinha um ponto lá no sexto andar de um edifício na Avenida Rio Branco, porque meu objetivo era pular lá de cima, mas eu nunca falei disso. Eu nunca falei dos pulsos cortados, essas coisas assim. Não sei o porquê. Talvez, são coisas que ferem a alma da gente. E, nos últimos anos, nos últimos dois anos, eu tenho feito muita palestra por aí. Sempre evito detalhar. Não sei quantas horas fiquei pendurado. Não sei quantas horas eu fiquei ali na Delegacia de Cascavel, no afogamento, porque isso fere muito a gente. Eu só sei que foi chamada uma pessoa para fazer massagem, porque eu estava todo endurecido. De tanto tempo que eu fiquei. Não sei o tempo que eu fiquei na prisão em Cascavel.

Gilberto Calil. Eu entendo. Mas acho importante registrar se isso aconteceu já aqui em Cascavel. Em que espaço isso aconteceu, aqui em Cascavel? Do Batalhão de Fronteiras há uma quantidade enorme e relatos. A gente sabe a estrutura repressiva construída lá. Parece-me importante registrar que algo aconteceu aqui em Cascavel.

Aluizio Ferreira Palmar. Na Delegacia de Polícia. O mesmo lugar onde, em 1964, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, Estanislau Kokovich, foi torturado e esmagado. E por ali passaram outros. Muita gente passou pela Delegacia de Polícia de Cascavel. Essa memória Cascavel não tem, porque aqui dizem que não aconteceu nada, mas aqui aconteceu tudo isso. Aqui aconteceu tudo isso numa conivência criminosa entre as companhias colonizadoras, o latifúndio, a Polícia Militar do Paraná, a Polícia Civil e o Exército Brasileiro. Aqui houve uma grande conivência, de esmagamento e repressão a todas as tentativas libertárias, a todas as tentativas de lutas democráticas. E esse esmagamento, essa violência que houve aqui foi tão grande que eu, um militante político, engajado em uma luta revolucionária, procurei esquecer. Então, as outras vítimas procuraram apagar essa memória. O Estanislau chorava quando foi falar comigo. Um velhinho de quase noventa anos, chorando daquela forma quando ele começou a me contar. Ele não respondeu nenhum processo. Seis anos

preso na penitenciária de Piraquara. Durante esse período que Estanislau esteve preso, perdeu o sítio. A família teve que vender o sítio para pagar advogado, para ir visitá-lo em Piraquara. A mulher do Estanislau não aguentou a pressão e o sofrimento e passou a ter sérios problemas psiquiátricos, e morreu. Perdeu o sítio, perdeu a mulher. Perdeu a família. E foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura aqui de Cascavel. Ele entrou com pedido de anistia. Esperou tempo pelo deferimento da sua anistia. Muito tempo. Eu acompanhei. A expectativa dele, ele não queria indenização, ele não se preocupava com o dinheiro da anistia. Ele queria simplesmente que tudo que ele passou e a luta dele no Sindicato fossem reconhecidos. Estanislau morreu e não recebeu a anistia. A anistia saiu depois que ele morreu. Por isso que hoje a história do Estanislau é pouco conhecida, porque foi muito difícil conseguir um registro da prisão – não sei se o documento está aparecendo ali –, apenas bem depois que a gente conseguiu um documento no arquivo. Por isso que são importantes os arquivos da Ditadura, conseguimos um documento provando que ele foi preso em abril de 1964. Mediante isso, a Comissão Nacional de Anistia fez a devida reparação. Mas ele não sobreviveu para ter essa reparação. Por isso quero fazer esta homenagem, ao Estanislau e a todos os presidentes dos sindicatos de trabalhadores na lavoura, e todos os anônimos que foram perseguidos, presos, torturados, no Brasil e no Paraná. Ele levou muitos anos para falar do que aconteceu com ele aqui em Cascavel. As outras pessoas não falam. Cascavel tem que resolver este problema da memória e do esquecimento. Porque não pode ser igual àquela cidade na Alemanha que aparece no filme *Uma Cidade sem passado*. Nesse filme, uma menina, que foi fazer um trabalho de redação sobre o conluio e a convivência da sua cidade com o Regime Nazista, descobriu, depois de muita pesquisa, que a sua cidadezinha, a sua vila, na Alemanha, foi conivente com os crimes do Nazismo. Cabe à universidade, aos pesquisadores, descobrir o que aconteceu aqui nas décadas de 1960 e 1970. Foi muito feio. Foi muito brabo. Morreu muita gente na luta pela terra aqui nessa região. E todos os que tentaram resistir foram esmagados e torturados. Amanhã nós vamos saber de Nova Aurora, quando vier o companheiro dar o depoimento. Então, essa região aqui, desde Foz do Iguaçu até Laranjeiras, nós temos vários fatos e histórias, algumas conhecidas e outras não conhecidas, e, aos poucos, elas estão se revelando. Por isso que essas

audiências públicas são importantes, na medida em que elas são divulgadas, para que as pessoas conheçam o que aconteceu. E também aqueles que estão quietos e não falam possam vir, falar, dar seu depoimento.

Ivete Caribé da Rocha. Aluizio, durante o período em que esteve preso no Batalhão de Fronteiras, você conheceu o major Cerdá?

Aluizio Ferreira Palmar. Eu conheci um monte de majores e coronéis, que eu não lembro mais quais são.

Ivete Caribé da Rocha. Ele é citado no depoimento da Izabel Fávero, assim como é citado o Mário Expedito Ostrovsky, que, infelizmente, hoje é nosso colega, é advogado e se negou a comparecer naquela Audiência Pública de Foz do Iguaçu, o que provavelmente a gente consiga através da Ordem dos Advogados. Mas o Mário Expedito, que você citou, foi um dos torturadores da Izabel Fávero, e que foi terrível. Foi um dos depoimentos mais comoventes que a gente já ouviu, pelo relato da crueldade que esse homem praticava. Então, é importante a gente dizer que essas pessoas hoje ainda estão aí, como cidadãos comuns, exercendo a advocacia, e vivendo uma vida de tranquilidade. Então, é importante a gente lembrar que essas pessoas têm que sair do convívio social, assim como o bandido, aquele que mata, aquele que rouba tem que sair do convívio social, essas pessoas também têm que sair.

Aluizio Ferreira Palmar. Bom, Ivete, no Batalhão de Fronteiras havia um corredor. Você entra, passa pela guarda e entra num corredor. Depois sobe uma escada, vai para o Comando. O Valdetar conhece, quem esteve lá conhece. Eu fiquei na última cela. Tem um corredor, tem várias celas, eu fiquei na última cela. Assim que eu fui preso nessa cela, os recrutas, soldados, iam falar comigo. Saber porque é que eu estava preso e tal, e eu contava: “Porque luto por isso, e a nossa luta...”. Eu fazia um discurso para cada soldado que chegava ali. E eles comentavam entre eles, e cada vez mais soldados chegavam para saber o motivo da minha prisão e ouvir minhas histórias. Até que o coronel Emídio de Paula passou

uma tinta branca no corredor, proibindo que os soldados ultrapassassem a linha pintada no chão para conversar comigo. Esse comandante do quartel dizia que eu estava fazendo propaganda subversiva e virando a cabeça dos soldados. Aí os tenentes e sargentos é que iam falar comigo. Então, apenas os cabos, os sargentos e os tenentes podiam conversar comigo. Em seguida, o coronel Emídio de Paula proibiu os sargentos e cabos de falar comigo. Os tenentes ele deixava. Um dia, e aí é outra homenagem que a gente tem que prestar, os sargentos Jan Nienwolf e Antônio Ortega se aproximaram de mim e me deram uma folha de jornal para eu me cobrir. Disseram que estavam de meu lado. O Antônio Ortega ia me dar fuga, mas não aguentou a pressão dentro do quartel e, na noite combinada para a fuga, matou um capitão e fugiu para a Argentina. Foi lá pra San Antonio. Então, dentro do Batalhão, os meus contatos foram cada vez mais restritos. Por último, era só a alta-oficialidade que chegava para fazer alguma pergunta. Resumindo, eu conheci o coronel comandante, o Emídio de Paula, o mesmo que torturou a Izabel Fávero, e conheci o tenente Exedito Ostrowski e os capitães Gralla e Gouvea. Eu fiquei pouco tempo no Batalhão. Creio que uns 15 dias; depois, eu fui levado para a Polícia do Exército em Curitiba. Depois, voltei a Foz do Iguaçu mais uma vez, e fiquei também só dois dias, e me mandaram definitivamente para o Rio de Janeiro.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA – VPR

Em um momento posterior à Guerrilha de Três Passos, a VPR teve uma importante base de atuação naquela região, que faz também fronteira com a Argentina (El soberbo). Estavam organizados em uma empresa de pesca, a “Pesqueira”, a partir da qual realizavam suas atividades de inserção na comunidade e de organização. Reneu Mertz, vereador cassado pelo MDB, associou-se a Roberto de Fortini, e, a partir da queda do grupo, foi preso junto com os demais. O Inquérito Policial Militar, que julgou os civis, denominava-os ‘Roberto de Fortini e outros’, denotando a intenção de incriminá-los no seu conjunto e individualmente.

Depois do depoimento da Sra. Clarissa, segue, na próxima página, o ‘Auto de Confissão’. Cópia desta documentação está disponível no Cepedal/Unioeste, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. O sistema repressivo, ao ouvir o depoimento, já incriminava, denominando-o de ‘confissão’. Preso, julgado, inocentado. Levou para sempre as marcas da Ditadura na sua memória. Clarissa Mertz recupera a memória e fala da história de seu pai, o dentista Reneu Mertz, falecido em consequências das prisões e torturas sofridas.

DEPOIMENTO DE

CLARISSA MERTZ

Meus parabéns e meus sinceros agradecimentos pela oportunidade por vocês criada. Eu sou herdeira de uma história de lutas pelos direitos civis e de resistência e oposição ao Regime Militar. O meu pai participou da resistência ao Regime num momento um pouco posterior ao relatado pelo Valdetar e pelo seu Abrão. Eu não tenho condições nem a pretensão de prestar um relato de cunho histórico, mas sim o relato de uma vivência familiar. De uma dor que, para mim, me comove, me embarga a voz, me revolta também.

O meu pai era o filho mais velho de uma família que não tinha posses. Mas que conseguiu, através de muito esforço, formar um filho doutor. Além de esposo e pai, ele era o filho mais velho de uma família de sete irmãos, era a referência de todos.

Ele se formou em odontologia na faculdade de Passo Fundo, onde conheceu companheiros da luta. Retornou a Três Passos, e desenvolvia um trabalho social muito importante. E por isso também se elegeu vereador pelo

MDB, cuja expressão de votos até hoje não foi alcançada no município. Então, era uma pessoa bastante querida e importante na comunidade, e assim na sua família.

Ele teve seu mandato cassado, foi perseguido, ameaçado e, por fim, preso e torturado. Eu falo então em nome de uma família que perdeu sua força de trabalho, perdeu um pai, perdeu um irmão, que foi preso no dia 30 de março, em Três Passos, junto com outros cinco ou seis companheiros. Sofreu lá diversas torturas, no entanto, seus depoimentos não eram satisfatórios e foram deslocados até lá, no mês de maio, torturadores mais habilidosos.

E os relatos... o meu pai morreu sem poder falar sobre a importância dessa resistência, sobre a sua atuação. Morreu com a voz embargada, com a ferida aberta. Ele ficou preso, então, em Três Passos, até que veio essa equipe do DOI CODI dar uma aumentada na pressão e na tortura, quando, então, foi finalmente indiciado e afastado ainda mais do seio familiar, foi levado para a Auditoria Militar de Santa Maria, em junho de 1970, permanecendo preso lá até 1971.

Deixou, então, em Três Passos, a minha mãe, jovem na época, assim como ele o era, do alto dos seus 30 anos, uma filha de dois meses de idade quando foi preso, segundo os relatos da minha mãe, inclusive para ele na época, aquela era a que menos sofria, porque sequer conhecia o pai.

A minha irmã mais velha, então em idade escolar, ensaiava suas primeiras letras dizendo que não suportava a saudade da ausência do pai e que aguardava o dia em que ela compareceria na visita. Era muito difícil, porque as estradas eram de chão, se chovia, ninguém passava, porque ninguém tinha dinheiro e condições econômicas para ficar se deslocando até Santa Maria.

A situação de repúdio e de hostilidade da sociedade também era gigantesca. Assim como havia companheiros e pessoas valorosas que auxiliavam economicamente a não passar fome, todas as necessidades materiais que foram passadas. A maioria da população via e ainda vê com maus olhos aquela história.

Os jornais locais tratavam de aniquilar o sentimento das pessoas dizendo que o cidadão que até então era um bom profissional odontológico, um excelente vereador, passara a ser subversivo, traíra a sua Pátria e a sua família, estampado na capa do jornal. Então, as dificuldades foram inúmeras, e as sequelas também, até hoje.

Por fim, o que nos restou dessa história foi um cidadão que foi julgado pela Auditoria de Santa Maria, em 30 de agosto de 1971. Teve como seu defensor, a quem eu publicamente agradeço, infelizmente não posso mais fazer porque ele já faleceu, seu Benjamin Osório. Surpreendentemente, após um ano e meio de prisão e tortura, a própria entidade que o prendeu, perseguiu e torturou o julgou inocente. E disse: “Agora o senhor pode ir para casa”.

Estando ele com sequelas, um cidadão que deveria ter seus 80 ou 90 quilos quando foi preso, havia perdido mais de 20 quilos na prisão. Surdo de um ouvido. Como eu disse, ele faleceu hipertenso aos 50 anos, hipertensão essa adquirida no cárcere. Não teve a oportunidade de relatar, a mínima tentativa de superar todo esse trauma.

Os relatos de que a gente tem de quando ele foi posto em liberdade são de amigos médicos, do Dr. Fernando do Canto e do Dr. Antônio Loitshuik. Eles prestaram depoimentos dizendo essa questão do peso, transtorno de pânico, depressão, a hipertensão, a surdez do ouvido, entre outras mazelas que restaram.

Quanto à minha família, a minha irmã não teve os primeiros passos acompanhados pelo pai; a minha irmã mais velha também perdeu a companhia do pai num momento importante de sua vida; minha mãe se viu sozinha com três filhas pequenas para criar, sem nenhuma propriedade de terra, sem nada de onde tirar o sustento de sua família. Fez do cigarro sua companhia e o seu analgésico naquela época, fumando que nem uma desesperada, perdendo esse companheiro somente através de um AVC, que ela teve também em decorrência de toda essa questão traumática aos seus 46 anos de idade.

Eu, por fim, quero dizer que a dor, o trauma de toda essa experiência familiar, dessa história de lutas e de perdas, é gigantesca, enorme. E é a mesma história vivida pela grande maioria das famílias desses nobres homens que estavam à frente do movimento. Mas, assim como havia a minha mãe, havia a mãe do seu Valdetar, fazendo comida para um pelotão, havia inúmeras outras valorosas mulheres, valorosas filhas, valorosas mães, que foram sim ‘braço forte’ desses acontecimentos.

Eu tenho muito orgulho. Tenho muita dor, muita revolta, mas nada se compara ao orgulho de ser filha não de um covarde torturador, mas sim de

um homem que lutou pelos direitos de cidadania e lutou contra o Regime que cometeu todas essas barbáries.

Aluízio Palmar. Clarissa, você hoje, aqui, é a voz do seu pai. O seu pai que ficou calado, que não falou, que morreu sem falar, você hoje está falando por ele, dando esse depoimento de memória. Eu conheci sua mãe com as sequelas de quem perdeu o marido muito cedo, de todo o sofrimento. Suas tias eu não conheci. A gente gostaria de ouvir a memória da família e o silêncio da família, o silêncio e o sofrimento calado da família, esse sofrimento da sua mãe que sofreu aquele ataque e o sofrimento das suas tias.

Clarissa Mertz. Era um sofrimento calado, pois não havia só um homem à frente disso tudo. Todo um círculo familiar foi vítima dessas atrocidades. Eu falo muito em tortura psicológica. Não eram só torturas físicas que eram incutidas. As irmãs do meu pai passavam na rua, se tivesse algum militar, elas sofriam atitudes vexatórias. Eram xingadas: “Seus comunistas, vocês vão ver o que vamos fazer com o seu irmão!”. O meu tio avô foi preso por ser tio do meu pai. O irmão do meu pai foi preso por ser irmão do meu pai. Claro que por um período mínimo, mas foram presos e torturados em vão, não sabiam nem o porquê. Tinham suas casas invadidas e só faltavam tacarem fogo na casa depois de sair, porque botavam tudo abaixo sem prestar esclarecimento nenhum. Entravam, derrubavam tudo e iam embora. Ficavam de ‘toçaia’ vigiando as pessoas. Eu acho que isso incutiu, enrijeceu a voz dos familiares e de todos mais, pois todos sofreram torturas psicológicas, ameaças e outras restrições.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Em relação àqueles que foram os torturadores, você tem o registro?

Clarissa Mertz. Infelizmente, como eu disse, eu não posso contribuir muito com a questão histórica, porque eu sou fruto de histórias que eu ouvi falar e, infelizmente, do meu pai ninguém nunca ouviu o relato. Então, eu escutei,

mas não poderia contribuir com nomes e não me sentiria à vontade de prestar um relato tão específico.

Gilberto Calil. Esse um ano e meio ele permaneceu em Santa Maria?

Clarissa Mertz. Não. Ele foi preso em Três Passos, no dia 30 de março de 1970, e foram deslocados a Santa Maria no final de junho de 1970, lá permanecendo até 30 de agosto de 1971, quando foi julgado inocente e posto em liberdade imediatamente.

AUTO DE CONFISSÃO DE RENEU MERTZ

AUTO DE CONFISSÃO

Aos dois dias do mês de junho nesta Cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, no Quartel do 7º Batalhão de Polícia Militar, compareceu RENEU GERALDINO MERTZ, filho de S. LEVINO T. LUTONIO MERTZ e de ANITA MERTZ, com 29 anos de idade, natural de Carazinho, RS, casado, dentista, residente a Rua Antonio Gonçalves de Oliveira, s/nº, estando presente GIL RABCIAMENTO, Major encarregado do IPM, 1º Ten PB LAZARIR RIBAS e 2º Sgt PM DOMINGOS/SILVIO AMARO SANTANA, testemunhas, fazendo entrega de livre e espontânea vontade do documento de Fls/67 e 68 do livro que por ser de interesse da Justiça, sandei tomar a térsa: "Eu RENEU GERALDINO MERTZ, declaro: que em janeiro de 1970, fui procurado por Roberto para fazer parte de uma sociedade pesqueira. Já o contacia há cerca de 3 anos, nosso 1º encontro deu-se aqui em Três Passos, e ru ele na época comerciante de tecidos, sendo talvez o chefe de uma equipe de mascetes que operavam em nossa região. Também desta vez estava acompanhado de vencedores, mantivemos pequenas relações de amizade. Porém, nesta visita ele procurou aproximar-se de mim, convidando-me diariamente a aperitivos, jantares, tudo / por sua conta, procurando conquistar minha simpatia. Buma destas ocasiões convidou-me para participar como sócio de uma sociedade pesqueira que ele criaria. Roberto relatou os pormenores dente / investimento, fazendo que eu sentisse tratar-se de negócio que / proporcionaria grandes lucros. Em part me tornar sócio deveria / comprar uma fração de terras, a qual poderia pagar parceladamente. Valci então que não possuía grandes reservas em dinheiro, // com o que respondeu que ele poderia me emprestar, se possível fosse, e também eu poderia pagar com os próprios lucros do negócio. Conta fuse Roberto nunca fez qualquer alusão a política, de modo que tudo faria crer que a pesqueira seria só um veículo comer-// cial. Roberto relatou ainda, que ele andava sem documentos, e // que os que possuía adquirira em Cruz Alta e que a delegacia que os fornecera queimou. Por esta razão a parte que tocaria a ele / na pesqueira, apareceria no nome de um amigo seu, o qual poste-// riormente me apresentou, tratava-se de Alberi Maffi, que viria a trabalhar na sociedade. Os outros sócios, todos conhecidos de Roberto, e práticos na pesca conheci posteriormente. Em fevereiro / de 1970, Roberto apresentou-se um casal vindo de Porto Alegre, / disse tratar-se de primos, e convidou-me para um jantar e após / conversarmos porém não disse sobre qual o assunto. Nesta época a

Continua

AUTO DE CONFISSÃO

FL N° 403
[Handwritten signature]

Bonan Vieira ter tendências esquerdistas. Queris que eu entrasse em contato com os médicos o que me neguei. Falava ainda que a organização possuía médicos, e também pessoal treinado em enfermagem na cidade de Passo Fundo. Estive uma única vez no local do acampamento da pescueira e o pessoal que lá trabalhava era todo / contratado por Roberto. Quero destacar ainda, que minha família / é daqui de Três Passos, que meu pai é vastamente relacionado, // que toda população conhece e mantém relações com minha família. // Que eu também conheço todo mundo daqui, tenho grandes amizades // e que sempre fiz as coisas às claras sem nenhum subterfúgio. De- sempenho minha profissão, procurando adquirir bens, inclusive de- reito, já consegui comprar casa estando ainda aqui radicado, fu- sendo de tudo para conseguir o bem estar de minha família. Que / assim nunca poderia arriscar a minha profissão, a reputação mi- / nha e de minha família para participar com uma organização des- / ta, o que realmente ocorreu é que procuremos envolver minha pes- soa? E, como assim consta no citado documento de fls _____, que liço na presença de Roberto Cabralino Leite, do encerramento do IPM e das testemunhas, eu, Lindolpho Zimpel, Sub Tenente, servindo / de escrivão, o datilografar e assinado.

[Handwritten signature]
 ROBERTO CABRALINO LEITE

[Handwritten signature] 16.378 H.
 GIL NASCIMENTO - Major Enc do IPM

[Handwritten signature]
 ROACIR RIBAS - 1º Ten IM - Testemunha

[Handwritten signature]
 EDILSON SIMÃO AMARAL CALYANA - 2º SGTED

Testemunha

[Handwritten signature] 3F185366
 LINDOLPHO ZIMPEL - Sub Ten Escrivão

Cópia desta documentação está disponível no Cepedal / Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon.

VAR- PALMARES, NOVA AURORA

Queria chamar a atenção para algo que a gente está percebendo aqui desde ontem. Pessoas que foram presas, que foram torturadas, que ficaram longe de suas famílias, por tempos os mais diversos, e que estão dizendo, estão declarando, estão mostrando que não existia qualquer fundamentação nessas prisões arbitrárias, pura e simplesmente porque elas acreditavam em um ideal democrático antes do próprio Golpe. Isso nos sensibiliza a todos. E mostra a dinâmica da Ditadura.

Agora vou chamar uma pessoa que vai falar e vai dar uma amplitude ainda maior ao tipo de arbitrariedade que a gente viveu aqui no Oeste do Paraná. O senhor Alberto Fávero participou de uma outra organização, da qual ele vai falar, e, ao participar dessa organização na cidade de Nova Aurora, foi preso, junto com seu irmão, com sua cunhada e com seus outros companheiros, levados para Foz do Iguaçu, num processo bárbaro. Ele vai agora narrar o que ele se sentir à vontade para falar.

DEPOIMENTO DE

ALBERTO FÁVERO

Eu fui preso em 1969, em Nova Aurora, com mais um grupo de oito companheiros. Nós pertencíamos à Vanguarda Popular Revolucionária (VAR)-Palmares. Eu, meu irmão, minha cunhada e mais um outro pessoal.

O meu irmão era presidente da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas no Rio Grande do Sul. E a coisa começou a ficar preta lá depois da instalação do Ato Institucional número 5, e ele teve que vir embora para Nova Aurora, e aí a gente começou a formar um grupo ali. Mas, infelizmente, a guerrilha nossa não funcionou, porque a gente foi preso antes. A gente caiu por causa de um pessoal lá no Rio Grande do Sul que dava assistência pra nós, que foi preso. Foram tentar pegar um cônsul japonês lá e caíram. E ninguém resistiu ao pau da Polícia. Não adianta nada. O Exército chegava e batia, fazia o que queria.

A nossa prisão também, pelo amor de Deus, a gente foi preso e levado para Foz do Iguaçu. Os torturadores ainda estão aí, em Foz do Iguaçu a maioria, e a gente sofreu muito. Então, tem coisas que até eu nem gosto mais de contar também, porque a gente... não é bom lembrar muito. Mas eu vou contar um pouquinho.

A nossa prisão aconteceu... eu fui preso dia 9 de maio de 1970. Era umas duas horas da madrugada, mais ou menos, e eles chegaram, uns 50-60 policiais, mais ou menos, o Exército, a Polícia Federal, invadiram minha casa à procura de armas. Eles tinham prendido meu irmão e a minha cunhada uns três dias antes. Invadiram a fazenda do meu pai lá, prenderam os três e levaram pra Foz do Iguaçu. Aí meu irmão não aguentou a tortura e acabou abrindo o jogo da gente também lá. Apesar que eles já sabiam, porque a prisão nossa veio lá do Rio Grande do Sul. O pessoal lá do Rio Grande do Sul sabia quantos nós éramos, como estava o esquema, como estava funcionando. Porque a gente já tinha um começo, tinha umas armas, tinha umas coisas. O Exército prendeu um pouco, mas um pouco não prendeu. Eu fui para o Sul duas ou três vezes, trouxe um pouco de arma, trouxe um pouco de dinheiro. A gente tinha comprado um jipe já também. E fez lá um levantamento de umas áreas também, Anair, Iguaçu, Nova Cantu, Palmital, Laranjal, a gente fez uns levantamentos da região aí, e estava preparado para alguma coisa. Mas, infelizmente, a gente caiu antes.

A nossa prisão em Nova Aurora, eu vou dizer uma coisa, tinha umas 700 pessoas, mais ou menos. Eles montaram um acampamento, com helicóptero. Primeiro, uns quatro, cinco dias antes, eles mapearam toda a região, com helicópteros e tal. Aí fizeram uma reunião na igreja lá. O comando da Polícia que estava lá, mais o padre, mais o prefeito. E minha cunhada dava aulas no Colégio Estadual Jorge Nacke. E meu irmão dava aula num coleginho que tinha lá na fazenda do Fábio Nacke. Mas olha, foi um aparato militar, coisa que eles achavam que a gente estava preparadíssimo, que íamos enfrentar eles, ia fazer as coisas todas. Não era tanto assim, não.

Infelizmente, nós viemos para Foz do Iguaçu, presos. Ficamos 90 dias em Foz do Iguaçu incomunicáveis. Era um pau de manhã, outro de noite. Tiravam-nos da cela a qualquer hora da noite. Afogamento, pau de arara, choque elétrico.

Olha, eu não vou falar muito, não, porque até hoje arrepia o que a gente sofreu. Os torturadores, eu vou dar o nome para vocês, porque eu não tenho medo de falar. Capitão Cerdá; tenente Expedito, que hoje ainda mora em Foz do Iguaçu, é advogado em Foz do Iguaçu, quem comandou toda a tortura era ele; cabo Orlando; capitão Krueger, esse era da PE de Curitiba; sargento Babinote, também que era da PE de Curitiba, esse sargento andou aprontando muito aí no Oeste do Paraná. Acho que esse pessoal do Grupo dos 11 deve ter passado pelas mãos dele. Não sei, será que ele é vivo? Não sei se é vivo. Sei que a gente sofreu muito. Meu pai nos procurando, eles nos escondiam, diziam que não estávamos presos em Foz do Iguaçu. Com advogado e tudo, e não conseguiam a informação.

Aí nos levaram para o Ahú, em Curitiba. Fiquei mais um pouco lá no Ahú. Eu saí no segundo julgamento. No primeiro julgamento, eles largaram um pessoal. Depois, saímos eu e minha cunhada, no segundo julgamento. E meu irmão continuou preso. Ele ficou quase três anos mais preso. Aí ele saiu, ele e minha cunhada foram para o Chile. Aí deu o Golpe, derrubaram o Salvador Allende lá no Chile, e ele foi para a França. Ele voltou para o Brasil só quando deu a anistia. Mas ele acabou falecendo, com um trauma na cabeça. Não sei se foi pelo que a gente sofreu na cadeia. Ele era professor em Pernambuco. Ele acabou falecendo.

A minha cunhada não está aqui, mas ela esteve em Foz do Iguaçu, na Comissão Nacional da Verdade¹², nós a convidamos para vir aqui, e ela disse que não poderia vir.

Eu acho que alguém devia pagar pelo que fez. Porque, se nós fomos presos, sofremos e pagamos na cadeia pelo que nós fizemos, eu acho que Expedito, Cerdá, capitão Cerdá, cabo Orlando, Felipe, Babinote e capitão Krueger, também eu acho que eles deveriam pagar pelo que eles fizeram. Porque não foi só nós que passamos aí por Foz do Iguaçu, teve outros companheiros que passaram antes de nós aí também, que foi sufoco pra todos eles. Eles sabiam, esse Expedito chegava e falava... eu não vou nem falar porque o companheiro tá aí do lado, não sei se ele gosta, ele diz que tinha orgulho de ter prendido o Aluizio [Palmar]. O Aluizio foi

¹² O depoimento da Sra. Izabel Favero pode ser assistido no portal da Comissão Nacional da Verdade. Está transcrito na íntegra em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Fvero_-_ct_rp.pdf>.

preso acho que uns oito meses antes, por aí. E contava, vangloriava o que tinha acontecido com o Aluízio.

A minha cunhada também estava grávida, abortou de tanto apanhar, tanta tortura. Meu irmão pedia para não fazerem, e não adiantava nada. Quase morreu.

Olha, eu acho que é bom a gente lembrar o que já passou. Só que eu acho que essas pessoas deveriam pagar pelo que cometeram, pelo que fizeram. É isso que eu tenho que dizer para vocês.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. Sr. Alberto, o senhor, quando estava lá preso com o seu irmão e a sua cunhada, o senhor ouvia os gritos deles enquanto eles estava sendo torturados?

Alberto Fávero. Sim. Eles nos levavam, onde eles iam nos torturar era um quarto separado. E eles queriam que eu batesse no meu irmão, meu irmão batesse em mim, e assim com o outro grupo todo. Só que a gente não fazia, nunca fez isso aí. E acho que talvez foi por causa disso que a gente até apanhou um pouco mais, eu não sei. E a minha cunhada escutava. Eles levavam ela encostadinha lá pra ouvir os gritos do Luís, meu irmão, meus também, de todo nosso pessoal. E, quando ela ia para a tortura, eles levavam o Luís ou me levavam para assistir o que estava acontecendo com ela, a gente escutava. E outra coisa, nós ficávamos numa sala um pouquinho pra lá, e a Izabel ficou num quarto, assim, fechado, mas dava pra eles se comunicar, assim, essas coisas de amor, porque eles se gostavam muito os dois. E, numa dessas, o Cerdá foi lá de tarde e falou para o Luís que não era mais pra ele falar. E o Luís, muito teimoso, falou: “Olha, é meu direito, é minha esposa!”, e continuou conversando. E, numa delas, ele entrou e levou ele para uma solitária que tinha lá. Deu pau que dava para escutar de longe. Deixou oito dias meu irmão jogado lá, sem assistência. Bom, nós não tínhamos assistência nenhuma.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. E o seu torturador foi o capitão Cerdá?

Alberto Fávero. A gente começou a ter alguma assistência quando chegamos no Ahú, quando chegamos que deu uma melhorada. Aqui em Foz

do Iguaçu nós não tivemos assistência nenhuma. Era um pau em cima de pau, tudo arrebitado. Ninguém dava bola para nós. Foi o capitão Cerdá, o tenente Expedito, e o major Fontoura, que era o subcomandante, também acompanhava tudo isso aí. Só que ele não torturava, não, mas ele acompanhava tudinho. O sargento Balbinote sim, todos os dias que nós fomos torturados ele estava lá. O Cerdá, o Expedito, o Felipe e o cabo Orlando, todo dia. Pegavam a gente. Uma hora de manhã, outra hora de tarde, outra de madrugada. Outra hora ameaçavam nos levar de helicóptero e nos jogar lá nas Cataratas do Iguaçu. E foi assim, foi direto. Quando um parava, o outro começava.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. O senhor foi solto após quanto tempo?

Alberto Fávero. Eu fiquei quase dois anos. Eu não lembro mais, porque a primeira turma, o nosso advogado, eu esqueci o nome dele, era um ex-capitão do Exército, reformado. Foram umas freiras que tinham em Curitiba que arrumaram esse advogado pra nós. Ele defendia todos os presos políticos ali, era ele. Tinha o Vitório Sorotiuk¹³, estudante que estava preso lá. Então, ele era de um grupo de estudantes que tinha sido preso numa operação, negócio de um movimento estudantil que teve aí¹⁴. Ele esteve com o Aluizio também. E esse Dr. Ademar Teixeira, se não me engano era o nome do advogado, ele estava defendendo os estudantes e tudo, e, através das freiras e dos estudantes, a gente conseguiu esse advogado. Ele nos defendeu. Aí ele tirou a primeira parte. Três ou quatro agricultores saíram na primeira parte. Aquela vez. Depois, no segundo julgamento, saímos eu e minha cunhada. Ela foi para umas freiras que tinha lá. Elas vinham sempre visitar os presos políticos, todas as quartas-feiras, e sábados, e domingos que a gente tinha. Elas iam lá, traziam comida para a gente, essas coisas lá. Eu esqueço o nome delas agora. Eram muito legais elas.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. Irmã Araújo?

¹³ Há um relato sobre o tema no Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná também no seguinte endereço: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/chacara-do-alemao/>>.

¹⁴ O Sr. Alberto Fávero se refere à Operação da Chácara do Alemão. Mais informações sobre essa questão podem ser acessadas no Relatório da CEV/Paraná.

Alberto Fávero. Aí foi lá que a gente começou, através dessas freiras¹⁵ que a gente começou a ter algum remedinho, alguma coisa pra curar as pancadas.

Ivete Caribé da Rocha Rocha. Queria dizer para o senhor que o capitão Kruger e o sargento Babinote já estão relacionados para serem ouvidos. Talvez, como eles estão morando em Santa Catarina hoje, talvez em conjunto com a Comissão de Santa Catarina. Daí nós vamos lhe chamar.

Alberto Fávero. Claro, não tem problema, a hora que precisar eu estarei à disposição. É a segunda vez que eu venho já¹⁶, pode chamar.

Yves Consentino Cordeiro. Eu morei em Formosa do Oeste de janeiro de 1970 a janeiro de 1980. Dez anos. Eu cheguei lá, estudante, 24 anos, fugindo da repressão em Curitiba, fui me esconder ali por aquelas barrancas do Piquiri. Eu me lembro desse episódio como se fosse hoje. E lembro depois, tudo que aconteceu com o senhor, com sua família. O senhor menciona aí a fazenda do deputado Fuad Nacke, não sei se existe ainda lá essa propriedade em nome dessa pessoa. Muito tempo depois, eu não sei exatamente quando, o senhor lembra que, nessa fazenda, teriam sido sepultados alguns cadáveres de presos políticos ou de perseguidos, pessoas torturadas, que teriam morrido no Parque Nacional do Iguaçu, e que, segundo outras investigações, outros levantamentos que foram feitos, teriam sido sepultados na fazenda desse deputados? Eu queria que o senhor me dissesse o que o senhor sabe sobre isso. E prendo aqui minha homenagem àqueles que morreram no Araguaia, o meu respeito e a minha homenagem.

Alberto Fávero. Que que eu posso dizer para vocês? A fazenda do Fuad Nacke sempre foi um mistério. Ele era um tremendo dum bagre ensaboado. Deputado da Arena sempre ele foi. Eu não duvido nada. Eu não posso afirmar, mas também não duvido nada, não. Nós fomos lá com o pessoal no Campo

¹⁵ Sobre esse importante trabalho, ver: SOUZA, Ana Ines. *Irmã Araújo: vida e obra*. Curitiba: Editora Popular/CEFURIA, 2004. (Série Memórias das Lutas Populares no Paraná Pós-Ditadura Militar).

¹⁶ O Sr. Alberto Fávero depôs também na Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu.

da Aviação aquela vez com o Aluízio, mas depois não deu certo, foram feitas as escavações lá, estavam em outro lugar¹⁷. O grupo do Onofre Pinto, mas depois o Aluízio conseguiu outras pistas e parece que mudou para outro lado. Mas eu não duvido de nada, não. Eu acho que aquela fazenda pode ser algum esconderijo, sim.

Norton Nohama. Eu queria lhe fazer uma pergunta só para eu poder entender um pouco melhor: a operação que prendeu o grupo todo, o senhor falou que tinham 700 militares. Quantas pessoas moravam na cidade?

Alberto Fávero. Em torno de uns doze mil habitantes, mais ou menos. Daí para menos, talvez. Hoje nós estamos com 18 mil, mais ou menos isso. Só que a população, até hoje, nós fizemos um trabalho lá, a população não desenvolveu, não sabe até hoje o que que aconteceu. Então, depois que eu estive em Foz do Iguaçu, me convidaram, onde minha menina estuda. A professora me pediu para eu dar uma palestra. Eu pensei que ia lá pegar uns quatro ou cinco alunos. Quando cheguei lá, era o grupo inteiro. Tinha cento e poucas crianças. Era depois do recreio, e daí já não teve mais aula. Me crivaram de pergunta. Eu vinha falando, acho que nós temos que trabalhar em cima dessa juventude hoje ainda. Para tentar fazer algum líder. Porque nós não temos. Eu não sei, eu não estou vendo liderança nenhuma aparecer. Então, toda vez que eu sou convidado, eu vou. Fui lá e falei no Ginásio Fuad Nacke. Eu duvido que um estudante hoje tenha coragem para pegar um fuzil, assaltar um banco para ajudar um companheiro. Duvido! Agora, fazer as anarquias que eles fazem aí, aí eles fazem. Acho que não temos mais liderança. Eu falo para vocês. Eu estou com 70 anos. Mas, se precisar voltar de novo, eu volto hoje de novo. Estou aí de novo. Sofri um monte, mas não tem problema, não. Se precisar de novo, estou aí. Eu gostaria de ver o Balbinote, heim?

Carla Silva. A Dra. Ivete está lembrando aqui: temos que começar mudando o nome do ginásio. Assim como todos os nomes que rememoram todos os dias os nomes da Ditadura.

¹⁷ Sobre esse tema, ver: PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba, Travessa dos Editores, 2006. O autor demonstra como as escavações realizadas em Nova Aurora foram fruto de contrainformação trazidas por informantes da repressão no sentido de tirar o foco do Parque Nacional, onde supostamente estão de fato enterrados os mortos do Grupo de Onofre Pinto.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

DEPOIMENTO DE

JAIME MARIANO¹⁸

Eu não sei como começar a falar, mas eu creio que já passa isso. A minha curiosidade é muito grande, e porque, lendo o livro *Caminhadas Vermelhas*, eu acabei descobrindo, a minha curiosidade através da pesquisa da professora Nelci Veiga Mello¹⁹. Eu tinha sempre muita curiosidade a respeito de tudo, a respeito dos movimentos sociais, a gente, enquanto estudante em Curitiba, que eu morei na casa dos universitários de 1976 a 1981. Eu me formei em Direito na PUC.

¹⁸ O Sr. Jaime Mariano falou pelo pai, Sr. Ramiro Boa Ventura Mariano.

¹⁹ MELLO, Nelci Veiga. *Caminhadas vermelhas*. Campo Mourão. Editora da Fecilcam, 2009.

Quando eu fiz o vestibular, eu estava estudando no último ano do segundo grau, que eu fui fazer lá em Curitiba, fiz seis meses de cursinho. Estava difícil viver lá, mas tudo passou. E a minha curiosidade só em 2010 que eu consegui, estudando através desse livro aqui, que um amigo meu de Campo Mourão, um procurador do município de Campo Mourão, que também é de Campina da Lagoa, ele me falou: “Tem alguma coisa aqui no livro *Caminhadas Vermelhas*, de uma professora aqui do Núcleo de Ensino de Campo Mourão, que retrata a história de Campina da Lagoa e também do seu pai, Ramiro Boaventura Mariano”.

Aí que eu fui pedir o livro. Encomendei, mas já tinha uma desconfiança. O meu pai falava assim: “Que os que mais estudavam na vida eram os socialistas e também os maçons”. Eu penso que ele tinha alguma admiração por essas pessoas. E eu penso até o porquê: porque elas tinham o poder, e ele também era um homem obcecado pelo poder, enfim, pela transformação da sociedade e das pessoas. Então, nesse sentido é que ele deixou somente esse legado para a gente. E até me chamou em 1978, eu estava em Curitiba, fazendo o segundo, eu acho, ou o terceiro ano, e ele falou: “Não quero mais viver aqui em Campina da Lagoa, vou vender o que eu tenho e vou embora”.

Porque eu me lembro que, quando chegou, em 1964, precisamente, os fatos que aconteceram com ele, foi porque ele era candidato a vereador em 1955 e também em 1960. Em 1955 e 1960 ele foi candidato a vereador e obteve alguns votos. Não foi o suficiente para se eleger, mas ele tinha o apoio dos socialistas. E, como consta até nesse livro, ao pesquisá-lo, ao lê-lo, ao vê-lo, ele dormiu presidente da União Geral dos Trabalhadores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e amanheceu fora da presidência. Por quê? Porque ele era uma pessoa que possuía bens, porque ele era um trabalhador que também ganhava algum dinheiro: trabalhava com transporte, era comerciante, era... carregava os trabalhadores sem terras para as fazendas, conforme o depoimento dele na delegacia de Polícia, porque ele ficou uns 15 dias preso por causa disso e porque houve um movimento lá e faleceu um trabalhador.

E aí, como ele estava carregando aquelas pessoas, ele ficou preso alguns dias. Mas, logo em seguida que ele foi solto, ele, como consta ali, eu não tinha visto isso antes. Através desse livro, então, eu procurei no Arquivo Público do

Estado do Paraná, e foi lá que eu encontrei esses elementos aí. Hoje de manhã eu estava procurando, apagou tudo. Aí eu fui ver... não. Mas eu tenho outro arquivo. De fato, eu tinha outro arquivo. Depois eu imprimi tudo... fui, mandei fazer um arquivo próprio para deixar aqui. E até tive a grata satisfação de ver aqui que ele, então, realmente ele não desanimou. Nem mesmo depois que ele saiu da cadeia. Tem a foto dele torturado ali, machucado o rosto. Não desanimou, porque ele conclamou a cidade toda para fundar aquele Sindicato lá.

Hoje em dia é um sindicato tranquilo, normal. Só que sequer aparece na história aquilo lá. Só aparece de um determinado momento em diante, ou seja, de 1961 em diante. Por que está tudo proscrito, como era efetivamente acho que o PCB, o PCdoB, até hoje não entendo essa história. Eu deveria ter mais paciência para entender isso, para ler. Então, ainda poderia aprender. Hoje, então, eu tive essa oportunidade de ver como ele fazia isso, como ele conseguia fazer isso. E tinha a coragem, que eu confesso que eu não tive. Porque eu também vivia. Sabia alguma coisa, mas não tinha a certeza, porque ele nunca me falou. Nem ele, nem a minha mãe.

Depois que eu conheci o livro que daí eu pedi para ela e ela confirmou alguma coisa. E disse assim: “Eu lutei bastante, fui atrás de advogado, e ele não queria advogado de jeito nenhum. Mas fui atrás de um que era vereador também lá, que era o Dr. Dutra, um paraibano, e, depois, ele foi embora também de Campo Mourão, e desapareceu lá pelas Paraíbas”. Eu acho que, não sei se ainda existe essa história, ele e também um outro, que era uma liderança fervorosa do PCB e que consta nesse livro e consta também naquele do jornalista paranaense que trata de toda a história da esquerda no Paraná.

Eu me lembro também que chegavam alguns camaradas de Londrina. Eu digo ‘camaradas’ porque, naquela época, ninguém dizia: “Chegou um cidadão de Londrina, pegue a camioneta, leva ele em tal lugar”. Eu sabia que era uma liderança rural também do PCB. Eles eram declarados do PCB, os cearenses. Já o meu pai não. Meu pai, ele trabalhava, estava como eu estou até hoje lá no centro de Campina da Lagoa. Eu trabalho aqui no município de Cascavel como servidor público concursado como advogado, mas eu estou todos os finais de semana em Campina da Lagoa, porque eu moro lá onde eu nasci.

Então, lá tem toda essa lembrança do que aconteceu. Quando eu vejo essas pessoas vindo aqui e sofrendo para entrar aqui, eu me lembro da minha mãe. Ela está lá em casa, não pôde vir aqui hoje porque não tem nem como ela estar aqui. Amanhã, quem sabe, ela poderia vir aqui, mas, como eu já juntei essa documentação e trouxe aqui, eu vim aqui, então, justamente para dizer que, graças a eles, a luta deles, graças à luta deles é que hoje pode-se proclamar um pouco mais de... pode-se respirar um pouco mais de liberdade.

O que eu me lembro, na luta pela anistia, era difícil juntar pessoas. E juntava pessoas e a gente, muitas vezes, o que acontecia? Até mesmo nas eleições de 1982, 1981, e antes um pouco, a gente tinha que sair de madrugada para pintar alguns muros. E eu não tinha conhecimento da história de vida do meu pai. Eu com um professor em casa e não sabia. Por quê? Porque era a lei do silêncio. Ele ficou tão, é... eu penso que aquilo marcou tanto a vida dele. Mas, mesmo assim, depois de solto, tem ali os convites assinados por ele para montar a União Geral dos Trabalhadores Rurais de Campina da Lagoa. Mesmo ele não podendo fazer, porque ele era uma pessoa que possuía bens, possuía terras no município. Talvez até ele quisesse mais, essa que é a verdade, porque a gente vive no sistema capitalista e todo mundo quer mais e mais. E até mesmo, quem sabe, a sede do poder, para quem tinha sido candidato a vereador por duas vezes, ainda estava marcado para, quem sabe, perseguir algum mandato popular, com todas as dificuldades que tinha e já com a perseguição.

Por que a perseguição? Ao ler o livro eu descobri que o primeiro prefeito nomeado de Campina da Lagoa, e que assinou aquele documento no inquérito policial, um cidadão chamado João Fenianos, ele é que era o escrivão de Polícia e ele tinha um mandato de vereador em Campo Mourão. E ele, então, foi nomeado pelo governador, que então governador, que era o governador Lupion, e que designou ele como prefeito, mandato de um ano e meio, após a emancipação do município de Campina da Lagoa.

É claro que, nesse período, a perseguição era em cima de quem? Em cima de quem eventualmente tivesse algum pingão de liderança natural da terra. E, como esse prefeito nomeado não era natural da terra, e sim foi nomeado e imposto como interventor, nomeado pelo governador, é claro que eu imagino que

tenha sido ele, embora não apareça. Eu estava lendo ali no último depoimento que tem quando ele foi solto, e dizem que ele estava solto. Eu penso até que foi engendrado naquele inquérito ali, aquela soltura e aquele depoimento para ele assinar, porque sequer ele queria advogado quando a minha mãe foi atrás. Então, a gente percebe que era aquele vereador que também era servidor público estadual e que era escrivão de Polícia.

Então, é nesse sentido que eu vi, que leva a assinatura de João Fenianos, eu pensei: matou a charada, era perseguição política. Só que era tudo, evidentemente, encoberto, tudo dentro das tramoias, feito nas caladas da noite. E que a gente nunca sabia, nunca percebia, e que meu pai sequer havia falado isso em casa. A minha mãe é a mesma coisa; ela só veio a falar depois que eu cobrei dela, em 2010.

Embora ela disse que tivesse feito, foi na igreja, até amassando o lodo de barro, falou: “Entrei naquela igreja e pedi a Deus para que me orientasse para eu descobrir um advogado, e, em Campo Mourão, eu não conhecia ninguém. Aí me orientaram esse Dr. Dutra”. E ela falou: “Eu quero um advogado que não tenha medo de polícia”. Aí ele falou: “Então sou eu mesmo, vou lá com a senhora”. E eles foram lá. E a gente percebia isso mesmo. Depois ele se tornou meu padrinho e tal. Já também aí tudo interesses político.

Hoje já de longe a gente já percebe tudo isso. Ele depois chegou a ser candidato a deputado, e eu me lembrei do nome do camarada, era Moacir. Ele era servidor público estadual e ele era coletor de imposto do estado em Campo Mourão. Foi vereador e foi uma grande liderança do PCB no estado do Paraná. Depois eu vi, lendo aquele livro do Heller, se não me falha a memória, se não me engano, era do Heller²⁰.

Eu me lembro que ali, em 1977, pensei, tinha um julgamento lá em Curitiba a respeito de todos eles. Mas era o meu primeiro ano de faculdade, e quase não se falava isso também na faculdade, e a gente não lia isso como notícia. Nesse ano, teve um julgamento no Tribunal de Justiça, eu acho que era no Justiça Militar. E, claro, que a gente não ficava sabendo.

Eu pensei: “Puxa, eu com a história na mão e não poder acompanhar isso tudo”. Não saber, ou seja, eu tinha um professor em casa e sempre pensando:

²⁰ HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática. A repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria da Cultura do Paraná, 1988.

“Puxa vida, eu perdi tanto tempo na vida”. Mas não tem problema, o importante era hoje eu poder superar a emoção e poder contar isso aqui para vocês. E tudo isso foi feito em cima da hora, até mesmo a junção desses documentos aqui.

Até poderia ter assistido mais aulas práticas desses cidadãos aqui, dos nossos cabelos brancos, nos quais eu me incluo. Já estou com 56 anos de idade. Mas só que era o silêncio imposto na sociedade, pela sociedade, e ainda até hoje. Você procura ver uma informação e você só descobre as pessoas querendo falar mal do nosso governo, assim como acontece na Venezuela, assim como acontece lá na parte da Rússia, até na Crimeia. A gente percebe tudo isso, que todo mundo querendo sufocar um pouco de liberdade que tem o trabalhador em alguma parte do mundo.

Mas isso, eu já pensando no quê? Pensando como a gente deve pensar, imagino eu. Então, o que eu posso dizer? A respeito daquilo tudo, eu só vim descobrir através desse trabalho histórico feito pela professora, porque, em casa, era só a lei do silêncio, ou seja, a perseguição era tamanha que ele sequer falava em casa isso para a gente. Eu fui descobrir porque ela foi fazer a pesquisa, foi conversar com gente lá de Campina da Lagoa e conversou com gente da direita e da esquerda.

Da direita, que abriu o jogo, ou seja, pensando que estava denunciando, pensando até que a gente não fosse gostar. Quando eu encontrei o cidadão, eu agradei ele, porque eu não conhecia a história: “Ainda bem que o senhor sabe, o senhor falou e está no livro, muito obrigado!”. Ele imaginou que eu fosse, assim, achar ruim.

Pelo contrário, eu fico até devendo para o meu pai tudo o que ele fez em prol da sociedade e até o que imagino o que ele queria fazer, não sei se iria conseguir. A gente percebe que as pessoas tentam fazer as coisas, mas é manipulada, é cercada, principalmente pelos corruptos, aqueles que financiam as campanhas. Então, o que a gente percebe é isso: que as pessoas não conseguem fazer. Muitas vezes, tentam fazer, fazem da melhor maneira possível e, muitas vezes, não conseguem por causa dos conchavos que existem. E aquilo é que leva à bancarrota muitas boas ideias para a sociedade avançar, para a sociedade mudar.

Então eu digo, eu tenho um débito muito grande com essa professora, com o meu pai, enfim, com a vida em sociedade. Eu era da geração do medo. O medo imposto por quem comanda a sociedade, porque a gente nunca sabe o que as pessoas querem. O que elas estão pensando em aprontar com você para que você não faça aquilo que você quer fazer. Então, quer dizer, muito ainda precisa ser feito. E a gente precisa se unir para poder fazer. Agradeço por me ouvirem, apesar do choro, daquilo que ainda está sufocado em meu peito.

OPERAÇÃO CONDOR

Marcos Vinicius Ribeiro

As ditaduras latino-americanas estabelecidas respectivamente no Paraguai (1954-1989), Brasil (1964-1988), Argentina (1966-1972 e 1976-1983), Chile (1973-1990) e Uruguai (1973-1985) submeteu a política e a resistência à lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Tratava-se do acirramento da repressão à oposição construída antes e durante a imposição das ditaduras. Em todos os casos citados, o método de imposição golpista foi amplamente utilizado: desestabilização dos governos eleitos com consequente Golpe de Estado e aplicação estrutural da ideologia de Segurança Nacional²¹.

Com o Golpe de 1964 e a implantação da Ditadura brasileira, devido às dimensões do país em relação aos demais países da região e a primeira leva de exilados com certo protagonismo político, neste caso as lideranças trabalhistas, João Goulart e Leonel Brizola, se estruturou a colaboração repressiva tendo em vista as articulações tecidas pela resistência. Com o protagonismo do Brasil na repressão a partir de então, bem como o caráter preventivo do Golpe de Estado brasileiro projetado em relação à resistência no exílio, articulou-se, em escala considerável, diversos mecanismos de infiltração e espionagem.

Por sua vez, o projeto repressivo de cooperação internacional da Operação Condor, que contou com a participação do Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Equador e da Argentina e Bolívia, estabeleceu alvos relacionados à resistência às ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional. Militantes foram perseguidos durante o exílio ou fuga pela atuação dos agentes ativos nas polícias e nos exércitos da região treinados pela ideologia da guerra contrarrevolucionária da Doutrina Francesa²², ou até mesmo pela *Central Intelligence Agency* (CIA), na tradição do anticomunismo e no combate ao ‘inimigo interno’.

²¹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

²² ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la Muerte: La Escuela Francesa*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, item que caracteriza a pauta ideológica unificadora das ditaduras latino-americanas dos anos de 1960, 1970 e 1980, e a ampliação do combate ao ‘inimigo interno’, segundo a lógica da guerra contra insurgente, colocam a ideia de fronteiras nacionais em segundo plano, desestabilizando as relações de exílio para garantir a atuação de agentes da repressão dos diversos países envolvidos com a conexão repressiva. Ou seja, o inimigo interno não se encontra no interior das fronteiras nacionais, e sim, devido aos mecanismos de exílio, em outros países, e, nesse caso, o capitalismo aceita ‘romper fronteiras’.

Com a militarização dos países acoimados pela lógica do combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria, durante as ditaduras, a Operação Condor foi inaugurada no ano de 1975 em uma reunião ocorrida na cidade de Santiago do Chile²³. Dela participaram representantes da inteligência repressiva latino-americana cujo objetivo era o estabelecimento de ações conjuntas e cooperativas planejadas e geridas por agentes que vigiariam e se infiltrariam em diversas frentes de atuação dos militantes da luta armada, ou exilados, com possibilidade de desdobramento ou não, a fim de justificar e agir em defesa dos interesses nacionais em território estrangeiro de maneira preventiva, evitando, assim, a estruturação de projetos antagônicos aos das ditaduras.

O Condor atuou na cidade de Foz do Iguaçu na/o prisão/sequestro de Remigio Gimenez Gamarra. Tratava-se de um valoroso militante histórico do movimento guerrilheiro *14 de Mayo*²⁴, que ousou resistir à Ditadura paraguaia

²³ O arquivo nacional dos EUA desclassificou documentos que comprovam a reunião ocorrida no dia 29 de outubro de 1975 na cidade de Santiago do Chile. Reuniram-se, sobretudo, as cúpulas militares ligadas ao trabalho de inteligência. O Brasil participou da reunião, mas não assinou o documento, pois alegou que se tratava de um observador. Para maiores informações, sugere-se leitura do texto disponível em <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>>. Trata-se de um documento de trabalho que sistematizou as principais características de atuação dos agentes e escritórios de inteligência, bem como de todo trabalho de alimentação e cooperação conexiva para a alimentação dos trabalhos de inteligência.

²⁴ A memória de Gamarra e de seu companheiro Antonio Gualberto Arce, sobreviventes do *Masacre en Nochebuena*, evento relatado pelo jornalista Efraín Martínez Cuevas, ocorrido na cidade de Paranhos, Mato Grosso do Sul, fronteira com Ypejú, Paraguai, que acabou com a morte de outros seis guerrilheiros em uma ação que envolveu fazendeiros da região, agentes da Polícia brasileira e agentes do Exército do Paraguai no Natal de 1960. Os outros seis militantes eram: Carlino Colinas Mercado, Marcelo Martínez, Baldomiro Acosta, Bernabé Peralta Rojas, Romero “Tayori” e Carpincho” Ramirez, conforme Cuevas (2002). CUEVAS, Efraín Martínez. *Masacrados em Nochebuena*. Foz do Iguaçu: Gráfica Globo, 2002.

comandada pelo general Alfredo Stroessner. Em 1968, já exilado no Brasil, conheceu dois sujeitos que o convidaram para uma ação armada de expropriação ao banco Tosan da cidade de São Paulo. Durante o evento, Gimenez foi atingido frontalmente por um tiro, mas escapou e foi preso no ano seguinte, em 1969, acusado de assalto a mão armada, e foi sentenciado a sete anos e meio de prisão. Foi solto após cumprir pena e, em 1974, foi preso após ser parado na BR 277 entre Foz do Iguaçu e Cascavel, no Paraná. Após cumprir um ano de prisão por contrabando, foi solto e, em 1978, foi novamente preso em Foz do Iguaçu pela Polícia Federal e entregue a militares da Marinha Paraguaia em Puerto Stroessner.

DEPOIMENTO DE

DOMICIANA GIMENEZ ANTUNES²⁵

Eu vou falar por ela porque ela tem mal de Alzheimer. Muitas coisas ela não vai poder relatar aqui. Então, tudo o que eu sei sobre meu pai eu vou contar. Foi vítima também da Ditadura, a família inteira. Eu vou começar contando de como começou. Como meu pai saiu de casa. O que eu lembro eu vou contar.

Foi em 1959, eu tinha 10 anos. Ele desapareceu, sumiu. Foi embora e nós não sabíamos para onde. Ficamos oito filhos, minha mãe costurando e nos sustentando. E todo mundo falava que meu pai tinha falecido. Nós não sabíamos e ficamos, assim, sem pai, trabalhando. Assim como todos relataram aqui, a mesma coisa, não tem muita diferença. Diziam que éramos filhos de um ‘sem vergonha’, como eles falavam, e que nós não éramos ninguém. Apenas a família da minha mãe nos ajudava, por aí, porque meu pai sumiu. Ninguém levou em conta nós.

²⁵ A Sra. Domiciana Gimenez Antunes falou pela mãe, D. Marcelina Gamarra.

Depois de quatro anos, chegou uma carta, no ‘tipo-correio’, aí o rapaz chamou a minha mãe, pôs ela dentro de um quarto para ler se a carta era para a minha mãe mesmo. Aí a minha mãe leu e encontrou que era do meu pai que tinha mandado para ela, dando notícia de que ele estava vivo. E só isso. Não deu notícia de onde morava, não contou nada. Só tivemos notícia dele. Ficou assim, foi só a única notícia que nós tivemos. Ficamos sem notícia de novo.

Passou um bom tempo, ele chamou a minha mãe de novo e veio ao encontro dela aqui em Foz do Iguaçu. Eles conversaram, para nós mudarmos para cá. Viemos pra cá, porque nós morávamos no Paraguai numa cidadezinha chamada [inaudível]²⁶ e viemos para cá. Minha mãe trouxe seus sete filhos que tinha na época, e a bolsa branca com as roupas. Porque até ali nós não tínhamos nada: nós viemos só por destino.

Meu pai, como não podia ficar com nós, porque aqui é fronteira, não pode ficar muito tempo aqui, ia pra São Paulo e voltava. E nós trabalhando. Somos quatro que podiam trabalhar, cuidando de crianças dos outros, costurando, eu já sabia costurar, a minha mãe também, nós nos ajudávamos, até ali eu já tinha de 14 para 15 anos. E fomos assim, trabalhando, trabalhando, meu pai ia e voltava, ia e voltava.

Aí eu tenho aqui uma carta, eu vou contar só as poucas coisas que eu sei, porque eu não sei muita coisa, né?. Porque ele, tipo assim, não contava muitas coisas para nós para [nos proteger]. Então, essa é a carta que o meu pai deixou. Depois eles foram, porque ele contava que ele foi o guerrilheiro que eles falam, foram para Ponta Porã e atravessaram o Brasil. Até lá, eles eram muito perseguidos pelos militares do Paraguai, entraram pelo mato e andaram pelo mato três meses, até atravessar no Brasil.

Quando eles estavam no Brasil, eles falaram que estavam trabalhando numa fazenda, no dia 24 de dezembro, que eu não sei o ano aqui, então, o pessoal falou para eles que iriam comemorar a noite de Natal. Inclusive, ele fez um livro desse relato, aqui está o livro *Masacrados en noche buena* (do Natal). Então, carregaram eles numa caminhoneta, um amarrado no outro, dois em dois, que eram nove pessoas, eu tenho aqui as fotos com os nomes, e foram num mato, até ali mandaram eles descerem, e cada um que descia já tomava os tiros.

²⁶ A depoente citou o nome de uma cidade que, provavelmente, tem origem Guarani.

Tomaram tiros, um caía para cá e outro para lá, e meu pai, por um milagre, conseguiu se soltar com as mãos e correu para o mato e tomou um tiro no rosto. Mas correu para o mato, amanheceu no mato e outro que ficou mal ferido, não morreu também e ficou ali onde que mataram os outros e ele se salvou também. Ele chamava Alberto Antônio Arsen, e meu pai chama Remijo Gimenes Gamarra. E por aí ele andou por São Paulo, vinha aqui na fronteira, de medo também, porque aqui era muito perseguido.

Um dia, ele vinha nos visitar sempre, um dia ele estava lá perto da ponte naquelas exportações em uma loja de amigos, que tem bastante amigos ali que conhecem ele, e chegou uma pessoa convidando ele para subir em um carro de polícia aqui do Brasil, e ele subiu, já estava dentro um paraguaio que ele conhecia, e, em seguida, passaram para o lado paraguaio.

Essa é a história que ele contou aqui na carta que eu vou ler, vou tentar ler:

Remijo Gimenes Gamarra – número de cédula de identidad 2.453.187.

17/12/1978.

Una declaración. Yo fui preso a las nueve de la mañana por la Policía Federal de Foz do Iguaçu – Paraná, Brasil. Me secuestraron e me pasó en el Paraguay y me entregaron al Destacamiento de Marina en Ciudad del Este. Me quedé más o menos media hora e ahí fue 3 investigadores, me entregaron para ellos y me llevaron para Asunción. Llego en Asunción en las dos de la tarde i ahí, al mismo día en las 8 de la noche, me llevaron en la sala de tortura. Me acusaran como comunista, guerrillero, movimiento 14 de mayo, 3 homicidios, se dónde qué robo coche en Ciudad del Este y tráfico de drogas.

Me Pilettearán,²⁷ 20 a 25 minutos, me pegaron, comisarios, Sevio Torres, y contó de Uruguay, con palo alambre trenzado²⁸ y otras cosa más ver todo y estaba en la de tortura director cantero Sabriga, oficial 2º Juan Martínez, comisario cuenca, me torturaran desde las ocho de la noche hasta las cuatro de la mañana, y me llevaran 3 personas y me tiraran en la celda, medio mal muerto e me tenían más días siguientes. Segunda noche me llevaron, me torturaran segunda vez. Me preguntaran muchas cosas del movimiento 14 de mayo y golpearan con tejuruguay²⁹, soco por mí estómago,

²⁷ Forma de tortura de afogamento em água e excrementos.

²⁸ Tortura com arame farpado.

²⁹ Instrumento de tortura feito com corda de couro trançado e uma argola de ferro na ponta.

patadas, [por que diziam que] que estás haciendose de bobo y no contaba las cosas, y ahí, yo le dijo para ellos que no aguente más, qué me maten y me dijo, “torturadores no, valla apurarte que vas a morir mismo”, yo les digo: “se es un poco rápido, te voy a agradecer, a ustedes”. Más o menos de la madrugada, me llevaran otra vez en la celda, allí me quedé 2 meses empozado total que me quedé un año, dos meses y veinte dos días en jefatura del investigación, sesión política y después me pasaron a la guardia de seguridad, allí me quedé un año siete meses en calabozo y después me llevaran en la cárcel de Tacumbú. Total me quedó preso 11 años. En 1989, en el 29 de agosto salía en libertad. Gracias a Dios pasó aquella época. Testigo de Gimemez Gamarra (não vou falar os nomes das pessoas que foram testemunhos dele).

Então, foi isso... Ele ficou na cadeia 11 anos, e, enquanto isso, que nós não tínhamos pai, não éramos cidadãos de ninguém, perdemos nossa cidadania quando saímos do povoadozinho onde morávamos. Até ali éramos filhos de comunista, não éramos ninguém, porque meu pai era um bandido, e, graças a Deus, nós viemos para o Brasil. Esse é o nosso país, porque nós somos todos registrados brasileiros. Não sei se nós fizemos algum delito, alguma coisa com isso, mas nós somos muito felizes aqui, até ali todos eram pequenos (os meus irmãos) e nós continuamos trabalhando para criar os meus irmãos mais pequenos. Até ali nós éramos em sete irmãos. E, aí, minha mãe teve mais um aqui, e são oito.

Então, tudo o que o meu pai contava dessa prisão dele é muito doloroso. Ele não contou muitas coisas, ele nos poupou muito. Não contou muita coisa. Eu sinto muito que ele tenha morrido, porque ele era um livro fechado, ele levou com ele muitas coisas que ele poderia relatar para alguém. Só que esse livro não tem muita coisa assim de... Tem outra cópia... E nós gostaríamos muito de fazer outro livro desse aí.

O jornalista Martínez Cueva, paraguaio, até ali ele nos falou que o meu pai não queria publicar em vida, ele queria publicar depois da morte, mas nós não temos condição. Até hoje, nós temos conversado com o jornalista, e ele vai ceder para nós à cópia. Ele tem junto.

Então, meu pai, quando ele era vivo, ele lutou muito para conseguir a indenização lá no Paraguai. Ele ia, voltava, ia, voltava, aí o pessoal não dava muito ouvido para ele.

Quando estava na cadeia, um advogado, um tal de Dildo Venítez, esse que ajudou muito ele. Eu sou muito grata a ele. Até porque eu não conheço ele pessoalmente, mas por nome eu conheço ele. Ele lutou muito. quando ele fez greve de fome, quando ele fez greve. Aliás, eu quero mostrar um desenho, não sei onde eu guardei... Aqui ó! [mostra desenho]. Esse aqui é seu. Nós não conhecíamos você pessoalmente, mas conhecíamos pelos atos que você... Então, aqui eu tenho as fotos quando eles foram ao lugar como é agora no lugar em que eles foram levados para morrer... E ele foi para fazer esse livro, foi para lá de novo e já virou uma fazenda, tem o nome de uma fazenda aqui. Então, tem pessoas que estão vivas ainda da época, que relataram muitas coisas da época porque sabiam o que aconteceu lá, do massacre deles.

Então, quando ele fez greve de fome, aqui tem uma coisa também que eu vou ler, só uma parte: *“Fiscal dice que es típico guerrillero. En el caso planteado por la defensa del procesado, Remijo Gimenes Gamarra, acusado por varios delitos ocurrido en 1960, el fiscal general del estado dio a conocer un pronunciamiento, el mismo indica que el pedido del abogado sobre inconstitucionalidad es una ilusoria pretensión de confundir y dilatar la inexorable sentencia condenatoria que la ciudadanía espera”*. Essa é só uma parte [...], então, ele, quando estava na cadeia, contou para nós assim, tipo, é muita sujeira, é muita coisa, assim. Mas eu vou relatar uma das partes que dói muito.

Um ser humano tem que fazer por outro ser humano, e, se a gente pode falar, um ser humano por essas pessoas, assim, eu acho que é muito. Então, eles torturavam e jogavam eles assim, disse que tocava uma música leve. Aí, eles, lá dentro da cela, falavam: “Quem será hoje?”, entre eles, os presos. Haviam muitos, não era só ele. E vinham chamar. Aí de manhã, lá pelas quatro, como ele relatou aqui, diz que vinha e jogava aquela pessoa assim... não se sabia se estava morta ou não.

Aí, diz que, um dia, estava assim, mal desmaiado, meio morto, aí escutou, assim, aquela água derramando na cara dele. Ele pensou que era alguém derramando água, e era um tal de ministro que estava mijando na cara dele. Acredita nisso? E, na cela, o que eles comiam, era um calabouço que se chama no Paraguai, né?. Cada um tinha uma latinha, e naquilo eles faziam as necessidades e, quando vinha o horário do almoço, a comida, eles, aquela latinha passava por um

buraco e colocavam comida pra eles naquele lá. É muito difícil de acreditar em uma coisa dessas, mas existe! Existe, porque não é só ele que conta, muita gente que estava lá com ele contava também.

A minha mãe, por exemplo, ela já, assim, tem Mal de Alzheimer, não tem, assim, muita coisa para falar. E aqui tem uma carta que ele mandou para a Defensoria del Pueblo, que fala que paga *indemnización* quando ele faleceu. A indenização para presos políticos é de 2.500 jornales, que eles falam, né?... Que hoje eu acho que é 80.000 guaranis, coisa assim... Cada jornal, não! Cada um. Então, são 2.500 jornales que meu pai tinha que receber na época. Depois que ele faleceu, esse defensor del pueblo falou para ele na época assim: “Ei, seu velho, você não presta mais nada mesmo, vou te pagar 40 milhões. Se você quiser, você venha pegar esse dinheiro...”. Aí diz que ele falou assim para ele: “Não! Eu não quero esse dinheiro. Eu quero o que eu mereço! Quero o meu dinheiro”.

Aí ele tem o processo. Eu tenho o processo aqui. E no processo está escrito que ele reclamou e foi protestar que ele queria o dinheiro dele, né?. Quando ele morreu, fazia três meses ou quatro, chamaram porque saiu o dinheiro dele. Aí a minha mãe foi com a minha filha. Minha filha morava em Assunção, e ela chamou a minha mãe e foi com ela, porque minha filha sabe tudo, porque ela acompanhou o meu pai em muitos lugares porque o meu pai era muito doente já, ele tinha enfisema pulmonar e não conseguia respirar muito.

Aí a minha filha acompanhou ele. Então chamou a minha mãe e foi com ela. Falaram para ela assim: que ela não poderia receber, porque o meu pai já havia falecido, e era os 40 milhões que saiu. E até agora nenhum centavo, que a gente veio e vai, veio e vai, e até agora... “Não, porque há pessoas que já faz muito mais tempo...”. E meu pai já requereu já faz mais de 20 anos. O meu pai já faz dez anos que faleceu, e nós queríamos muito que a minha mãe recebesse esse dinheiro, porque é para ela que pertence depois do meu pai, porque ela que lutou para nos criar enquanto o meu pai andava por esses lugares, e ela que era pai e mãe para nós. Então, ela merece receber, mas agora, claro que não tem necessidade, assim, mas ela merecia para ir passear, para muitas coisas, porque ela precisa de uma pessoa que cuide dela. A gente paga uma pessoa para cuidar dela, na medida do possível a gente dá para ela o que ela merece. Mas nós queríamos muito que ela recebesse esse dinheiro.

Então, aqui está uma carta, meio que ele fez e mandou para esse Monjes.:

“Señor Manuel Maria Paz Monjes, representación, reclamación de indemnización de la ley número 838/96. Expreso, defensor del pueblo, mi nombre y apellido Remijo Gimenes Gamarra, paraguayo, con cédula de identidad 2.453.187, nascido 1º de octubre de 1923. Hijo de Anselmo Gimenes e Primitiva Gamarra de Gimenes. Profesión: Motorista. Vive en Jardin América, calle 9595, Foz do Iguacu – PR, Brasil. Tengo por el presente escrito, apresentar formal reclamación in la indemnización prevista por la ley número 838/96 que indemniza a víctimas por violaciones del derecho humano durante la dictadura de 1954-1989, de acuerdo a lo que paso a exponer.

Hago expresa declaración bajo fé de juramento de que los hechos asi relatados son verdaderos y me constan personalmente por haber sido víctima de los mismos segundo tengo testimonio. Fui preso en 17 de diciembre de año 1978, Foz do Iguacu – PR, Brasil. Fui secuestrado y me pasaran por el Paraguay en Ciudad del Este y aquel tiempo era Puerto Presidente Stroessner. Fue me entregando al destacamiento de marina del Ciudad del Este, después de una hora me entregaran a persona de investigación y me trajeran [...] donde fue torturado, me golpearan con uns sacos de tejoruguay y con alambre trenzado, patada e pileta.

Me acusaran del movimiento 14 de mayo, comunista e homicidio. Me quedé en el departamento de investigación 2 meses y pasado un año en el calabozo y después me trajo en la guardia, un año, siete meses en la penitenciaría Tacumbú y salí en libertad en 29 de agosto de 1989”.

Essas coisas, assim, a gente nunca teve a oportunidade de falar com ninguém, de comentar com ninguém, porque até aí quase ninguém nos conhece, porque nós quase nunca participamos dessas coisas assim. E eu gostaria muito, muito, muito que, não sei se tem algum do Paraguai aqui, se tem alguém que possa... Mas eu gostaria muito que chegue no ouvido desses mandatários lá no Paraguai, que são muito sem vergonhas, você vai lá e te enrolam, assim... Não te consideram... ‘Assim’ de gente coitada... De velhos que já morreram e velhos que vão morrer sem receber. Então, eu, gostaria muito que a minha mãe recebesse a parte dela. Mas eu não vou deixar em branco. Eu vou atrás, que eu já estou com 65 anos, nem que eu tenha 100 anos, eu vou atrás até receber o que nos pertence,

porque nós todos éramos menores de idade quando o meu pai saiu de casa. Eu tinha dez anos, e o resto... Eu não vou deixar em branco isso aí. Eu vou atrás.

Não é tanto pelo dinheiro, é pela dignidade, é pelas coisas. A gente perde muita coisa quando o pai da gente é guerrilheiro, que eles falam. Perde muita coisa, você não é ninguém, ninguém te considera como ninguém. Você é apontada com os dedos. E tudo isso dói muito, e tudo isso você não esquece, você fica marcado pelo resto da vida. A tua memória, nem que você queira, não sai da tua memória. Você, às vezes, você deita e começa a pensar em tudo o que a gente passou, e nós passamos muita coisa. Não digo que passamos fome, porque a minha mãe é muito trabalhadeira, minha mãe trabalhou com costura dia e noite, e nós ajudando ela desde os nove anos.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Agradecemos o seu depoimento, que foi muito importante. A senhora tem o registro de quais foram os policiais, o nome dos policiais que fizeram o sequestro, ou o nome das pessoas que determinaram do Brasil, levaram-no do Brasil?

Domiciana Gimenez Antunes. Pior que eu não sei. Aqui ele não deixou escrito nada disso. Tem o testemunho, tem testemunhos que viram que ele foi preso. Ele deixou os nomes aqui, já vejo. Esses aí pode ser que saibam: Cezar Cabral, Rodrigo Stanislaw Guizamun, Gaspar Arsenal Baes, testemunhos de quando pegaram ele preso. Porque ele estava na loja desses da exportação lá, conversando com eles. Eles que viram quando ele foi preso. Então, em seguida, eles tomaram providência. Chamaram os direitos humanos, a Comissão de Justiça e Paz, que eles dizem. E por isso não mataram ele, se não, teriam matado e ninguém iria saber.

Ivete Caribé Rocha. Domiciana, esses policiais, seu pai relatou se eles informaram o porquê o estavam levando para o Paraguai?

Domiciana Gimenez Antunes. Ele nunca falou nada, mas estava um paraguaio junto, e ele... a única coisa que ele falou para nós é que ele tinha

vendido umas mercadorias, porque ele trazia mercadoria de São Paulo para vender aqui, para ele ganhar as passagens, coisas assim. E ele falou assim, que ele tinha vendido mercadoria para esse paraguaio que ele conheceu lá em São Paulo, e esse paraguaio veio e ficou na Aduana. Esse estava dentro do carro quando ele subiu no carro, esse paraguaio estava junto. E, fingindo que ele também estava preso, ele foi junto com ele até Assunção.

Ivete Caribe Rocha. Esse paraguaio era policial?

Domiciana Gimenez Antunes. Não. Era um particular. Ele foi até Assunção com ele e ficou dois, três dias e ele sumiu, nunca mais.

Ivete Caribé Rocha. Durante o tempo em que ele prestou depoimento, aí já no Departamento Policial do Paraguai, tinha algum brasileiro, algum policial brasileiro que participou disso?

Domiciana Gimenez Antunes. Não. Só entregaram ele e depois ele também não viu mais ninguém. Só entregaram, assim, tipo sequestraram ele e entregaram à justiça paraguaia. Foi isso que aconteceu. Antigamente não tinha muito controle na ponte.

Ivete Caribé Rocha. Tem algum irmão ou irmã sua que nasceu no Brasil?

Domiciana Gimenez Antunes. Tem.

Ivete Caribé Rocha. E que também acabaram sofrendo as sequelas...

Domiciana Gimenez Antunes. É. Ele também acabou sofrendo, porque meu pai nunca mais ficou com a gente... Ele vinha e voltava, vinha e voltava, porque aqui, na fronteira, não tinha como ele ficar muito, porque, na fronteira, não tinha resguardo, você poderia ir e voltar do jeito que... Então ele tinha muito medo. O problema era esse: que ele não podia ficar com a gente, e para ele, daqui

para frente, não tem como, porque não tem condição, e aqui tem mais recursos e aqui nós nos virávamos mais.

Ivete Caribé Rocha. Essa prisão dele, que você relatou, foi em 17 de dezembro de 1978? Que seu pai fez uma longa greve de fome, já em Assunção já?

Domiciana Gimenez Antunes. É... Já em Assunção...

Ivete Caribé Rocha. Inclusive, foi denunciado o caso dele para a Anistia Internacional. E após essa denúncia para a Anistia Internacional é que houve o julgamento e a saída dele da prisão? Ou como aconteceu?

Domiciana Gimenez Antunes. Ele não teve julgamento. A Anistia Internacional ajudou ele, em partes, tipo, para ele não ser mais torturado, levavam comida para ele na cadeia, e, assim, é... Muitas coisas ajudavam ele, porque lá na cadeia não tem nada, e, então, a gente não podia muitas vezes, porque a gente não tinha condição de estar indo e voltando. E essa Anistia Internacional ajudou muito ele.

Ivete Caribé Rocha. E junto com o seu pai teve testemunhas, pessoas que viram o sofrimento dele?

Domiciana Gimenez Antunes. Tinha. Tem muito. Eu tenho jornal assim que... E tenho um escrito que ele fez, que é muito comprido, por isso eu não vou ler, porque até que a letra tá...

Ivete Caribé Rocha. Você pode deixar a cópia desses documentos, se ainda o Aluízio não tiver, né?. Porque o Aluízio já tem muita documentação.

Domiciana Gimenez Antunes. Aqui. As assinaturas das pessoas... Embora não estejam bem discriminadas, assim, mas agora eu sinto muito, porque teve uma doutora que ajudou muito ela, Dra. Segman, não sei se você já ouviu falar... Ela faleceu agora...

Ivete Caribé Rocha. Aqui no Brasil vocês não pediram anistia pelos filhos brasileiros? Não chegaram a pedir? E pelo sequestro do seu pai também, né?.

Domiciana Gimenez Antunes. Não. Não, nós não fomos atrás de nada, porque a gente não sabia como mexer nisso. Nós tínhamos muito medo de represália lá do Paraguai também, nós vamos sempre lá, porque a família da minha mãe mora toda lá...

Ivete Caribé Rocha. Mas é um caso para ser analisado, viu?, em função dos brasileiros, dos seus irmãos que nasceram aqui e pelo sequestro dele no Brasil.

Domiciana Gimenez Antunes. Mas nós somos todos documentados brasileiros. Então, esses documentos todos nós levamos até lá no advogado. Aqui no processo está tudo. Eu tenho o processo completo. Eu fui lá na Defensoria del Pueblo e tirei a cópia desses processos para ver o que está escrito nesses processos.

Ivete Caribé Rocha. Isso é importante também... A gente obter cópias de tudo isso, tá?

Domiciana Gimenez Antunes. Eu peguei lá. Eu pedi lá e mandaram lá com três guardas na frente e pedi para tirar cópia desse processo, o que está escrito por ele tudo.

Ivete Caribé Rocha. De minha parte eu quero lhe agradecer muito, e passo agora para os companheiros aqui da mesa.

Aluízio Palmar. Domiciana, eu conheci seu pai. E, mais do que seu pai, foi o Antônio Ace, que eu fui ao velório. Só os dois que vieram se exilar no Brasil. E, tem um... A sua mãe, durante a prisão do seu pai, escreveu muitas denúncias. Eu sei que ela escreveu. Inclusive eu encontrei uma carta que ela mandou para o General Geisel, que era ditador do Brasil naqueles anos de 1974. Então, a luta da

sua mãe foi uma luta grande e, nesses documentos, ela fala do sequestro do seu pai ali na Vila Portes, e foi sequestrado por dois policiais federais. O nome dos dois policiais federais não aparece em nenhum momento. Mas tem testemunha de que é o Rigoberto de Guizamon. Eu acho que a sua mãe não sabe e você não sabe o nome, mas o Rigoberto sabe. Mas está comprovado, em vários documentos, que houve o sequestro de um cidadão paraguaio no Brasil que foi entregue a outra ditadura, ou seja, a Ditadura do Brasil sequestrou seu pai e entregou seu pai para outra ditadura, onde ele ficou 11 anos preso. Era importante que hoje você reafirmasse esse fato, que esse fato fosse o fato principal do seu depoimento. Se, em que momento a sua mãe não pode falar, ela não fala, não lembra... Mas, pelo menos em que loja ele estava ou em que comércio ele estava quando houve essa prisão ilegal.

Domiciana Gimenez Antunes. Eu não sei o nome da loja, mas que ele estava conversando foi com o... não sei se era o Cesar Cabral e esse Rigo que você falou. Sei que ele estava conversando com esses três em frente da loja, eu não sei o nome da loja. Não sei se é do Cabral ou de quem que era a loja, mas ele sempre estava por lá, né?. O cara sabe muito bem que ele sempre estava por lá, por isso que preparou essa armadilha. Ninguém, nem esses que viram não vão saber o nome da Polícia Federal. Por quê? Porque ninguém vai chegar e vai perguntar “Quem é você?”. Eles não iam se identificar, porque eles estavam fazendo uma coisa errada.

Gilberto Calil. Mas a identificação de que faziam parte da Polícia Federal vocês têm? Foi a Polícia Federal que fez o sequestro?

Domiciana Gimenez Antunes. Foi a Polícia Federal. Esses [dados] aí devem estar num arquivo, algum lugar, quem que estava naquele dia em plantão, se é que eles estavam de plantão. Se não é alguém que foi no mais para fazer isso.

Gilberto Calil. Isso estabelece a responsabilidade direta do Estado brasileiro.

Domiciana Gimenez Antunes. É. Do Estado brasileiro.

Gilberto Calil. O sequestro, que é o que dá origem, que é o que propicia depois todos os acontecimentos que se dão no Paraguai. Não eximindo nem diminuindo em nada a responsabilidade do Estado paraguaio, o Estado brasileiro, através de quem provocou o sequestro, também tem responsabilidade direta. E acho que isso é importante. Acho não, com certeza isso é importante que fique registrado. E acho que essa é a conexão fundamental para a nossa Audiência, no Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, onde ocorreu esse sequestro. E eu acho que isso precisa ficar bastante ressaltado no seu depoimento.

Domiciana Gimenez Antunes. É, porque assim que ele foi preso, eles movimentaram a Comissão de Justiça e Paz lá de São Paulo.

CÓPIA DA CARTA DE REMIGIO GIMENEZ GAMARRA

— Remigio Gimenez Gamarra.

nº de cedula de identidad 2.453.187.

17 27. Diciembre de 1978. una desercación
yo fui preso a de la mañana, por el Policía
Federal de Foz de Iguazú, Paraná Brasil
me secuestrado y me paso en el Paraguay,
y me entregaron en Tacambó de marina
en Ciudad del Este, me quede más o meno
media hora, y ai fue 3 investigador, me
entregaron para ellos, y metros en Asunción
llegamos en Asunción la 2 de la tarde, y
ai el mismo dia, ai la 8 de la noche
me llevaron en la sala de tortura, y ai
me auzugaron, como comunista, guerrillero
Movimiento 14 de Mayo, 3 homicidios, ya no
sé donde que, e. robo coche arrobó en
Ciudad del Este y trafico de droga.
me piletaron, es a 15 minutos, me
pegaron, Sud. comisario Eusebio Torres
con Tejaraguai, con palo alambre
trastado, y otra cosa más más puedo
ver todo, y estava en la de tortura.
Director, Cantero Sapriaga, oficial, Segundo
Juan Ibarra y Comisario Luencia.
Me torturaron desde la 8 de la noche
hasta 14 de la mañana, y me llevaron
3 persona me tiraron en la celada, medio
mal muerto, y me que tenia más dias
siguiente, segunda noche me llevaron
otroves, ai me torturado segunda ves
me preguntaron mucha cosa de
movimiento 14 de Mayo y me golpearon
con Tejaraguai, solo por mi estomago

y pateada y esta asiendo ñombotaboy
ai yo le dije para ellos, que nos
aguanten más, que me mate, y me
dijo los torturadores, nos voy a apurar
que vas morir mismo. yo le dije,
si e un poco rapido te voy agradecer
a ustedes más o meno de la madrugada
me llevaron otravez en calabozo
ai me quede 2 meses enporado total
me quede 1 años 2 meses y 12 dias en
Jefatura de investigación Seccion
politica, y despues me pararon a
la Guardia de Seguridad, ai me
quede 1 años 7 mese, en calabozo
y despues me llevaron en la carcel
de Tacumbú, total me queda preso
casi 11 años. 1989 - 29 de Agosto
salí en libertad, agracia a dios
paso aquella época.

Festigo de Remigio Giménez Camarero
Cesar Cabral -

Rigoberto Estanislao Leguizamón

Español Arce Barrocas

Remigio Giménez Camarero

13 de elbargo de 1988 -

DEPOIMENTO DE

GERALDO BUENO DA ROCHA

Era agosto de 1964. Estava no trabalho quando fui abordado, preso, e fui bastante torturado. Me botavam a cabeça dentro d'água com um pano amarrado na cabeça, e daí fiquei uns 20 dias. E foi que um dia resolvemos arrombar. Foi arrombada uma porta e escapamos ali em Dionísio Cerqueira. Fomos para o lado da Argentina, onde que eu fiquei uns cinco ou seis meses, e sentindo falta dos pais, né?. Não deu conta que passou o tempo. Até que foram resolvidos os problemas e voltei lá, em Dionísio Cerqueira.

Ivete Caribé da Rocha. Seu Geraldo, o senhor foi preso em que cidade e qual o motivo que alegaram para a sua prisão?

Geraldo Bueno da Rocha. Dionísio Cerqueira. Motivo que eu era do Grupo dos 11. Eu fiquei uns 15 ou 20 dias lá... porque, daí, a companheirada..., né?.

Ivete Caribé da Rocha. O senhor, quando fugiu para a Argentina, perdeu muita coisa?

Geraldo Bueno da Rocha. Grande coisa a gente não tinha. Era mais o pai e a mãe que ficaram. Então, fica o sofrimento, né?.

Gilberto Calil. Quanto tempo o senhor ficou na Argentina?

Geraldo Bueno da Rocha. Eu fiquei uns cinco, seis meses só.

Ivete Caribé da Rocha. O senhor lembra o nome das pessoas que lhe prenderam, que lhe aplicaram as torturas?

Geraldo Bueno da Rocha. Naquele tempo eu lembro só do capitão, do lado de cá.

DEPOIMENTO DE

ELIZEU ANDRADE DE QUADROS

Eu vou contar a história que aconteceu. Nós estávamos, meu pai e eu, trabalhando na roça quando eles pegaram nós. Daí, fomos presos, judiaram do meu pai bastante, e ele ficou um pouco lá, e eu não me judiaram muito, só me deram uns coices. Daí nós fugimos. O meu pai foi para a Argentina, eu fui também, e eu fiquei lá uns três meses e vim embora. Meu pai ficou mais de um ano lá, porque tinha os meus irmãos, tinha a minha mãe, e eu estava com 20 anos, e recém que eu tinha casado, eu tinha um nenê, então, daí, eu vim embora, cuidar da minha mãe. E o meu pai ficou lá.

De tanto judiaria que foi depois, meu pai veio, que passou tudo, e veio trabalhar com nós de novo em casa. Mas ele sofreu bastante, meu pai. Judiaram bastante. Depois de um tempo, uns meses aí, meu pai faleceu, não sei se foi daquilo ou do quê, mas se foi. Ficou só nós aí, lutando em casa. Isso aí aconteceu com nós, e foi bastante judiado o meu pai. Machucaram bastante, quebraram,

surraram, espancaram bastante. E depois que ele veio de lá, mais de um ano ficou lá, escondido no mato lá... no meio do matão, aí ele voltou, e depois que passou tudo, ele veio para cá. Mas ele sofreu bastante. E é isso que eu tenho para contar, que nós passamos. E outra que eu tenho a dizer é que nós sofremos mesmo, bastante.

Meu pai sofreu bastante. Daí veio para casa, começou a trabalhar de novo, e o sofrimento foi grande! Então é isso aí que eu tenho para contar, que eu estou contando o que passou.

Aluízio Palmar. Vocês ficaram presos na Delegacia em Dionísio. Eram quantos os presos?

Elizeu Andrade de Quadros. Eram uns quantos, uns cinco, seis.

Aluízio Palmar. E como foi a fuga?

Elizeu Andrade de Quadros. Quando ele viu a coisa feia, fugiu.

Aluízio Palmar. Quantos de vocês foram torturados lá no riozinho? Alguém foi jogado no rio, torturado no rio?

Elizeu Andrade de Quadros. Sim

Aluízio Palmar. Como que foi?

Elizeu Andrade de Quadros. Eu estava na roça com meu pai. Quando vimos, eles chegaram.

DEPOIMENTO DE

MARLY TEREZINHA RODRIGUES

Carla Silva. Queremos lembrar da importância de mudar o nome do ginásio no qual o senhor Alberto Fávero foi falar, assim como mudar os nomes de todas as escolas, de ruas que relembram e rememoram todos os dias os nomes da Ditadura. Eu queria informar que, para nossa felicidade, a gente tem mais uma depoente. A gente recebeu agora a solicitação da Sra. Marli Rodrigues, que vai fazer um depoimento sobre o caso de seu pai, o Sr. Júlio Rodrigues, de Capanema.

Marly Terezinha Rodrigues. Bom dia a todos³⁰. Eu sou acadêmica de Pedagogia desta instituição. Eu não gostaria que isso fosse levado a caso

³⁰ Transcrição deste depoimento: Maria José Castelano.

investigativo. É simplesmente um depoimento para provar a covardia do que houve em 69/70 quando eu tinha apenas seis a sete anos de idade. O que aconteceu comigo e com a minha família. Meu pai serviu em São Borja. Era um militar. Vendeu suas terras lá porque havia presenciado nos porões dos exércitos o que estava acontecendo. Meu pai era considerado dentista do Exército e arrancava dentes durante o período de tortura. Não aguentando, vendeu suas terras e veio para o Paraná. Eu nasci em Capanema, e, aos seis anos de idade para sete, diante de mais cinco irmãos, um jipe com quatro militares pararam na nossa frente e desatilharam cinco tiros, direto no coração do meu pai.

Eu tenho três imagens: uma que eu chupei o dedo e deformei a arcada dentária, que foi para tapar os buracos de onde saía sangue até meu pai ser socorrido; a hora em que ele disse que ele iria virar uma estrela e que cuidaria de todos nós; e a morte dele num hospital chamado Cristo Rei, em Capanema, enquanto o soro pingava. Essa é a imagem que eu tenho. De uma covardia.

Logo após, uma mãe lavando roupa dentro de um riacho para sustentar sete filhos. Graças a Deus, todos formados. Como houve a senhora aqui, que o crime foi desviado como acidente, o do meu pai foi escrito em Capanema como um compadre que o assassinou. Graças a Deus, mesmo mandada por muitas casas como empregada doméstica aos seis anos de idade, essa é a minha terceira faculdade. Eu consegui estudar. Passei muita fome, assim como todos os meus irmãos. Essa foi a maior vitória que nós conseguimos diante da covardia para que se calem as pessoas, que abram a boca daquilo que tem o direito de falar ou de se expor. O direito de dizer o que sentem. E eu espero que uma Comissão não só de Direitos Humanos, mas uma Comissão, uma verdade, uma sociedade formada onde temos o direito de ir e vir e dizer a verdade daquilo de que nós queremos e necessitamos. É só isso que eu tenho para falar.

Ivete Caribé da Rocha. Desculpe-me, nós estamos comovidos também com a senhora, com a história. Mas seria importante saber onde é que seu pai serviu.

Marly Terezinha Rodrigues. São Borja, Rio Grande do Sul.

Comissão. E daí veio...

Marly Terezinha Rodrigues. Veio para Capanema. Veio para o Paraná. Vendeu as suas terras e veio para Capanema.

Comissão. Em que ano? A senhora saberia dizer em que ano?

Marly Terezinha Rodrigues. Eu não havia nascido. Eu nasci em Capanema. Eu nasci no ano de 1962, e meu pai veio e comprou umas terras e se estabeleceu em Capanema.

Ivete Caribé da Rocha. Você chegou a saber quem matou o seu pai, e por que razão?

Marly Terezinha Rodrigues. Não. Porque eu era muito pequena. Talvez um irmão mais velho saiba contar toda a história. Mas eu estava junto com o meu pai. Meu pai era um açougueiro. Ele trabalhava num curtume. E era um Sábado de Aleluia para Páscoa.

Comissão. Ele não era mais um militar.

Marly Terezinha Rodrigues. Não, ele tinha desertado. Ele saiu de lá exatamente por isso. Essa história eu ouvi do meu irmão Celso, numa viagem que nós fizemos ao Sul. E ele foi mostrando os lugares onde minha família morou. Meu irmão faleceu há dois anos, o meu irmão Celso, e foi ele que me passou algumas histórias. Por que, até então, eu não sabia de nada disso. Eu sabia apenas que meu pai tinha sido assassinado por um compadre. Era o que me contavam. Mas a lembrança que eu tenho eram de quatro homens, dois desses homens tinham um boné assim, e aqui tinha duas estrelas. O que dirigia só tinha uma estrela, eram verdes e com botas pretas amarradas aqui. O jipe adentrou porque havia uma porteira onde entrava o gado. O jipe adentrou, parou e atirou, assassinou meu pai na nossa frente.

Comissão. Vocês ouviram algum familiar falar se ele foi morto porque comentou algumas coisas que aconteceram em torturas.

Marly Terezinha Rodrigues. Não. Eu lembro que a minha mãe era uma italiana danada, assim. Ela era bastante austera, meu pai, talvez por ser descendente de espanhol e indígena, ele era mais ameno, ele era mais carinhoso. Então, eu lembro que o meu pai contava histórias para a gente. E uma dessas histórias que ele contava, que eram homens muito bravos, que pegavam mulheres, pegavam outros homens, que batiam nos dedos, nas mãos, que batiam nas cabeças. Então, que eu não deveria... porque eu era criada no meio de quatro irmãos. Dentro da minha bolsa da escola existia dois estilingues, um saco de bolitas e um caderno. E o meu pai dizia assim para mim: “Tu não pode”, daquela maneira gaúcha, “tu não pode fazer isso na escola. Porque tem um homem que se chama Médici, e ele é muito bravo. E, depois desse Médici, vai vir um homem que vai ser Geisel, e ele também é muito bravo. Então, você não pode falar coisas, você precisa, sempre que te perguntarem alguma coisa, responda ‘sim, senhora’, ‘não, senhora’”.

Ivete Caribé da Rocha. E você tem documentos desse período em que seu pai foi militar, desertou?

Marly Terezinha Rodrigues. Eu acredito que em São Borja deve ter o registro do meu pai. A minha mãe faleceu há dois anos, está fazendo um ano e meio, quase dois anos. E ela guardava num baú, eu acho que quem deve ter isso, o Dr. Ives conhece a minha família, se chama Nilberto Vanzo e Roseli Vanzo. Ele sabe disso. Havia um baú, e, dentro desse baú, havia documentos. E fotografia eu tenho algumas do meu pai no Exército.

Comissão. E quem lhe contou que ele arrancava dentes durante... a tortura?

Marly Terezinha Rodrigues. O meu pai. Como nós morávamos em Capanema, nós éramos muito pobres, então o meu pai tinha um cuidado

conosco, tinha que atravessar o Rio Iguazu de caíque para chegar, a caíque, um barquinho pequeno, para conseguir comprar pasta de dente na Argentina. E, para conseguir ali em Santo Antônio da Platina, e meu pai conseguia muito pouco, difícil. Então, nós tínhamos uma escova de dentes, e ele fazia as nossas escovações apenas à noite, porque ele trabalhava o dia inteiro. E, durante o dia, quando a pasta de dentes acabava, nós mastigávamos carvão, enxaguávamos a boca com limão. Tanto é que eu estou com 52 anos e eu não perdi nenhum dente. Então, ele cuidava dos dentes no Exército, e ele saiu exatamente por não aguentar a barbárie do que acontecia dentro dos porões.

Comissão. Bom dia! Eu queria fazer uma pergunta. Se a senhora não se sentir à vontade para responder, não tem problema: o seu pai, após o assassinato, o corpo dele foi sepultado com as balas que o atingiram?

Marly Terezinha Rodrigues. Eu não sei lhe responder. O meu pai foi sepultado em Capanema. Está sepultado em Capanema. Logo depois, a minha mãe está junto com ele. Eu não sei disso. Eu só sei que uma bala o meu irmão Luiz, o mais velho da família, guardava como relíquia. Porque eu enfiei o dedinho no buraco da bala e consegui tirar. Porque os seis tiros foram disparados no coração.

Comissão. Essa bala ainda está com vocês?

Marly Terezinha Rodrigues. Eu não sei. Eu não posso lhe afirmar isso. São histórias. Essas histórias. Quando o meu professor falou disso na sala de aula, professor Alexandre, e a gente estava discutindo isso, eu dei um relato, e eu não queria falar isso. E eu fui incentivada, o meu outro professor querido de História, que a gente discute História, a reescrever uma história para ser uma espécie de Gramsci, para reinventar uma outra sociedade, mas não dá para esquecer essa que já passou. Não é uma questão de dinheiro, de justiça, é uma questão que essa desgraça não se repita. Que nossos filhos, nossos netos não tenham que passar por traumas, poderem dormir com cantigas melhores do que ver o sangue escorrer do coração do pai. É só isso!

COMENTÁRIOS FINAIS

Carla Silva. Esta Audiência nos mostrou que, toda a vez que a gente abre espaço para falar publicamente sobre esse tema, as pessoas têm dores guardadas, têm traumas guardados, principalmente têm realidades concretas guardadas, numa bala que retirou do coração do pai, no caso que a gente acabou de assistir aqui. Então, a gente vai encerrar, já vou passar a palavra para a Comissão, para os membros da Comissão Estadual da Verdade.

Em nome do Comitê do Oeste do Paraná, Memória, Verdade e Justiça, em nome do Comitê, recém-criado. Esse Comitê foi criado no mês de dezembro do ano passado. Era uma necessidade de bastante tempo a criação. Trabalhos concretos já haviam sendo feito, especialmente o trabalho do Aluizio Palmar, que está aqui do meu lado. E um trabalho fundamental para recuperação da memória e o estabelecimento da justiça. Esses trabalhos já estavam sendo feitos. Mas o Comitê é uma forma de ampliar, são várias organizações que estão presentes, e o Comitê está aberto a todos os que tiverem interesse. Ele é aberto permanente e vai continuar para além da existência da Comissão Estadual da Verdade, e vai estar aberto, vai ter outras atividades públicas. A gente vai estar participando e ajudando a organizar.

Agradeço muito à Comissão Estadual da Verdade por ter nos dado esta oportunidade de fazer essa Audiência aqui no Oeste do Paraná, com todas as dificuldades. A gente agradece enquanto Comitê, também sou professora da Unioeste, mas, enquanto Comitê, agradeço à Universidade por essa oportunidade, por ter nos aberto as portas, por ter garantido a infraestrutura. O professor Alfredo Batista não mediu esforços para que esse evento acontecesse. E queria dizer, então, que foi comentado brevemente a questão dos nomes das ruas, os nomes das praças, os nomes das escolas, eu acredito que esta é uma pauta excelente para a gente dar continuidade de imediato ao trabalho do Comitê. Então, já fica essa questão, a gente já anotou, a gente já tinha falado sobre isso, mas, nas próximas reuniões, certamente a gente vai estar debatendo ações nesse sentido.

Existe ainda uma programação cultural em curso, que está presente no folder que vocês receberam, e, então, continuam todos convidados para participar. Então, as palavras, encerrando a nossa participação, são essas, de imenso agradecimento ao público que, apesar do adiantado da hora, permaneceu aqui. Para o encerramento oficial da Audiência Pública, passo para a Comissão da Verdade.

Aluízio Palmar. Bem, foram dois dias muito importantes para a universidade, muito importantes para Cascavel e, sobretudo, para todos nós. Eu que já vi tanta coisa, já ouvi tanta coisa, na vida e nessas audiências. Essa aqui balançou comigo, porque não foram só depoimentos de pessoas que resistiram da classe média, das organizações revolucionárias, dos partidos revolucionários. Não. Essa Audiência e hoje, eu fiz várias comunicações para muitos companheiros da minha geração, mostrou a resistência no campo, as pessoas humildes, pessoas que foram presas sem saber por que estavam sendo presas, mostrou a repressão no campo, pessoas que nem se expressam direito, mas que estavam lutando com a minoria, pela reforma agrária, e outras nem sabia o porquê. A importância dessa Audiência foi mostrar a tirania da Ditadura e a prática da Ditadura chegando nos rincões, nos grotões mais longínquos do nosso país, e torturando, prendendo, torturando. Nós ouvimos ontem o pessoal do Grupo dos 11, da Operação Três Passos, isso aqui é um desastre que aconteceu em nosso país. Quando eu ouvi a filha do militar e antes, o Braulino, eu estava comentando com a antropóloga aqui do meu lado que acabou o período de silêncio. O silêncio acabou. Ou seja, a memória está vindo à tona, e o esquecimento está acabando. Acabou o tempo de silêncio. Agora é um tempo de falar, tempo de reivindicar, o tempo de pedir justiça. Esse é o nosso tempo de lutar por melhoria, lutar por tudo isso aí. Essa Audiência mostrou para Cascavel que Cascavel também tem que reagir. Que Cascavel também tem que falar. Porque surgiram aqui muitos comentários, muita gente, pessoas nos procuraram pedindo para falar. O tempo da Audiência foi um dia e meio, mas eu acho importante fazer novos eventos, a Comissão Memória, Verdade e Justiça do Oeste do Paraná está aí firme para organizar os eventos, aqui na universidade. O professor Alfredo, o professor Alexandre Fiuza. Em Rondon, a professora Carla e o professor Gilberto. Lá em Foz do Iguaçu,

eu, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular³¹. Quem precisar falar com a gente, nós estamos no *Facebook*, nós estamos no *site*, nós estamos na *internet*. É só entrar em contato para a gente dar continuidade a este trabalho.

Olympio de Sá Sotto Maior Netto. Eu sigo o mesmo raciocínio no sentido da importância dessa Audiência Pública para a agenda da Comissão Estadual da Verdade, de consequência, para a Comissão Nacional da Verdade. Estava ainda quase que invisível. E, quando você fala da repressão, quando você fala da tortura, das graves violações dos direitos humanos, de regra, você faz o raciocínio do que se praticou em relação aos estudantes, aos sindicalistas, aos políticos, sem o resgate dessa memória e verdade em relação ao que aconteceu como os homens do campo, com os camponeses. Nós tivemos depoimentos absolutamente claros nesse sentido. De quem estava lá na roça realizando sua atividade de trabalho cotidiano e, de repente, se vê preso. E eu via no depoimento a indignação de ser amarrado como porco, conduzido como um animal. Num local, ficar deitado no banheiro, ficar sem roupa, quer dizer... E, daí, nós vamos olhando aqui as fichas e olhamos a ficha de uma delas, uma dessas pessoas que depois depuseram e consta lá que por comunicação da 9ª Subdivisão Policial de Cruzeiro do Oeste, ao Secretário de Segurança Pública, foi determinada a prisão. Olha o que significa o rompimento das regras do Estado de Direito e Democrático. Quer dizer, os outros depoimentos do cabo, de pessoas presas por indicação do cabo da Polícia Militar, que depois ainda se apropriou da vaca, do cavalo. A insegurança que a Ditadura traz para a vida cotidiana das pessoas. Mas é bom! Enfim, eu acho que nós damos um salto nesse sentido, nós já temos historiadores que fazem essa pesquisa. Mas trazer também para o relatório da Comissão Nacional e da Comissão Estadual da Verdade essa violência sofrida pelos camponeses. Quem tirou fotografia com Brizola daqui a pouco se vê tratado como um inimigo da Pátria, como alguém que precisa ser tratado como inimigo. Esse é um dos grandes prejuízos vindos da Ditadura Militar e está incorporado por nossa Polícia Militar, que era a força auxiliar durante o período e, ainda é, indicada como força auxiliar do Exército. E é isso de tratar o cidadão como se

³¹ Sugere-se consulta ao *site* <<http://www.cdhhmp.com.br/>>.

fosse o inimigo. Como se nós estivéssemos em guerra. E as pessoas sendo tratadas dessa maneira.

Essa tortura que se institucionaliza e que até hoje está lá nos quartéis, nas UPPs, nas delegacias de Polícia, essa forma de tratar as pessoas, como se não fossem cidadãos e como se nós não vivéssemos num Estado de Direito sequer democrático. Acho que foi muito importante essa visão clara para nós aqui no Oeste do Paraná, essas prisões arbitrárias. Eu vi numa das fichas ficar presa lá três, quatro meses, nesta data foi liberado. Não se tem o registro do porquê foi preso. Não se tem o registro de existência de um processo regular, com ampla defesa, enfim, e, depois, tudo bem, volta. E as pessoas e suas famílias que ficaram marcadas?

Enfim, queremos agradecer à Unioeste, pelo auxílio, pelo espaço físico, auxiliou no deslocamento das pessoas. Agradecer ao Comitê Memória, Verdade e de Justiça do Oeste do Paraná, e um agradecimento especial ao Aluízio, que tem dedicado a sua vida ao restabelecimento da verdade e da justiça. O muito do que ou quase tudo que a Comissão Estadual da Verdade pôde fazer lá em Foz do Iguaçu foi também uma Audiência extremamente importante, significativa e produtiva. E o que nós fizemos hoje é graças a essa orientação que o Aluízio tem dado à Comissão Estadual da Verdade, à participação dele. A vida toda coletando dados importantes para que o Paraná possa apresentar um relatório à Comissão Nacional também.

Então, nesse momento, em que pessoas, por ignorância ou má fé, ficam falando do retorno da Ditadura Militar, da supressão do Estado de Direito e tal, nós queremos que essas pessoas ouçam, a ideia de que se conheça para que nunca mais aconteça. Esses depoimentos de hoje servirão para que as pessoas tenham efetivo conhecimento de quanto o afastamento do Estado de Direito Democrático, das liberdades individuais, enfim, quanto isso prejudica o desenvolvimento, o processo civilizatório de um país que ainda está muito distante da democracia desejada, porque, infelizmente, ainda contamos com milhões de brasileiros afastados da possibilidade do exercício dos direitos elementares da cidadania. Infelizmente, ainda hoje, nós temos, embora um ordenamento jurídico, uma Constituição que não por acaso foi denominada Constituição Cidadã.

Infelizmente, na realidade brasileira, na vida cotidiana de muitos brasileiros, nós vamos encontrar, então, aqueles que estão à margem dos benefícios produzidos pela sociedade brasileira. E esta é a nossa luta, e é uma luta que passa a ter uma base de reflexão a partir desse falso desenvolvimento, a partir da Ditadura Militar com os seus horrores, que precisam ser inseridos no contexto da nossa realidade, porque, insisto, a concentração absurda de riqueza nas mãos de poucas pessoas, essas riquezas que são produzidas por todos e não são distribuídas entre todas as pessoas e que se concentram nas mãos de grupos minoritários que se beneficiam da estrutura social injusta estabelecida no país tem origem importante durante a Ditadura Militar. É o discurso dos delfins netos da vida, no sentido: primeiro, era necessário fazer o bolo, para depois distribuir. A sociedade brasileira, a grande maioria da população ainda aguarda a sua oportunidade de acesso aos direitos fundamentais que aguardam a possibilidade de experimentar. E, como eu disse, já estão prometidos no ordenamento jurídico brasileiro. Esperamos que hoje aqui nos auxilie no sentido de caminharmos para a construção efetivamente de uma sociedade melhor e mais justa. Muito obrigada pela participação de todos!

Ivete Maria Caribé. Dr. Olímpio, o senhor falava e eu me lembrava da Ana Beatriz Fortes, lá em Foz do Iguaçu, que foi presa junto com Alberto, junto com a Isabel e o teu irmão. E ela, com 17 anos, foi retirada da casa dos pais e foi levada num avião e ameaçada de ser jogada nas cataratas, e, depois, bastante torturada também lá. Depois a levaram de volta a Curitiba e disseram para ela: “Desculpe, foi engano!”. Depois de meses sendo torturada e presa, “Desculpa, foi engano!”. Assim é que era e ficou durante todo o período da Ditadura Militar. Mas eu não vou me alongar, eu quero agradecer a todos os resistentes que permaneceram aqui, a todos que já assistiram aos demais eventos que aqui aconteceram. Agradecer ao Sr. Alberto e a todos os depoentes. Ao Aluizio Palmar, que merece todo o nosso respeito por todo o trabalho que ele faz ao longo da vida, porque dedicou a vida à luta democrática, e agradecer ao Dr. Ives, à Unioeste, a todos os que colaboraram e que estão aqui, os professores que se sacrificaram imensamente para que essa Audiência Pública acontecesse. A todos e a todas as colegas da mesa.

Yves Consentino Cordeiro. Advogado tem uma fama terrível de que fala demais, escreve também muito, mas acaba dizendo pouco. Eu estou na profissão há 44 anos, faço o inverso disso daí, porque não gosto desse modelo. Nunca gostei. Quando aceitei prestar a colaboração para a Comissão da Verdade, trouxe também a minha trajetória de ex-presos político, e o idealismo da juventude à qual pertenci. Chamamos a juventude dos anos de chumbo. E vocês viram, tem uma ideia do que foram aqueles anos negros da Ditadura. Então, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, à qual eu pertenço nesses 44 anos e me orgulho, quero dizer a vocês que estamos gratos pela presença, pela atenção, pela reflexão e pelo pensamento. Para que possamos sair sempre desses períodos de obscurantismo, isso faz lembrar a Idade Média, das catacumbas e calabouços para que o homem, como diz meu professor querido Renê Ariel Dotes, “faça o uso político da palavra”. E essa palavra não pode ser em vão. Por isso eu disse que não gosto de discurso e falação de advogado que as pessoas não entendem. Uma linguagem inacessível, que não é por acaso, porque alguns deles se prestam a fazer esse papel indecente, imoral de fantasiar, de escamotear, de fingir, de fazer de conta, que a verdade não prevaleça. Então, em nome de todos esses ideais, que a verdade prevaleça! Alguém já disse há tanto tempo que as pessoas têm que conhecer as verdades, ou a verdade para se libertar dela. É isso que todos nós temos que fazer. Ontem, hoje e amanhã, e sempre!

